



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TAMIRES ALICE NASCIMENTO DE JESUS

***“DO PEDIDO À MERCÊ”: INVESTIGAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS SOBRE
DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DA BAHIA NO SÉCULO XIX***

OU

***A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA BAHIA OITOCENTISTA: O QUE REVELAM AS
CORRESPONDÊNCIAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS?***

Salvador
2018

TAMIRES ALICE NASCIMENTO DE JESUS

“DO PEDIDO À MERCÊ”: INVESTIGAÇÃO DAS *CORRESPONDÊNCIAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS* DA BAHIA NO SÉCULO XIX

OU

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA BAHIA OITOCENTISTA: O QUE REVELAM AS *CORRESPONDÊNCIAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS?*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Dinéa Maria Sobral Muniz
Coorientadora: Profa. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza.

Salvador
2018

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Jesus, Tamires Alice Nascimento de.

“Do pedido à mercê”: investigação das correspondências sobre doação de livros às escolas públicas da Bahia no século XIX, ou, A instrução pública na Bahia oitocentista : o que revelam as correspondências sobre doação de livros às escolas públicas? / Tamires Alice Nascimento de Jesus. - 2018.

158 f. : il.

Orientadora: Prof. ^a Dra. ^a Dinéia Maria Sobral Muniz.

Coorientadora: Prof. ^a Dra. ^a Emília Helena Portella Monteiro de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Livros didáticos - Doações - Bahia - Séc. XIX. 2. Educação - Bahia - História. 3. Correspondência - Levantamento - Bahia - Séc. XIX. 4. Escolas públicas. I. Muniz, Dinéia Maria Sobral. II. Souza, Emília Helena Portella Monteiro de. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 371.32098142 - 23. ed.

TAMIRES ALICE NASCIMENTO DE JESUS

“DO PEDIDO À MERCÊ”: INVESTIGAÇÃO DAS *CORRESPONDÊNCIAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS* DA BAHIA NO SÉCULO XIX

OU

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA BAHIA OITOCENTISTA: O QUE REVELAM AS *CORRESPONDÊNCIAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS?*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data da aprovação: 24 de maio de 2018

DINÉA MARIA SOBRAL MUNIZ (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

EMÍLIA HELENA PORTELLA MONTEIRO DE SOUZA (Coorientadora)
Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

SOLYANE SILVEIRA LIMA
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SARA MARTHA DICK
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

A minha mãe, Aracélia Alice,
quem primeiro me ensinou que educação é tudo!

AGRADECIMENTOS

A Deus Espírito Santo, por se mover em mim todos os dias.

Aos meus pais, Aracélia Alice e Vivaldo Nascimento, por terem acreditado e investido em mim desde o início e por me ensinarem a persistir para alçar voos mais altos.

Aos meus familiares, de modo muito especial, vó Alice, tia Lô, tia Ci e Dindo, Davi e Diogo, minhas maiores fontes de estímulo e confiança.

A Ellen Vitória, irmã do coração e leitora das primeiras páginas desta obra.

Ao meu noivo, Leandreson Ferreira, por ser calma em meio à tempestade.

A minha orientadora, Dinéia Muniz, por toda paciência, dedicação, responsabilidade e comprometimento com o trabalho. Foi uma parceria que, indubitavelmente, deu certo.

A minha coorientadora, Emília Helena, quem primeiro apostou no meu potencial de pesquisadora na área de Educação e me acompanhou desde os meus primeiros passos até aqui.

Ao Arquivo Público do Estado da Bahia, por permitir o acesso aos documentos.

A FAPESB e a CAPES, agências que financiaram a minha pesquisa, me proporcionando a experiência de ser bolsista.

Aos funcionários do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE), pela solicitude, alegria e amizade.

Ao colegas do GELING e do PROHPOR, grupos de pesquisa que me acolheram e me possibilitaram o amadurecimento da pesquisa por meio das discussões, reflexões, leituras e eventos.

Aos meus professores, Dinéia Muniz, Mary Arapiraca, Jonei Barbosa, Maria Couto, Solyane Lima e Emília Helena, pela troca de experiências e por auxiliarem no meu processo de formação.

As professoras Sara Martha Dick e Solyane Lima pelas contribuições na qualificação que tanto ajudaram a aprimorar o trabalho.

As minhas amigas de infância, Gisa Cristina, Karen Porto e Hanna Carolina, que me ouviram falar, incansavelmente, sobre as *correspondências de doação e os manuais didáticos* e acompanharam meu desenvolvimento pessoal e profissional.

As minhas amigas da faculdade Tailane Souza, Maiana Lima e Livia Magalhães pela amizade, carinho, estímulo e apoio emocional durante todo o processo de confecção do trabalho.

A Leila Miranda, pela companhia nos ares solitários da madrugada.

A Laurinha e Lana, sobrinhas amadas, por serem luz.

A Rafael Magalhães, companheiro fiel nas tardes no Arquivo Público, pela atenção, cuidado e dedicação que prestou ao auxiliar na revisão desta obra. Cada sugestão, cada comentário, cada crítica foram de grande valia.

Aos meus colegas da pós graduação, especialmente, Jamilly Starling e Jurene Veloso pelo apoio, compreensão e amizade.

Aos meus colegas pesquisadores da História da Cultura Escrita, Álvaro, Carol, Erick e Patrícia pela cumplicidade, sugestões e troca de experiências.

Aos meus colegas historiadores da educação, Jucimar e Lisboa, pela troca de ideias e de referências.

Ao meu pároco Pe. Fernando Pedrosa, pela orientação espiritual.

A todos os membros da Comunidade Santo Antônio, por me ensinarem, na prática, o significado de perseverar;

Enfim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para o cumprimento deste trabalho.

Muito obrigada!

Guardar

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.

Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro
Do que um pássaro sem vôos.

Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declara e declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar.

(CÍCERO, Antônio. **Poemas escolhidos**. Rio de Janeiro: Record, 1996)

JESUS, Tamires Alice Nascimento de. “Do pedido à mercê”: investigação das correspondências sobre doação de livros às escolas públicas da bahia no século XIX ou A instrução pública na bahia oitocentista: o que revelam as correspondências sobre doação de livros às escolas públicas?. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. Salvador, 2018.

RESUMO

Este estudo se pauta em um levantamento de dados feito nas *Correspondências recebidas sobre doação de livros às escolas públicas*, documento manuscrito que compõe o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, e contém os títulos dos manuais didáticos doados às escolas públicas da Bahia, entre os anos de 1837 e 1868. A coleção de *Correspondências sobre doação de livros às escolas públicas* do Arquivo Público do Estado da Bahia é bastante rica e diversa. A pesquisa além de possibilitar o acesso aos títulos dos manuais que circulavam nas escolas naquele momento histórico e que, conseqüentemente, concorriam para a aprendizagem e difusão da escrita, contribui para o enriquecimento dos estudos voltados para a compreensão da consolidação e desenvolvimento da instrução pública baiana nesse período. Objetiva-se, portanto, desvelar aspectos importantes do cenário da instrução pública baiana oitocentista, a partir da construção de uma narrativa que apresente a política de doação de livros às escolas públicas de acordo com as informações reveladas na *Coleção de correspondências sobre doação*. Para isso, são observados os princípios e procedimentos do paradigma indiciário, que é um método heurístico focado nos detalhes, nas pistas que são deixadas, nesse caso, no documento que é principal fonte de investigação. O referencial teórico é pautado na relação entre a História Cultural em diálogo com a História da Educação e a História da Cultura Escrita. Pode-se caracterizar a presente pesquisa como histórica, já que investiga uma mudança ocorrida na sociedade, ainda que visando à investigação de assuntos educacionais.

Palavras-chave: Cultura Escrita. História da Educação. Correspondências de doação de Manuais. Escolas. Século XIX .

ABSTRACT

This study is based on the collection of data from the *Correspondências recebidas sobre doação de livros às escolas públicas*, handwritten document which belongs to Arquivo Público do Estado da Bahia, containing the titles of didactic handbooks donated to the public schools of Bahia, between 1837 and 1868. The collection of *correspondences about donation of books to the public schools* of Arquivo Público do Estado da Bahia is very rich and varied. The research besides granting access to the titles of the manuals that circulated in schools at that historical period and that, consequently, concurred for the learning and spread of writing, contributes to the strengthening of the studies towards the comprehension of the consolidation and development of Bahia public instruction at that time. Therefore, the objective is to unveil important aspects of the scenario of Bahia public instruction of the nineteenth century, based on the construction of a narrative that shows the policy of book donation to the public schools according to the information gathered from the *Collection of correspondences about donation*. For this purpose, the principles and proceedings of the inductive paradigm, heuristic method focusing the details, clues left, in this case, on the document which is the main source of the investigation are observed. The theoretical references are based on the relation between Cultural History in dialog with History of Education and History of Written Culture. It's possible to characterize this research as historical, for it investigates a change in society, even if it aims to investigate education affairs.

Keywords: Written Culture. History of Education. Correspondences of handbooks donation. Schools. Nineteenth Century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Arquivo Público do Estado da Bahia	39
Figura 2	Capa do maço 4038	43
5Figura 3	À direita, detalhe das informações da capa, à esquerda capa da pasta 1837	44
Figura 4	Fundo da pasta 1837	45
Figura 5	Texto de correspondência recebida manuscrita	46
Figura 6	Texto de correspondência impressa	48
Figura 7	Ficha descritiva de catalogação	52
Figura 8	Destaque fotográfico abreviatura	53
Figura 9	Transcrição	54
Figura 10	Primeira amostra	68
Figura 11	Fragmento da segunda amostra	70
Figura 12	Fragmento da terceira amostra	73
Figura 13	Quarta amostra	75
Figura 14	Fragmento da quinta amostra	77
Figura 15	Fragmento da sexta amostra	79
Figura 16	Fragmento da sétima amostra	81
Figura 17	Fragmento da oitava amostra	83
Figura 18	Fragmento da nona amostra	85
Figura 19	Fragmento da décima amostra	87
Figura 20	Fragmento do <i>Jornal Correio da Tarde</i>	96
Figura 21	Registro dos Relatórios do Presidente da Província da Paraíba João Antônio de Vasconcellos	96
Figura 22	Nota sobre falecimento de Joaquim Antonio Moutinho	99
Figura 23	Site da Biblioteca Luso- Brasileira	99
Figura 24	Apresentação do parecer do Visconde de Camamu favorável a Justiniano	100
Figura 25	Facsímiles de manuais didáticos	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Panorama do termo correspondência	59
Quadro 2	Panorama do termo carta	61
Quadro 3	Panorama do termo ofício	63
Quadro 4	Panorama do termo doar	64
Quadro 5	Panorama do termo doação	65
Quadro 6	Perguntas para análise de testemunhos escritos	67
Quadro 7	Análise da primeira amostra	69
Quadro 8	Análise da segunda amostra	72
Quadro 9	Análise da terceira amostra	74
Quadro 10	Análise da quarta amostra	76
Quadro 11	Análise da quinta amostra	78
Quadro 12	Análise da sexta amostra	80
Quadro 13	Análise da sétima amostra	82
Quadro 14	Análise da oitava amostra	84
Quadro 15	Análise da nona amostra	86
Quadro 16	Análise da décima amostra	89
Quadro 17	Panorama do termo petição	91
Quadro 18	Classificação das correspondências	92
Quadro 19	Levantamento dos títulos dos manuais didáticos registrados na <i>Coleção de Correspondências sobre doação de livros às escolas públicas</i>	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
CBHE	Congresso Brasileiro de História da Educação
IC	Iniciação Científica
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROHPOR	Programa Para a História da Língua Portuguesa
FACED	Faculdade de Educação
ELEGE	Encontro de Leitura e Escrita do Geling
GELING	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Linguagem

PREFAÇÃO¹

Dissertação de Mestrado em um volume ou livro de memórias. A possibilidade de escolher uma das opções revela o caráter excêntrico deste trabalho. Gostaria, antes de tudo, de tratar dessa excentricidade da qual toda obra está revestida e, para isso, trago uma pergunta provocadora, colhida no jardim do saudoso Bauman²: “Quem disse que temos de viver seguindo as regras?”

Tal afirmação, longe de parecer desleixo ou desobediência, é antes, um louvor à criatividade, pois há casos, como o meu, em que a apresentação dos relatórios de pesquisa em formatos não convencionais são propícios para valorizar a expressão dos objetos de pesquisa. E foi justamente por isso que optei por escrever um livro.

Este livro é sobre uma investigação, e como investigadora, tenho o objetivo de desvelar aspectos importantes do cenário da instrução pública baiana oitocentista; para tal, consultei as informações reveladas na *Coleção de correspondências sobre doação de livros às escolas públicas*, principal fonte. E contarei, através de uma narrativa, a política de doação de livros que ocorria nesse período.

Sendo assim, esse livro também é, em certa medida, sobre livros. Mas não quaisquer livros, é sobre manuais didáticos, que são livros criados com a função precípua de serem pedagógicos.

A narrativa começa com um exercício imaginativo muito comum de ser feito quando ainda somos crianças: o faz de conta. Convidei *Alice*, uma das personagens mais marcantes da minha infância, para nos acompanhar nesse primeiro momento de exposição das principais teorias que embasaram o trabalho.

Com Alice passeamos por vários jardins, inclusive o da Filologia, primeira ciência pela qual me apaixonei no princípio da graduação em Letras, ocasião em que pressionada para escolher entre a Literatura ou a Linguística, fugi colateralmente para os braços da ciência mãe, que me permitia dialogar com as duas.

Continuamos a narrativa com o lançamento de um desafio: “o de escutar os mortos com os olhos”, proposta de Quevedo que conheci através de Chartier³. Nessa seção, além de apresentar a metodologia empregada na pesquisa, refletimos sobre o arquivo, lugar que me causa fascínio desde os primeiros anos de pesquisa no Mosteiro de São Bento da Bahia, onde aprendi, na prática, a ser filóloga.

¹ Termo original de BELTRÃO (2005), em sua produção: *A escrita do outro: anúncios de uma alegria possível*.

² Expressão que intitula a carta de número 35 da obra *44 cartas do mundo líquido moderno* (2011).

³ Chartier (2014) na obra *A mão do autor e a mente do editor*.

Dando prosseguimento à narrativa, chegamos ao momento de revelar cada indício recolhido durante o processo de investigação. Nele apresentamos a análise dos dados e lançamos nossos leitores em um festival de provérbios, ideia motivada pela minha participação em uma oficina que ocorreu na Faculdade de Educação (FACED), no Encontro de Leitura e Escrita do GELING (ELEGE).

Finalizamos a narrativa com um capítulo que é, exclusivamente, sobre os manuais didáticos, ele é o desdobramento dos anos de pesquisa que desenvolvi, na Iniciação Científica (PIBIC), no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Linguagem (GELING), onde nasceu o interesse pela história da educação baiana e pelos manuais didáticos.

Guardiã das memórias da educação baiana oitocentista, e das lembranças dos passos de uma pesquisadora ávida por descobertas, esta obra representa um trabalho recheado de dedicação, afíco, persistência e amor.

Enfim, a concretização da escrita deste livro é mais do que o cumprimento de um relatório de pesquisa em nível de Mestrado é, também, a realização de um desejo pessoal e fruto de anos de dedicação profissional. Fico na expectativa de que para vocês, caríssimos leitores, a leitura seja proveitosa, tanto quanto foi, para mim, escrevê-la.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	17
2	FLORES QUE COLHEMOS, JARDINS QUE VISITAMOS	20
	QUADRO TEÓRICO	
2.1	OS PERCALÇOS NA DIVISÃO HISTÓRICA: SITUANDO O ESTUDO	21
2.1.1	A História da Cultura Escrita	22
2.1.2	Onde mora a História da Educação?	23
2.1.3	A Filologia	27
2.1.4	Paleografia e Diplomática	30
3	O TRILHAR DE PASSOS PARA CONSOLIDAR A OBRA:	32
	METODOLOGIA	
3.1	RECOLHENDO AS PISTAS DO CAMINHO: APRESENTAÇÃO DO PARADIGMA INDICIÁRIO	32
3.2	O DESAFIO DE “ESCUTAR OS MORTOS COM OS OLHOS”	35
3.3	ONDE TUDO COMEÇOU: A PESQUISA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA	39
3.3.1	“Reflexões sobre o ofício de pesquisar”	41
3.4	DESCRIÇÃO EXTRÍNSECA E INTRÍNSECA DAS <i>CORRESPONDÊNCIAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS</i>	43
3.4.1	As abreviaturas	50
3.5	AS ETAPAS DO PROCESSO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	51
4	“RECOLHENDO OS ESTILHAÇOS DA MEMÓRIA: ANÁLISE DAS <i>CORRESPONDÊNCIAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS</i>”	55
4.1	“DE INDÍCIO EM INDÍCIO, CHEGAMOS AOS FATOS!”	55
4.1.1	Indício 01: A organização do maço	56
4.1.2	Indício 02: Questões terminológicas	58
4.1.3	Indício 03: Conteúdo das correspondências	67
4.1.4	“Doar livros para as escolas públicas oitocentistas baianas”: altruísmo ou autopromoção?	90
4.1.5	Indício 04: Signatários/emitentes e destinatários	94
5	“DA EFEMERIDADE AO VALOR HISTÓRICO”: O RETORNO DO RELEGADO	101
5.1	O CENÁRIO EDUCACIONAL NA BAHIA DOS OITOCENTOS	101
5.2	“VELHOS TEMAS, NOVOS TRAJES”: UM OLHAR SOBRE OS MANUAIS DIDÁTICOS	106
5.2.1	Entrando no túnel: os velhos temas	106
5.2.2	Saindo do túnel: os “novos trajés”	110
6	EPÍLOGO	116
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE	124

1 APRESENTAÇÃO

A inspiração para escrever esta história provém da experiência do trabalho dos idos tempos de Iniciação Científica (IC-PIBIC), desenvolvido no âmbito do PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, nos anos de 2014 e 2015. Foi nessa ocasião que nos deparamos, pela primeira vez, com a necessidade de pesquisar sobre manuais didáticos.

A dificuldade de encontrar informações sobre manuais didáticos no século XIX, e a necessidade emergencial de despertar a consciência para a preservação desses manuais, foram os motivos das inquietações que mais tarde se transformaram nas questões norteadoras deste estudo e agora se materializam nesta história.

O duplo título da história “*Do pedido à mercê*”: *investigação das correspondências sobre doação de livros às escolas públicas da Bahia no século XIX* ou *A instrução pública na Bahia oitocentista: o que revelam as correspondências sobre doação de livros às escolas públicas?* é uma alusão à forma como se apresentavam alguns dos títulos dos manuais no século XIX, igualmente longos e duplos⁴.

Tal homenagem representa apenas a primeira de muitas transgressões que este trabalho exhibe, pois nos propomos a apresentar uma dissertação com as fronteiras do gênero borradas, ou em formato insubordinado, conforme denomina Barbosa (2015, p. 350): “denominemos *formatos insubordinados de dissertações e teses* aqueles que rompem com a representação tradicional da pesquisa educacional nestas modalidades de trabalho acadêmico”.

Sempre tivemos a impressão de que a responsabilidade de redigir uma apresentação era muito grande, já que, como nos contam Faria e Pericão (2008, p. 62), é nela que encontramos as “palavras de apresentação, esclarecimento ou justificação que antecedem um texto”. Consiste, portanto, em um dos primeiros elementos com que o leitor tem contato.

Sentimo-nos, assim, incumbidos da missão de provocar nos nossos leitores, já nas primeiras páginas, o desejo⁵. Desejo de permanecer investindo na leitura, não puramente pelo

⁴Para conferir alguns títulos pode-se consultar o trabalho de SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. *Manuais de ensino de Língua Portuguesa na Província da Bahia no século XIX*. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/31452/17693>. Acesso em: 15 jan. 2017

⁵Empregamos esse termo em tom de homenagem, para aclamar as reflexões feitas por MUNIZ (1999), na obra *Pedagogia do desejo de ler*.

seu conteúdo, mas, também, pelo prazer de, simplesmente, ler e, por acréscimo, se deixar envolver por estas memórias...

Portanto, admoestamos os nossos leitores, desde já, no limiar desta obra, dos caminhos tortuosos que poderão percorrer ao investir na leitura, para que se sintam livres para fazê-la ou não.

Organizamos a história em seis capítulos, incluindo esta *Apresentação*, tomada como primeiro capítulo, e o *Epílogo*, acreditando não oferecer fadiga a quem, por acaso, se interesse pelas memórias desses guardiões que silenciosamente testemunhavam todos os momentos do cotidiano escolar.

O segundo capítulo – *Flores que colhemos, jardins que visitamos: quadro teórico* – será um passeio pelos campos que possibilitaram o germinar das primeiras inquietações que nos motivaram a escrever esta história. Tomamos esse espaço, o da História da Educação, junto à História Cultural, História da Cultura Escrita e à Filologia, como lugares de fala, pois, quando nos comprometemos a contar uma história, precisamos assumir um ponto de vista.

Mergulhamos nesse lugar, portanto, para observar e, sobretudo, para retomar questionamentos importantes: qual o lugar que a História da Educação tem ocupado? Quem tem desenvolvido pesquisas nessa área? É possível estabelecer relações entre a História da Educação e a História Cultural?

No terceiro capítulo, intitulado *O trilhar de passos para consolidar a obra: metodologia*, é apresentado o paradigma indiciário, metodologia que embasa o trabalho. São feitas breves reflexões a respeito do Arquivo, local que salvaguarda as *Correspondências recebidas sobre doação de livros às escolas públicas*, documentos que datam de 1837 a 1868 e que constituirão o *corpus* de análise. São apresentadas, também, as etapas de desenvolvimento da pesquisa.

O quarto capítulo - *Recolhendo os estilhaços da memória: análise das correspondências sobre doação de livros às escolas públicas* – faz-se um percurso pelos indícios revelados pelo documento e posteriormente são feitas as análises. São postos em cena, ainda, os doadores de livros para investigar sua biografia.

No quinto capítulo – *Da efemeridade ao valor histórico: o retorno do relegado* - foram feitas reflexões a respeito do manual didático como objeto histórico e mais, como uma importante fonte de pesquisa para a História da Educação, na esperança de despertar a consciência da necessidade da preservação desses objetos culturais.

E mais um integrante dessa narrativa será revelado: o tempo! É na província da Bahia oitocentista que tudo acontece: a efervescência do início da estruturação do ensino público é o

pano de fundo das ações, revestido pelo surgimento das aulas públicas primárias, do ensino secundário e das escolas de formação de professores, fatores que causaram grande impacto na realidade educacional. Faremos um breve panorama desse período histórico e estenderemos a discussão aos manuais didáticos.

No sexto capítulo, será apresentado o *Epílogo*, em seguida o *Apêndice* e, finalmente, as *Referências*.

Quando contamos uma história, esperamos que quem está lendo se sinta contemplado e satisfeito com aquilo que está sob seus olhos ou se sinta, pelo menos, confortável, por estar fazendo parte desse jogo comunicativo, em que ora concordamos, ora discordamos e nesse entremeio vamos construindo os sentidos que dão ainda mais vida ao que está sendo narrado. Sabendo disso, fazemos votos para que vocês, caros leitores, sintam-se à vontade no decorrer dessa narrativa. E ficaremos na expectativa de que a leitura seja prazerosa.

2 FLORES QUE COLHEMOS, JARDINS QUE VISITAMOS: QUADRO TEÓRICO

Era uma vez... É assim que começam, geralmente, as histórias infantis que estimulam o exercício imaginativo. Dentre todas, escolhemos para começar esta obra, *Alice* que tem o faz de conta como seu passatempo favorito:

Aqui eu gostaria de ser capaz de lhe contar a metade das coisas que Alice costumava dizer a partir da sua expressão favorita: “vamos fazer de conta”. Ela tivera uma discussão bastante longa com a irmã ainda na véspera, tudo porque começara com “**Vamos fazer de conta que somos reis e rainhas** e a irmã, que gostava de ser muito precisa, retrucara que isso não era possível porque eram só duas, até que Alice finalmente se vira forçada a dizer: “Bem, você pode ser só um deles, eu serei todos os outros.” (CARROLL, 2009, p.163)

À moda da nossa personagem, *vamos fazer de conta que somos meninos e meninas, integrantes da mocidade baiana oitocentista* e, hoje, iremos aprender uma lição importante. Para iniciá-la vamos ouvir uma história que começa com uma questão filosófica levantada há alguns anos atrás por um historiador muito famoso chamado Marc Bloch.

Ele nos conta que um menino interrogava seu pai, que era um historiador: “Papai, então me explica para que serve a história.” E o autor nos leva a refletir sobre a relação entre essa pergunta e o problema da legitimidade da história. Como resposta anota:

Decerto, mesmo que a história fosse julgada incapaz de outros serviços, restaria dizer, a seu favor, que ela entretém. Ou, para ser mais exato — pois cada um busca seus passatempos onde mais lhe agrada —, assim parece, incontestavelmente, para um grande número de homens. Pessoalmente, do mais remoto que me lembre, ela sempre me pareceu divertida. Como todos os historiadores, eu penso. Sem o quê, por quais razões teriam escolhido esse ofício? Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para a ela se dedicar é propriamente o que se chama vocação. (BLOCH, 2018, p. 43)

Sendo assim, desejamos que a leitura desta obra, tanto quanto a própria História, seja divertida, interessante e que sirva, para além de informar, como entretenimento para vocês, que ora se arriscam a pousar os olhos sobre essas linhas que escrevemos.

Os historiadores também precisam admitir, gostem ou não, que a força e a energia de fábulas e ficções podem soprar vida em almas mortas. Essa vontade demiúrgica pode ser típica de toda a literatura, antes ou depois do momento histórico no qual a palavra começou a designar o que hoje chamamos “literatura”, que supõe uma conexão entre noções de originalidade estética e propriedade intelectual. (CHARTIER, 2014, p. 8)

Neste capítulo, assim como *Alice*, pouco antes de cair na toca do coelho, vamos passear por grandes jardins: a História Cultural, a História da Educação, a História da Cultura Escrita e a Filologia. O objetivo de fazer esse passeio, para além de informar a importância de

cada uma dessas áreas para o trabalho, é simples: colher flores dos mais diversos tipos: flor-ideia, flor-conceito, flor-exemplo, flor-experiência, para deixar esta obra, além de agradável, colorida, perfumada e rica.

É importante lembrar que a divisão aqui proposta, em áreas do saber, é meramente didática, com intenção de clarificar o que caracteriza cada uma delas, pois como nos adverte Barros (2004, p.13):

[...] a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. **Mas o ser humano em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.** (grifo nosso)

2.1 OS PERCALÇOS NA DIVISÃO DA HISTÓRIA: SITUANDO O ESTUDO

Há duas grandes dificuldades em organizar e classificar internamente a história: uma referente à confusão de critérios classificatórios e a outra à mistura de critérios que são utilizados para classificação de várias histórias (BARROS, 2004).

Ainda em consonância com esse autor, o segredo para entender os vários campos que compõem a História:

[...] está em distinguir muito claramente as divisões que se referem a *dimensões* (enfoques), as divisões que se referem a *abordagens* (ou modos de fazer a História), as divisões intermináveis que se referem aos *domínios* (áreas de concentração em torno de uma certa temática e objetos possíveis.) (BARROS, 2004, p.20)

Para situar o nosso estudo na classificação proposta podemos dizer que a *dimensão* que nos orienta é a História Cultural, já que consoante Barros (2004, p.56) a História Cultural pode ser definida como “toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada.”

Na visão de Roger Chartier, essa dimensão “tem por principal objeto identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler.”

Sendo assim, estamos vinculados à História Cultural na medida em que buscamos compreender um fenômeno, a política de doação de livros, em um momento historicamente localizado, o século XIX, principalmente sua primeira metade.

Para além desse campo, o da História Cultural, identificamos dois outros que também orientarão este trabalho: a História da Cultura Escrita e a História da Educação, falaremos sobre ambos, brevemente, a seguir.

2.1.1 A História da Cultura Escrita

Antes de expor as definições da História da Cultura Escrita, acreditamos ser de fundamental importância refletirmos sobre o próprio conceito de cultura. Para isso, podemos lembrar que:

A própria linguagem, e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social, embasam esta noção mais ampla de Cultura. “Comunicar” é produzir Cultura, e de saída isto já implica na duplicidade reconhecida entre Cultura Oral e Cultura Escrita (sem falar que o ser humano também se comunica através dos gestos, do corpo, e da sua maneira de estar no mundo social, isto é, do seu ‘modo de vida’) (BARROS, 2004, p.57)

Burke (2008) dedica uma parte do seu livro a responder a seguinte pergunta: *O que é cultura?*, a resposta é uma revisão histórica bastante elucidativa do termo, vejamos:

O termo cultura é ainda mais problemático que o termo “popular”. Como observou Burckhardt em 1882, história cultural é um conceito vago. Em geral é usado para se referir à “alta” cultura. Foi estendido “para baixo”, continuando a metáfora, de modo a incluir a “baixa” cultura ou cultura popular. Mais recentemente, também se ampliou para os lados. O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar). (BURKE, 2008, p.42-3)

Agora, que já visitamos o conceito de cultura, podemos partir para a compreensão de História da Cultura Escrita:

[...] ésta se puede entender perfectamente como una forma de historia cultural centrada específicamente en los objetos escritos y en los testimonios, de cualquier índole, que conciernen a sus distintos usos y a sus varias funciones. Por lo tanto, al igual que se há dicho respecto de los historiadores culturales, también los que nos ocupamos de la historia de la cultura escrita debemos poner de relieve las conexiones entre las distintas actividades y manifestaciones de lo escrito de cara a reconstruirlas como un todo. (GOMÉZ, 2003. p. 107-8)

No que diz respeito às atribuições do historiador da cultura escrita, é Armando Petrucci (2003, p. 7-8) quem orienta esse fazer, diz:

La opción reivindicada aquí es, para seguir la línea malloniana, la de una disciplina que se configure como una auténtica “historia de la cultura escrita” y que por ello se **ocupe de la historia de la producción, de las características formales y de los usos sociales de a escritura y de los testimonios escritos em uma sociedade**

determinada, independentemente de las técnicas y los materiales utilizados cada vez. (PETRUCCI 2003, p. 7-8) (grifo nosso)

2.1.2 Onde mora a História da Educação⁶?

Para compreender o desenvolvimento da História da Educação, é importante revisitar a sua origem, que conforme Fonseca (2008, p.56):

A história da educação como sabemos, foi constituída primeiramente como disciplina escolar e teve sua trajetória marcada pelas relações estabelecidas com o conhecimento produzido em outros campos, como a Filosofia e a Psicologia. Tratava-se de elaborar um conjunto de saberes sobre a história das ideias pedagógicas que tivessem função prática na formação dos professores e dos pedagogos.

A ligação da História da Educação com a Filosofia e a História das ideias pedagógicas merece destaque, a respeito disso Lopes e Galvão (2010, p.23-4) chamam a atenção para o fato de que

[...] essa associação com a Filosofia da Educação contribuiu para que uma das vertentes mais pesquisadas na história da educação fosse exatamente a história das ideias pedagógicas [...]. O discurso sobre o professor, repetido ao longo dos séculos, tem insistido no caráter missionário de que a profissão se reveste ou deveria se revestir.”

Em relação à constituição da história da educação como um campo, as autoras afirmam que “existem dificuldades para constituir a história da educação como uma área de pesquisa propriamente dita.”

Neste trabalho, assumimos a História da Educação como um campo, uma vez que ela se ocupa de um objeto próprio, os fenômenos educativos em mudança. E, apesar de ainda precisar do auxílio de outras disciplinas para desenvolver seu trabalho de modo exitoso, não interpretamos tal necessidade como demérito, mas antes, como complementaridade. A respeito disso, Faria Filho aponta:

Parte-se do pressuposto de que a História da Educação deve ser vista como um campo temático de investigação da História, cujo objeto, no caso, é a educação. Educação vista como “mediação, referência por meio da qual as relações na sociedade e na cultura são construídas de uma maneira e não de outra” (FARIA FILHO, 2000, p.16).

Território plural, como preferem denominar Galvão e Lopes já no título de sua obra, a História da Educação busca muito mais que simplesmente verificar nos fenômenos educativos

⁶ Título, em tom de homenagem, inspirado no estudo feito por SOUZA (2003), intitulado *A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador*

a técnica e a norma, “o *dever ser* como foi muito comum nos anos anteriores aos 70 e 80 do século XX” (CASTANHO, 2018).

Assistimos, mais recentemente, a uma renovação dos estudos em História da Educação e o surgimento da preocupação com as práticas escolares, bem como com o que se convencionou chamar de cultura escolar. Tal perspectiva tornou ainda mais íntima a relação entre escola e sociedade.

Acreditamos que a História da Educação foi largamente influenciada pela História Cultural a ponto de podermos pensar em um processo osmótico, conforme pontua Castanho (2018, p.9)

A interseção possível entre a história cultural e a história da educação não ocorre pela absorção de uma por outra disciplina, pela anulação de qualquer delas, mas, sem dúvida, por uma mútua fecundação. A história cultural continuará sendo história cultural, interessada no estudo da "teia simbólica" tecida pelas sociedades humanas. A história da educação seguirá sendo história da educação, preocupada com o estudo no tempo e no espaço do fenômeno educativo em mudança. **Mas, ao estudar as práticas e representações dos atores e instituições educativas, a história da educação estará filtrando para dentro de seu próprio campo, numa espécie de processo osmótico, temáticas e olhares antes específicos da história cultural, não importa em qual das modalidades das muitas que pontilharam seu itinerário.** (grifo nosso)

Há controvérsias no que diz respeito à existência de relações entre a História da Educação e a História Cultural, conforme podemos observar nas palavras de Fonseca (2003, p.59): “a história da educação, como especialização da história, ou dito de forma mais consistente, como campo temático de observação, não tem fronteiras a definir com a história cultural.”

No entanto, ao apresentarem um balanço das pesquisas realizadas na área da educação, Vidal e Faria Filho (2005, p.124) destacam a fala de Libânia N. Xavier ao observar os trabalhos inscritos no I CBHE (Congresso Brasileiro de História da Educação), diz: “as tendências verificadas no conjunto dos resumos indicam a crescente consolidação de um campo disciplinar que se desenvolve no interior do campo pedagógico, mas que nitidamente inscreve-se no âmbito da chamada História Cultural.”

A pesquisa de Cardoso (2011, p.3) também revela essa relação de proximidade entre as duas, anota:

Pesquisas realizadas recentemente revelam uma renovação nos estudos da História da Educação que apontam em direção à História Cultural. Entre os indícios dessa aproximação podemos verificar a recorrência e a citação a autores “clássicos” da História Cultural, como Roger Chartier, que é largamente utilizado, especialmente no que diz respeito aos conceitos de representação e apropriação, desenvolvidos nas pesquisas em relação à leitura e aos impressos, tanto escolares quanto periódicos voltados para a formação de professores.

Apesar da constatação da presença da História da Educação como um campo de investigação, não há um reconhecimento da mesma nas obras que tratam da teoria da História.

Falcon (2006, p. 1-5) nos oferece um levantamento de obras que tratam da produção historiográfica ocidental e expõe a ausência quase total da História da Educação em tais produções: “Mas também se pode observar nesse mesmo universo textual a ausência quase completa de trabalhos relativos à história da educação, **como se não competisse realmente aos historiadores o estudo e a pesquisa de tal história.**” (grifos nossos) (FALCON, 2006, p.1)

O autor remete tal ausência a dois fatores: a setorialização das disciplinas e a própria natureza da História da Educação, que, segundo ele, pertence a um primeiro grupo em que a História seria aplicada a um objeto (História de), diferente das histórias adjetivadas, tais como a História Política, as quais seriam inerentes à História propriamente dita.

Essa visão leva a crer na existência de uma segmentação do trabalho historiográfico, no qual

[...] **aos historiadores**, a história política (acontecimentos políticos, grandes líderes civis e militares, diplomacia, guerras, instituições e ideias políticas); **aos demais, especialistas em outros campos da realidade histórica**, a história da arte, da literatura, da filosofia, da ciência, da música, do direito, da educação entendidas como especializações acadêmicas e científicas (FALCON, 2006, p. 332) (grifos nossos)

Observando atentamente as palavras do autor citado anteriormente nota-se que os demais, especialistas em outros campos, não são considerados historiadores, ainda que desenvolvam trabalhos relacionados à realidade histórica, talvez em respeito ao próprio *status* daqueles que fizeram História como opção de formação.

Como crítica à compartimentação, o autor alega que as manifestações culturais passaram a ser objetos de historiografias

[...] particulares, incomunicáveis umas com as outras, organizadas cronologicamente e com características meramente descritivas, factuais, quase sempre ancoradas nas noções de influência, sucessão, escolas e eras ou períodos ditos históricos **que pouco ou nada tinham a ver com a história dos historiadores propriamente dita.** (FALCON, 2006, p.332) (grifos nossos)

Para retomar a pergunta que intitula esta subseção – onde mora a História da Educação? -, poderíamos, certamente, dizer que atualmente ela mora “nos braços” da História Cultural, pois

O aporte teórico-metodológico da História Cultural traz, portanto, a perspectiva de ampliação dos objetos de pesquisa, das abordagens, das fontes a serem consultadas, bem como do tratamento dessas fontes, oferecendo aos/às pesquisadores/as a possibilidade de olhares múltiplos sobre os diversos aspectos constituintes das práticas educativas, revelando dimensões antes pouco exploradas, possibilitando dar voz aos seus atores, explicitando sua dinâmica e sua complexidade. (CARDOSO, 2011, p.289)

Enfim, esclarecido que aqui entendemos a História da Educação como campo que se tangencia a História Cultural, bem como a História da Cultura Escrita, nos resta responder uma última questão: para que serve a História da Educação?

Pergunta homônima ao título de um artigo escrito por Luciano Mendes Faria Filho, e que podemos encarar como uma provocação para pensar sobre a função do Historiador da Educação.

Selecionamos um dos trechos como possível resposta: “Num momento em que grandes estradas e pontes para o passado estão sendo rapidamente pavimentadas, talvez uma das responsabilidades dos(as) historiadores(as) da educação seja mesmo, e mais uma vez, ajudar a nossa gente a conhecer as grandes novidades que esse passado pode revelar.”

Como visto, “definir o ambiente intradisciplinar em que florescerá a pesquisa ou no qual se consolidará uma atuação historiográfica deve ser encarado como um esforço de autoconhecimento, de definir os pontos de partida mais significativos – e não como uma profissão de fé no isolamento” (BARROS, 2004. p.17)

Pensando nessa ideia de transdisciplinaridade e afastamento do isolamento, partimos para o outro jardim que compõe esta obra: a Filologia que, certamente, dialogará com essas áreas do saber que foram até agora apresentadas.

2.1.3 A Filologia

Desde os primórdios do seu surgimento, a Filologia tem um sentido amplo, isso motivou o despertar de polêmicas a respeito de sua definição. Conforme aponta Cambraia (2005, p. 35): “[...] a polissemia do termo *Filologia* não é, porém, fenômeno moderno, pois, ao que parece, na Grécia antiga, período em que teria sido cunhado, já apresentava sentidos diversos”.

A ideia de Filologia como área do conhecimento que tem relação com *o amor pela palavra*, difundida por muito tempo, provavelmente, tem sua origem na própria etimologia, que é grega: “PHILOLOGIA. He palavra Grega composta de *Philos*, Amigo, & *Logos*, discurso [...]” (BLUTEAU, 1728, p. 482). Sendo assim, durante bastante tempo, de fato, acreditava-se que a Filologia teria a responsabilidade de lidar com todas as esferas afiliadas à palavra, ao discurso e à erudição. Como reflexo dessa mentalidade, podem-se observar as palavras de Castro (1995, p. 512 apud MATTOS E SILVA, 2008, p.13), ao lembrar o tempo:

[...] em que linguistas também eram etnógrafos, historiadores, folcloristas, arqueólogos e não tinham problema de identidade disciplinar, pois se sabiam participantes de uma vasta empresa de aquisição de conhecimentos diversificados, mas harmonizáveis em torno de um interesse comum pela palavra documental ou artística e pelo seu comportamento na história. **Conhecerem-se todos por filólogos era tradicional e apropriado.** (grifo nosso)

Mas, com o passar dos anos, o termo foi adquirindo um significado mais específico e, aos poucos, assumiu uma nova direção:

Como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas. Uma de suas formas mais antigas, **a forma por assim dizer clássica e até hoje considerada por numerosos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica, é a edição crítica de textos.** (AUERBACH, 1972, p.11, grifo nosso)

Contudo, mesmo delineando uma orientação do campo de estudo dessa ciência, ainda é possível observar uma amplitude presente no seu conceito. Dessa forma, há um direcionamento, mas o alcance de seus estudos permanece amplo, “[...] então, se de um lado a Filologia continua sendo considerada como uma ciência ampla, por outro, ela restringe seu campo de ação, seguindo como auxiliar e ao mesmo tempo como apoio a diversas outras disciplinas, perdendo sua pretensão de onipresença” (CANO AGUILAR, 2000 apud LOSE, 2006, p. 64).

Acompanhando esse sentido amplo e diverso do termo Filologia, tem-se, ainda, a multiplicidade de denominações que foram surgindo: “[...] as de sentido amplo, como Filologia (a mais antiga), Ecdótica, Crítica Textual [...], Crítica Verbal e Textologia; as de sentido restrito como Estemática, Variantística, Crítica Genética e Hermenêutica” (SILVA, 1994, p.58).

Neste trabalho, adota-se a união de duas terminologias: Filologia e Crítica Textual, a fim de manter toda a potencialidade que a ciência carrega em seu sentido mais antigo (Filologia) e direcionar a via através da qual se trabalhará (Crítica Textual), partindo da edição de textos. Há, portanto, conformidade com a opção do autor citado anteriormente ao informar que:

[...] preferimos a denominação Crítica Textual, por ser no nosso entender a mais simples e mais adequada, e a mais aceita de modo geral. Uma vez que a palavra Filologia é usada em pelo menos três acepções – a primitiva de “culto da erudição ou da sabedoria em geral”, a equivalente à de Linguística e a equivalente à de Crítica textual – só achamos cabível o seu emprego num contexto que esclareça o seu significado: assim, como só usamos Filologia na acepção de Crítica textual, temos sempre o cuidado de deixar bem clara a nossa opção, dizendo por exemplo – a Filologia, entendida como Crítica Textual – sem o que o leitor não terá como resolver o problema da polissemia. (SILVA, 1994, p. 58)

Dessa forma, pode-se dizer que o objeto de estudo da Filologia, enquanto Crítica Textual, é o texto, objeto material comum a muitas outras ciências, tendo sua diferença marcada no aspecto que será investigado, além dos resultados que se deseja alcançar. Sendo assim, é aceitável que a Filologia seja definida como “ciência do texto”, como propõe Mattos e Silva (2008, p. 14): “[...] a filologia hoje, parece integrar-se melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como modernos. Assim a Filologia assume o seu lugar como a ‘ciência do texto’[...]”.

Depois de definida a ciência que norteará o trabalho, cabe, agora, questionar a função que o profissional responsável por ela deve desempenhar, questionar qual o papel do filólogo.

Acredita-se que o filólogo deve lançar mão de todas as ferramentas que necessitar para investir no processo de reconstituição do seu texto, trazendo todas as informações possíveis para facilitar o trabalho do seu leitor. Magalhães (2010, p. 8-9) alerta:

[...] é dever deste assegurar que aquele mundo por ele descoberto e interpretado seja conhecido pela comunidade da qual ele faz parte. Ressalta-se, inclusive, que é necessário ao filólogo observar a dinâmica atual do mundo em que ele está inserido e, assim, "fazer jus ao seu tempo", isto é, utilizar das ferramentas disponibilizadas pelas sociedades para apresentar os documentos de uma forma mais acessível e fácil [...].

A mesma autora adverte à comunidade filológica da necessidade de investir nas novas tecnologias em prol do labor filológico, afirmando que “[...] o filólogo do século XXI também não pode viver alheio ao seu tempo e aos clamores deste [...]”, e relacionando alguns dos elementos inovadores com os tradicionais, diz:

O tempo não parou para a filologia. Ela continua a mesma em sua essência, mas evoluída tecnologicamente. O fazer filológico, o labor em si, continua o mesmo. Continua-se pretendendo tomar os textos para restituir-lhes a forma genuína. [...] Os meios de realização do método filológico continuam os mesmos, só que a tecnologia facilitou o modo de fazê-los. Quer-se semelhança maior entre o *zoom* e a lupa? Ou entre a barra de rolagem dos editores de texto e a forma de leitura dos pergaminhos em rolo? Eis a comprovação de que houve mudanças sem perder as bases! (MAGALHÃES, 2013, p. 65)

Enfim, acredita-se que o filólogo seja, antes de tudo, “[...] muito mais que um mero preparador de textos [...] o seu estatuto é o de crítico, pois nenhuma constituição textual, nenhuma emenda seriam possíveis fora ou antes de uma compreensão total, de uma interpretação no sentido mais amplo e preciso do termo.” (PICCHIO, 1973 apud SILVA, 1994, p. 61)

Para desenvolver um trabalho filológico de qualidade, é fundamental que se tenha em mente a necessidade de dialogar com outras ciências, já que “[...] uma das características mais instigantes da crítica textual é sua transdisciplinaridade. Para o efetivo exercício da fixação de textos é sempre necessário um conjunto muito diversificado de conhecimentos, o que obriga o trânsito por diversas áreas do conhecimento.” (CAMBRAIA, 2005, p. 22)

2.1.4 Paleografia e Diplomática

Há algumas áreas específicas que exercem bastante influência no trabalho do filólogo em sua empreitada: a Paleografia e a Diplomática são grandes exemplos, uma vez que elas auxiliam o profissional a compreender o documento e a sua composição.

Essas parcerias, no entanto, só são bem sucedidas quando o pesquisador tem consciência da relação de complementaridade que elas mantêm entre si. Mesmo sabendo que cada uma tem um propósito particular a ser investigado no documento, nada fará sentido se esses objetivos não estiverem inter-relacionados.

Para compreender o papel que cada uma dessas ciências desempenha, é preciso consultar suas origens:

Logo no início, a Paleografia e a Diplomática se confundem e vão se desenvolver graças a uma polêmica entre religiosos. Foi constatada, nos arquivos da Companhia de Jesus, a existência de documentos falsos. Em 1675, foram publicados os *Princípios introdutórios para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos documentos antigos*, uma rigorosa crítica diplomática que impugnava a validade de muitos documentos conservados nos arquivos dos mosteiros beneditinos franceses, esta obra também dava normas da crítica diplomática. Em 1681, foi publicado *De re diplomatica libri VI*, de Dom Jean Mabillon, uma refutação à obra anterior, que assinalava o nascimento da Diplomática e da Paleografia. Este é considerado o primeiro tratado de Paleografia. Embora ainda não apareça [o] termo, *paleografia*, Mabillon é considerado o pai da Paleografia e da Diplomática Moderna. (LOSE, 2011, p. 15)⁷

Por terem surgido juntas, essas ciências até hoje recebem um tratamento de parceria e, praticamente, não se fala de uma sem a outra. A mesma premissa vale quando a Filologia está em jogo, já que para fazer a edição faz-se necessária a familiarização com todos os componentes do objeto.

Sendo assim, ao passo que a Diplomática se ocupa de investigar a estrutura formal do documento viabilizando a investigação de sua autenticidade, além do conteúdo do texto, a Paleografia, por sua vez, permite o acesso à materialidade, o suporte, a letra, as abreviaturas, os instrumentos utilizados para escrever, entre outros. Apesar disso, não é possível acessar o conteúdo do texto sem atentar para a letra que ali está lavrada e os demais componentes que compõem a materialidade, logo, não há como dissociar o trabalho das duas ciências.

Cambraia (2005, p. 23-25) pontua a importância de ambas para o trabalho filológico:

A relevância da paleografia para o crítico textual é bastante evidente: para se fixar a forma genuína de um texto é necessário ser capaz de decodificar a escrita em que

⁷ Trecho do módulo digital produzido para a disciplina *Introdução à Crítica Textual*, ofertada pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, no semestre 2011.1, organizado pela professora Alicia Duhá Lose.

seus testemunhos estão lavrados. [...] Os conhecimentos diplomáticos são especialmente relevantes para o crítico textual que edita documentos.

Durante algum tempo o estudo da Paleografia e da Diplomática foi feito em conjunto e ambas eram consideradas dependentes da História. Atualmente, elas são abordadas separadamente e já não são vistas como dependentes, mas, sim, como auxiliares. Tanto a Paleografia quanto a Diplomática estudam o texto, mas vale a pena salientar que cada uma o faz de modo diferente, porém, complementar:

Enquanto a Paleografia lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto (letras, números, abreviaturas, ligações e outros sinais gráficos), a diplomática se ocupa de seus caracteres intrínsecos (idioma, teor, estilo). Se a Paleografia se interessa pelo documento em si, traçando regras para a sua tradução e decodificação formal, a Diplomática faz a interpretação do texto, explora o seu teor e conteúdo, analisa a língua e o estilo e verifica a autenticidade do documento. Dir-se-ia que uma cuida do corpo e a outra da alma do texto (BERWANGER; LEAL, 2008 apud BELLOTO, 2008).

3 “O TRILHAR DE PASSOS PARA CONSOLIDAR A OBRA”: METODOLOGIA

A coleção de Correspondências recebidas sobre doação de livros às escolas públicas, do Arquivo Público do Estado da Bahia, é bastante rica e diversificada, terreno fértil para o desenvolvimento da *operação historiográfica*, para usarmos o termo cunhado por Certeau.

Conhecer o documento com o qual se trabalha é o primeiro passo nessa jornada, logo, é essencial que se faça a descrição do material a fim de construir maior familiaridade com o objeto.

Quando passeamos por algum lugar, temos a opção de escolher vários atalhos, trilhas, veredas e caminhos, mas nós escolhemos apenas um para seguir, por isso, apresentaremos agora o passo a passo que trilhamos ao longo do caminho, representado por esta obra.

3.1 RECOLHENDO AS PISTAS DO CAMINHO: APRESENTAÇÃO DO PARADIGMA INDICIÁRIO

Quando contamos uma história, precisamos nos preocupar com os elementos que caracterizam uma narrativa (o quê? onde? quando? qual o clímax da história?), além disso, também é nossa responsabilidade nutrir a expectativa, manter o leitor interessado, utilizar a entonação correta, e a depender do tipo de história que esteja sendo contada, há outros fatores que entram em jogo: a surpresa, o suspense, o humor etc.

Com a narrativa histórica, ainda que de forma diferente, isso também acontece, já que o historiador, mesmo não sendo um contador de histórias, desperta nos leitores grandes curiosidades sobre seu conhecimento, conforme nos conta Galvão (2010, p.10):

É sempre misterioso para quem lê um livro de cunho histórico, pensar como o autor chegou a escrever o que escreveu. Como ele sabe isso que eu não sei? Onde e como ficou sabendo? Se há uma história contada, como se construíram os pedaços de história? Se o passado não pode ser plenamente conhecido e compreendido como ter acesso ao que passou?

Para responder a essas perguntas, além do que a própria autora apresenta, podemos observar as palavras de Certeau ao refletir sobre as ideias de Barthes (2002, p.47): ‘ os “fatos” de que fala a história funcionam como indícios.’

Sendo assim, ao exercer seu papel, o historiador vai recolhendo os vestígios, as pistas, analisando cada peça, como num quebra cabeça, para descobrir sua localização exata e cumprir seu objetivo. São as peças que constituem e prefiguram o resultado final, mas quem opera as peças e avalia cada formato é aquele que joga, nesse caso o historiador, pois na pesquisa

Quando os fenômenos estudados pertencem ao presente ou ao passado muito recente, o observador, por mais incapaz que seja de forçá-lo a se repetir ou de infletir, a seu bel-prazer, seu desenrolar, não se encontra do mesmo modo desarmado em relação a suas **pistas. Ele pode, literalmente, dar vida a algumas delas. São os relatos das testemunhas.** (BLOCH, 2018, p.69) (grifos nossos)

Nesse processo de descobrir pistas e compreendê-las, o historiador vai construindo os sentidos, averiguando as relações existentes entre as pistas e, assim, um ponto de vista mediado pelas suas análises se constitui, e uma história vai sendo revelada.

Essa tarefa, minuciosa e árdua, muitas vezes foi problematizada e trouxe aos próprios historiadores dúvidas em relação ao seu labor. Certeau (2002, p.55) nos conta a respeito dessa angústia:

O que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas.

Como resposta a essas questões e às postas anteriormente, as reflexões de Galvão (2010, p.10) se mostram bastante pertinentes: “a resposta a todas essas perguntas está nos traços que foram deixados, nos vestígios não apagados, que dizem algo sobre a vida das pessoas e sobre as relações que elas estabelecem entre si.”

Essa forma de pensar centrada nas pistas, nos vestígios é bastante antiga. Basta lembrarmos da figura do homem pré-histórico que observava as pegadas, os galhos quebrados, ruídos e movimento e os interpretava como sinais de que havia algum animal por perto e a partir disso orientava sua caçada.

Esse raciocínio pode ser compreendido como a essência de um paradigma que teve sua ascensão epistemológica e ficou famoso no final do século XIX. O responsável por metodizar esse paradigma foi Carlo Ginzburg, diz: “no final do século XIX - mais precisamente na década de 1870-80 – começou a se firmar nas ciências humanas um paradigma indiciário

baseado justamente na semiótica. Mas as suas raízes eram muito antigas.” (GINZBURG, 2002, p.151)

Na sua obra *Mitos, emblemas e sinais*, Ginzburg apresenta o paradigma indiciário como uma ferramenta metodológica que pode ser útil para realizar a inquirição das evidências:

Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa ideia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. (GINZBURG, 2002, p. 177)

É interessante observar como a lógica do paradigma indiciário se assemelha à noção de construção de diagnóstico. Para chegar ao diagnóstico, o médico vai interrogar o paciente, tal qual o historiador interroga suas fontes. Inicialmente, é feito o levantamento do histórico familiar (a própria história do documento), toma-se nota dos sintomas do paciente (pistas que estão dispostas na própria superfície do texto), solicitam-se exames (informações ocultas que exigem maior depuração). Finalmente, é feita a comparação (paratexto) entre os exames e os relatos do paciente e partindo de um conjunto vasto de informações, o diagnóstico (narrativa) é construído.

Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes [...]. Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. **E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.** (GINZBURG, 2002, p.157) (grifos nossos)

Neste trabalho, adotamos essa metodologia e foi por meio dos detalhes que analisamos a *Coleção de correspondências recebidas sobre doação de livros às escolas públicas* e construímos a narrativa que ora se apresenta, a fim de revelar o funcionamento da política de doação de livros didáticos que ocorreu no âmbito da instrução pública da primeira metade do século XIX.

3.2 O DESAFIO DE “ESCUTAR OS MORTOS COM OS OLHOS”

Convido-os agora, queridos leitores, para um desafio, que foi idealizado, primeiramente, por Quevedo, mas que chegou até nós através das palavras de Roger Chartier (2014): o de “escutar os mortos com os olhos”. Isso mesmo, escutar com os olhos.

Dizemos isso porque ao estudar as correspondências de doação de livros às escolas públicas, o que acessamos é o texto escrito, logo, o que estamos vendo/lendo é a **escrita** daqueles que, agora, estão mortos, e não, sua voz.

O desafio de escutar a voz daqueles que no passado podiam ouvir, certamente com os ouvidos, as vozes uns dos outros pertencem a um outro grupo de historiadores.

Apenas os historiadores de tempos muito recentes, graças às técnicas de inquirição oral, podem oferecer uma audição literal das palavras cujas histórias escrevem. **Os outros – todos os outros [historiadores] – precisam escutar os mortos somente com os olhos e recolher as velhas palavras em arquivos nos quais o vestígio escrito delas foi preservado.** (CHARTIER, 2014, p.7) (grifos nossos)

O texto escrito, no caso desta pesquisa, é a porta de entrada que dá acesso ao caminho para chegar à cultura daqueles que escreveram as correspondências, é a partir dele que poderemos colher as pistas, analisá-las, estudá-las até conseguir uma sequência adequada dos vestígios que nos aproxime da compreensão da realidade daquele momento histórico.

Com isso, não queremos dizer que estamos estudando unicamente o passado, pelo contrário, estamos a passear pelo tempo para estudar as mudanças. E quando dizemos tempo, o entendemos conforme a perspectiva apresentada por Castanho (2010, p.63): “o tempo, como categoria central da História, não se apresenta, porém, como uma unidade, uma síntese, mas através de seus ‘momentos constitutivos’. [...] Trata-se das noções de passado, presente e futuro.”

Sendo assim, sabemos que apesar do passado ser um dos objetos da história, não é o único, já que ela se ocupa, essencialmente, de estudar as mudanças que ocorreram nas sociedades humanas e isso está para além do passado.

Além de ser cauteloso com as questões relacionadas ao tempo, o historiador tem a responsabilidade de construir um discurso histórico adequado baseado nos dados que pesquisou. Essa construção é feita por intermédio da linguagem, já que a narrativa é, por excelência, a forma de escrita da história. Falando nisso... deixemos que o próprio autor de *A Escrita da História*, nos ensine:

Esta é a história. **Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato**, ressurgência e degeneração da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente. Ela reitera, regime diferente, os mitos que se constroem sobre um assassinato ou uma morte originária, e que **fazem da linguagem o vestígio sempre remanescente** de um começo tão impossível reencontrar quanto de esquecer. (CERTEAU, 2002, p. 53) (grifos nossos)

Portanto, é se utilizando de um artifício ficcional que o discurso histórico se torna inteligível, e é nesse ponto que a história e a literatura se encontram, conforme nos alerta White (1994, p.23): “é porque o discurso histórico é atualizado em sua forma culturalmente significativa como um tipo específico de escrita que podemos considerar a importância da teoria literária tanto para a teoria como para a prática historiográfica.”

Seguindo essa mesma visão, a de união, que o historiador deve seguir para conseguir um bom trabalho, pois a pesquisa histórica precisa de outros campos para cumprir sua função. Nesse sentido, concordamos com a visão de Chartier (2014, p.15):

Sempre pensei e ainda penso que os labores do historiador ou historiadores atendem a duas necessidades. Eles devem propor novas interpretações de problemas claramente definidos, mas também dialogar com colegas estudiosos das vizinhas disciplinas de Filosofia, Crítica Literária e Ciências Sociais, de modo a estar mais bem armados para refletir sobre suas próprias práticas e sobre os rumos para os quais a disciplina se dirige.

O fazer do historiador requer muitos cuidados, como já pudemos exemplificar, mas outra precaução que é indispensável ao trabalho historiográfico, diz respeito ao seu modo de analisar os dados, à confiança que imprime em sua fonte e à maneira que questiona seu objeto, já que:

Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro [...] e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos- monumentos. (LE GOFF, 2003, p.472)

Previno-os, amados leitores, de todos os perigos que esse desafio de “escutar os mortos com os olhos” guarda. Mas não fazemos isso com a intenção de levá-los a desanimar, muito pelo contrário! Se a sedução do desafio consiste, justamente, em driblar todos os perigos e provar nossa habilidade, é confiando na sua capacidade que vamos seguir.

Sabendo que estamos lidando com mortos, precisamos saber de tudo sobre eles, e do que são capazes, por isso recorreremos aos conselhos de Certeau:

Pois falar dos mortos é também negar a morte e, quase, desafiá-la. Igualmente diz-se que a história os “ressuscita”. Esta palavra é um engodo: ela não ressuscita nada. Mas evoca a função outorgada a uma disciplina que trata a morte como um objeto do saber, e fazendo isto, dá lugar à produção de uma troca entre vivos. (CERTEAU, 2002, p. 53).

Logo, é o próprio discurso do morto que nos dá os caminhos para construir a metanarrativa, o sentido dessa narrativa vai ser dado pelo próprio historiador, o qual tomará como ponto de partida as pistas deixadas no texto escrito, ele tomará por base, então, o que o escutou, com os olhos, o morto lhe dizer.

Mas não podemos nos deixar enganar, pois “os mortos infestam a memória – ou memórias. Buscar essas memórias não significa ‘escutar os mortos com os olhos’, mas achá-los, sem a mediação da palavra escrita, na imediata proximidade da lembrança e na busca de anamnese ou na construção da memória coletiva” (CHARTIER, 2014, p.8)

Portanto, fiquem atentos e não se surpreendam se por acaso entre a leitura de uma ou outra correspondência pairar entre nós algum fantasma a espionar nossas atividades, observando que sentido estamos atribuindo às pistas que ele nos deixou, investigando secretamente se estamos a seguir seus rastros conforme planejou ou se os maculamos.

Quem ousa a realizar a *operação historiográfica*, jamais está sozinho. É rodeado de pistas, suposições, hipóteses, inquietações e perguntas que se vive, partindo das pistas oferecidas para conseguir conjecturar, mergulhar na cultura que não experimentou e buscar compreendê-la nos mínimos detalhes de sua constituição.

Quando se trabalha com documentos de arquivo, como é o nosso caso, a situação é ainda mais instigante, pois conforme nos alerta Lose (2004) “todo o arquivo é a casa dos fantasmas, sempre há um a espreitar o tempo todo, a povoar as prateleiras e os papéis, dialogando com o pesquisador ou qualquer um que ousar andar por entre as suas colônias de ácaros e fungos.”

Mas talvez, nos atrevemos a contar, essa seja a parte mais divertida de todo o trabalho, é a peleja de inquirição do documento, de obter informações que vão além daquilo que é imediatamente observável, de observar nas brechas deixadas pelo objeto, aprender a ler o que não está dito, descobrir que as ausências também são indícios e precisam ser lidas.

Toda uma parte, e sem dúvidas, a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não constituirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziam, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entre ajuda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE, 1949, p. 428 apud LE GOFF, 2003, p.466)

O documento está o tempo inteiro dialogando com quem o pesquisa, os fantasmas que habitam ali participam junto com o pesquisador de cada decisão, guardam o passado e, em silêncio, observam o que contam de suas experiências, agora no presente, jamais devemos subestimá-los, uma vez que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 2003, p.472)

Por fim, estimados leitores, gostaríamos de dar apenas mais uma instrução: sejam corajosos! Como vimos, o *modus operandi* do historiador é bastante minucioso e requer muita responsabilidade, que apenas quem tem coragem é capaz de enfrentar. Finalizemos com a lição de Chartier:

Historiadores nunca foram bons profetas, mas às vezes, recordando que o presente é feito de passados em camadas ou emaranhados têm sido capazes de contribuir para um diagnóstico mais lúcido das novidades que seduzem ou assustam seus contemporâneos. É essa audaz certeza que me dá coragem ao me postar à beira deste campo de estudos. (CHARTIER, 2014, p. 25)

Estando nessa posição de autor/ escritor não sei se vocês, amados leitores, estão se sentindo assustados ou seduzidos, mas espero, com muito entusiasmo que seja a segunda opção, pois para além de outras coisas, o arquivo seduz! Permitam-se.

3.3 ONDE TUDO COMEÇOU: A PESQUISA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Pensando naqueles que nunca tiveram a chance de estar no Arquivo Público do Estado da Bahia e não conhecem suas instalações, sua estrutura e história, bem como sua relação com a história da Bahia, decidimos apresentar algumas informações sobre esse espaço, onde a fonte do estudo está salvaguardada.

Instituição centenária de suma importância para os estudos do Estado da Bahia, e do próprio Brasil, o Arquivo Público conta com uma vasta documentação e se mostra propício ao estudo dos mais variados assuntos, terreno fértil para pesquisa e constituição do saber. Talvez, por isso, seja tão procurado por pesquisadores, como historiadores e tantos outros profissionais de diversas áreas, que buscam nos documentos daquela instituição as mais diversas respostas.

Notoriamente reconhecido em âmbito nacional e internacional, como um dos mais importantes arquivos públicos estaduais do Brasil, o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) custodia parte significativa da memória nacional. Documentos raros, manuscritos originais, produzidos à época do Brasil colonial, quando Salvador foi sede do Governo-Geral do Estado do Brasil (1549-1763). A condição de capital aliada à localização geográfica estratégica fez da cidade de Salvador, também, capital do Atlântico Sul, para onde convergiam documentos oficiais da Coroa portuguesa. (MATOS; ROSADO, 2013, p. 244)

Figura 1 : Arquivo Público do Estado da Bahia



Fonte: <http://www.secom.ba.gov.br/galeria/10781/101318/Arquivo-Publico-do-Estado-da-Bahia-APEB-realiza-atividades-em-comemoracao-ao-dia-internacional-dos-arquivos.html>

Agora, serão feitas reflexões sobre esse lugar que, a cada momento, revela novas pistas e induz a se (re)pensar questões que já tinham seu poder de verdade estabelecido, ir fundo nas buscas, lançando olhares muitas vezes inesperados, confrontar e, finalmente, assumir uma posição mediante as novas descobertas. É o arquivo que vai se mostrando, ou se escondendo, quem trilha o caminho a ser percorrido pelo pesquisador. É essa relação de diálogo entre o pesquisador e o arquivo que se apresenta a seguir.

A experiência de pesquisar em arquivos é instigante. Não apenas por contar com a vantagem de acessar informações privilegiadas, mas por seu caráter investigativo: “[...] a pesquisa do arquivo não é uma pesquisa de origem, uma mera escavação, é um trabalho de diálogo entre os indícios. Os arquivistas não são garimpeiros, são arqueólogos.” (LOSE, 2004)

Nesta busca por dados, informações e indícios o pesquisador vai se vendo cada vez mais determinado, encantado, apaixonado pelo seu objeto, que vai aos poucos se mostrando e revelando sua face verdadeira, ou pelo menos, uma de suas faces.

Foi embalado por esse desejo inflamado de descoberta que estávamos ao folhear os catálogos do Arquivo Público do Estado da Bahia em busca de informações a respeito de Instrução Pública, e dentre todos os documentos nos deparamos com as *Correspondências de doação de livros às escolas públicas*. Motivados desde já pelo título, pois se tratava de algo relativo à educação, decidimos solicitar o maço, identificado sob o número 4038.

Estava selado o nascimento desta pesquisa no momento do encontro do pesquisador com o maço que doravante se transformaria na sua principal fonte, a qual desde já delineava sutilmente suas exigências: a começar pelo recorte temporal (1837 – 1868) e o gênero (correspondência).

Iniciava-se, portanto, a partir dali um jogo em que o pesquisador se empenharia cada vez mais em conhecer o documento que tem em mãos, enquanto esse selecionava secretamente o que queria mostrar. Essa procura incessante, ardente, que se manifesta naquele que pesquisa em arquivos, é muito bem descrita por Derrida:

Estamos com mal de arquivo (*en mal d'archive*). [...] estar com *mal de arquivo*, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome "mal" poderia nomear. **É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto.** Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem

compulsão de repetição, nenhum "mal-de", nenhuma febre surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está com mal de arquivo. (grifos nossos). (DERRIDA, 2001, p. 118-9)

Foi nesse ímpeto que, ao contemplar pela primeira vez uma *Correspondência de doação de livros às escolas públicas*, algumas perguntas surgiram: quais eram os manuais que circulavam nesse período? Como funcionavam essas doações? Quem eram os doadores? Por que doavam? A partir dessas perguntas, a pesquisa foi ganhando novos rumos e se transformou na problemática deste trabalho, que é a respeito da instrução pública na Bahia oitocentista entrevista por meio dos manuais didáticos.

3.3.1 “Reflexões sobre o ofício de pesquisar”⁸

Não é dito de regra, mas poucas vezes vemos, nos trabalhos acadêmicos produzidos, um espaço dedicado à reflexão sobre o processo de busca do pesquisador pela compreensão do seu objeto. Podemos supor que essa postura se dê por conta de uma literatura que prega o distanciamento do pesquisador, em prol de uma objetividade e neutralidade.

Porém, é justamente sobre isso que trataremos, brevemente, nesta seção, fator que pode ser considerado como um diferencial desta obra. Optamos por pensar um pouco sobre essa relação entre o pesquisador e seu objeto, e mais, sobre a curiosidade que, por vezes, o objeto desperta em quem o pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa que se originou em arquivo, essa relação ganha ainda mais notoriedade, pois, conforme Lose

Este jogo de mostra-não-mostra dos arquivos fascina e instiga o pesquisador, que sofrendo do mal d'archive, é incitado a ir cada vez mais fundo em sua pesquisa. No entanto, a intenção real do arquivo era fazê-lo desanimar, desistir. Porém, na maioria dos casos, "o feitiço vira contra o feiticeiro" e o arquivo passa a ter as suas entranhas cada vez mais remexidas e expostas. (LOSE, 2004)

É imbuído de uma inspiração investigativa que o pesquisador se debruça sobre seu objeto, buscando encontrar as peças mais ocultas de sua constituição e, vale a pena observar, que a curiosidade desempenha um papel importante nesse processo, pois é ela que impulsiona o estudioso a seguir com a busca. Como um desbravador, é ávido por respostas que ele segue

⁸ Título inspirado pelo texto “Meditação sobre o ofício de criar”, proferido pelo escritor Silviano Santiago (2011), versando sobre autoficção. Conferir em: SANTIGO, Silviano. Meditação sobre o ofício de criar. Disponível em <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1450/1546>>. Acesso em: 06 fev. 2017

em sua empreitada, recolhendo cada pista, cada detalhe, cada indício que seu objeto permite revelar.

No nosso caso, essa agonia, no sentido grego do termo: luta, conflito, se deu, também, no momento de selecionar a fonte que, agora, integra este estudo, documentos disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia, as *Correspondências de doação de livros às escolas públicas*, pareciam, em alguns momentos se anarquizar⁹.

Escondiam-se em meio a uma diversidade de documentos, Relatórios, Livros de Lançamento, Correspondências expedidas etc.

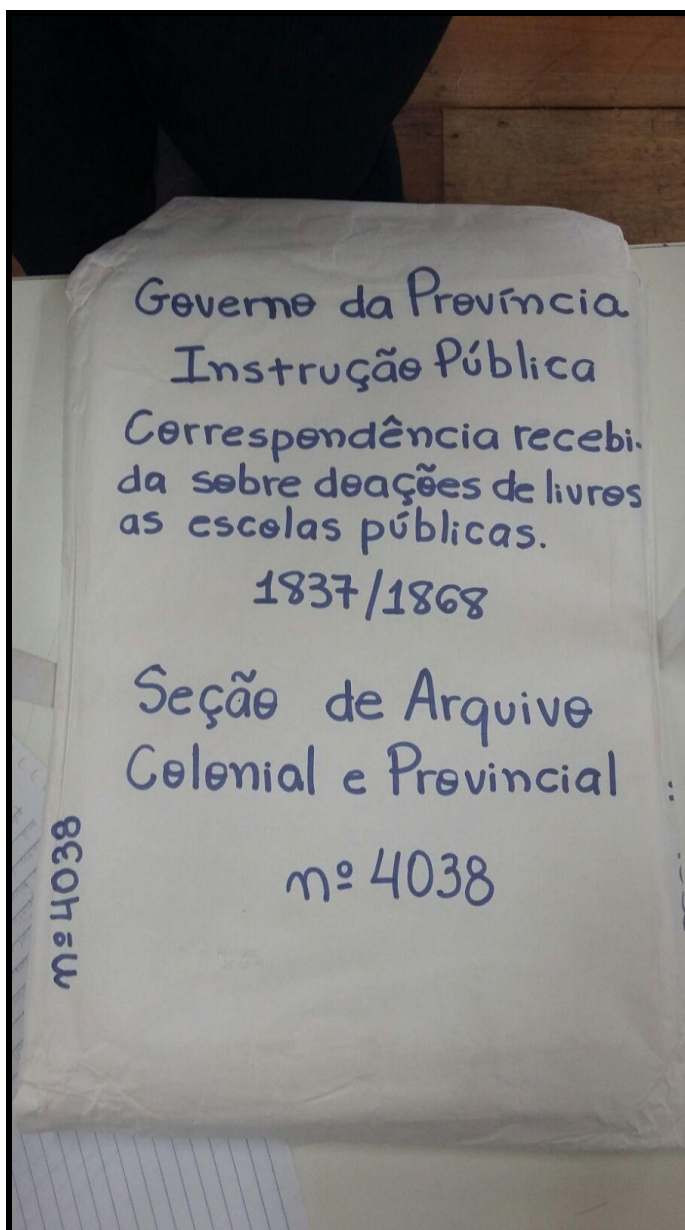
Inicialmente, não dispúnhamos de muitas informações a respeito do que versavam os documentos, foi somente com muitas visitas ao próprio Arquivo Público e, evidentemente, com as perguntas, que fomos desnudando dia-a-dia essa fonte que nos dá acesso ao objeto.

⁹ Termo usado por Jacques Derrida, conferir obra *Mal de Arquivo*.

3.4 DESCRIÇÃO EXTRÍNSECA E INTRÍNSECA DAS CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS

Acomodadas no maço de número 4038, segundo a catalogação do Arquivo Público do Estado da Bahia, as correspondências são organizadas em pastas de papel officio. As pastas, por sua vez, estão organizadas por ordem cronológica a começar no ano de 1837 até 1868, com a ressalva de que são ausentes os anos 1838, 1841, 1842, 1843 e 1844.

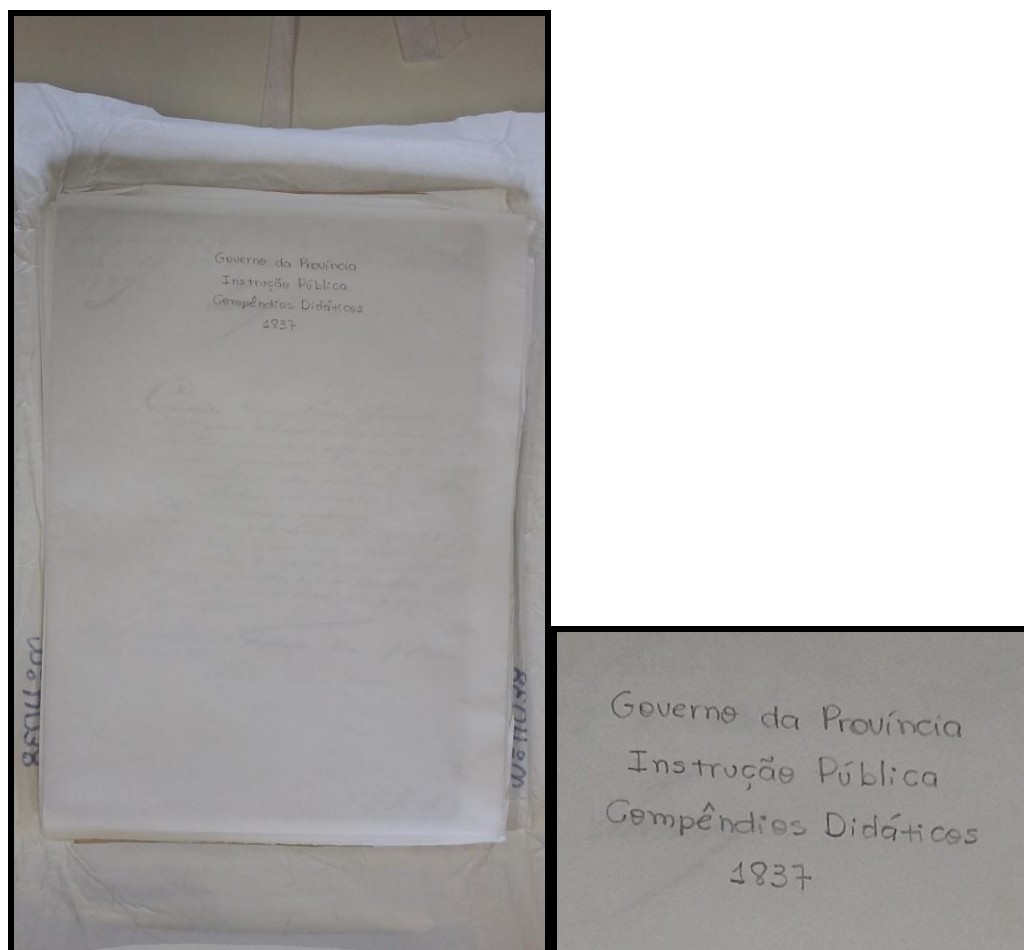
Figura 2: Capa do maço 4038



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Conta-se com 25 pastas, ordenadas por ano, e um volume total de 217 fôlios. O número de documentos constante em cada pasta é variável.

Figura 3: À direita, detalhe das informações da capa, à esquerda capa da pasta 1837



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 4: Fundo da pasta 1837



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

As correspondências são, majoritariamente, manuscritas; têm como suporte o papel; a letra é cursiva; a maior parte está em bom estado de conservação.

Figura 5: Texto de correspondência recebida manuscrita

145-
028

Ilmo e Excell^{ma} Sr. Ten^{te} General
Francisco José de Almeida e Sousa
Quinquiesimo Presidente d'esta Provincia

Bahia

Tendo a Assembleia Legislativa Provincial
authorisado à V^{ossa} Excell^{ên}cia a fazer comprar e imprimir
a traducção da mechanica e dinamica do Barão
Charles Dupin, compendio que tem de servir para o anno
de 1847 e sendo justamente esse o tempo necessario para
a impressão da supra dittos volumes isso mesmo tenho a
distincta honra de communicar a V^{ossa} Excell^{ên}cia pedindo-lhe
as providencias que julgar preciso. Deos Guarde a V^{ossa} Excell^{ên}cia

Bahia 7 de Agosto de 1845

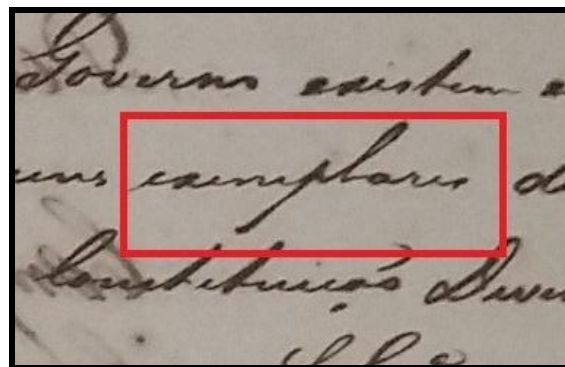
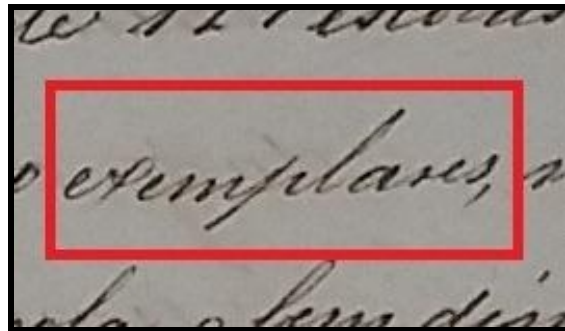
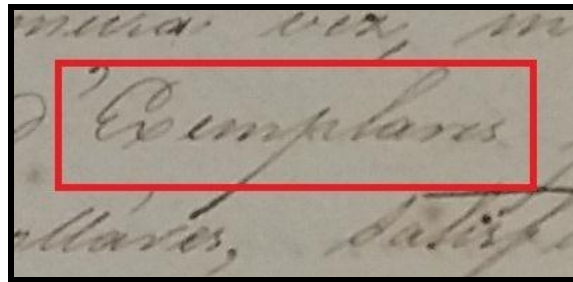
Ilmo e Excell^{ma} Sr. Ten^{te} General
Francisco José de Almeida e Sousa
Quinquiesimo Presidente d'esta Provincia

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Transcrição:

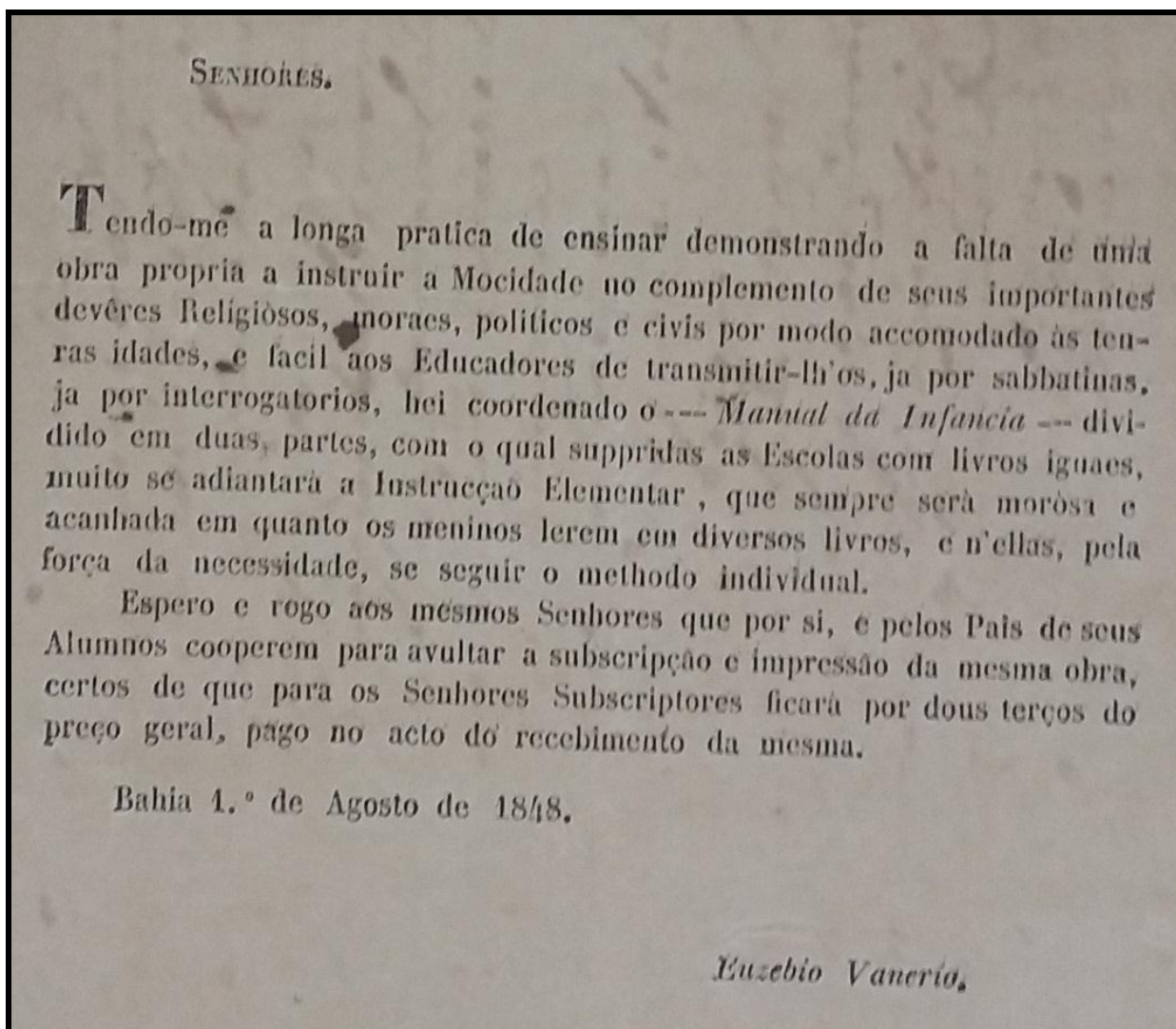
Ill(ustríssimo) Excell(entíssimo) S(en)hor
Tendo a Assembleia legislativa Provincial
authorisado à V(oss)a Excell(ên)cia a fazer comprar e imprimir
a traducção da mechanica e dinamica do Barão
Charles Dupin, compendio que tem de servir para o anno
de 1847 e sendo justamente esse o tempo necessario para
a impressão da supra dittos volumes isso mesmo tenho a
distincta honra de communicar a V(ossa) Excell(ên)cia pedindo-lhe
as providencias que julgar preciso. Deos Guarde a V(ossa Excell(enc)ia

Por terem sido escritas por vários *scriptores*, é notável a variedade de letras. Essa característica abre caminhos para estudos futuros sobre os doadores, já que a maioria das correspondências, feitas do próprio punho, guardam as peculiaridades da escrita de seus respectivos donos. Cada um possui um jeito de escrever diferente, com diferentes ângulos, inclinações, arredondamentos; a letra é algo pessoal e, em muitos casos, revela a identidade de quem escreve.



Toda escrita apresenta uma série de caracteres que lhe são próprios e que pertencem ao grupo social, à língua e à época da qual ela é expressão, mas também ao registro material subjetivo, à natureza do instrumento, à mão e aos hábitos do escriba. (HIGOUNET, 2003, p. 15)

Figura 6: Texto de correspondência impressa



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

No que diz respeito ao conteúdo do texto, a princípio, hipotetizamos que por se tratar de doações, obedecessem a uma fórmula padrão de oferecimento do manual; contudo, com o desenvolvimento da pesquisa, essa suposição não se confirmou.

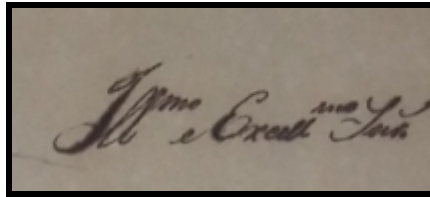
Observamos que o teor do texto das correspondências é diversificado: há os de oferecimento de exemplares, com interesse de vendê-los; alguns tratam da dificuldade de implementar o método mútuo em razão da falta de livros; há aqueles que se apresentam em tom de denúncia da falta de manuais, em geral, e há ainda os pareceres de avaliação a respeito de obras.

Mas há, em certa medida, um padrão no que se refere à fórmula diplomática presente no documento, a respeito disso vale a pena observar as considerações de Spina :

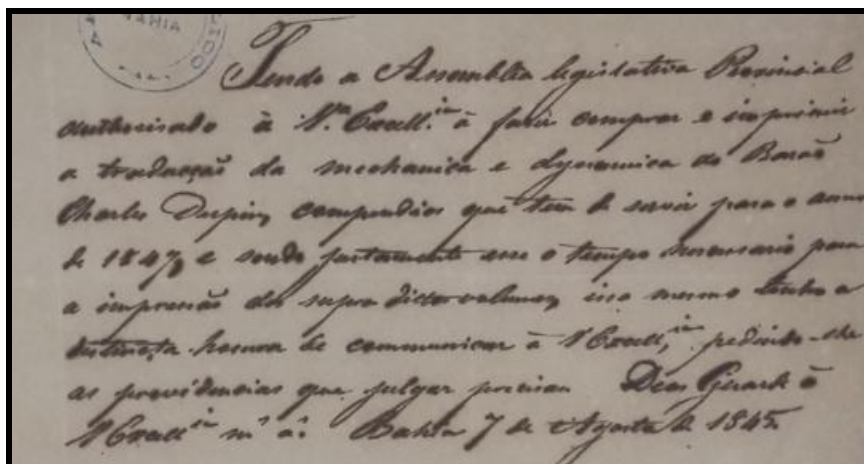
Intrinsicamente o documento é constituído de duas partes: uma interior, que constitui o corpo do documento [...]; outra exterior, que serve de moldura do documento, e contém as fórmulas que conferem a ele perfeição legal e personalidade [...]. (SPINA, 1994, p. 54)

Na parte exterior, estão o protocolo e o escatocolo (protocolo final). No protocolo (uma espécie de abertura, exórdio) tem-se a invocação divina, a intitulação, o endereço e a saudação; enquanto no escatocolo, a data (elemento tipográfico e cronológico) e validação (subscrição, assinatura, selos e sinais). No texto em si, encontram-se preâmbulo, notificação, narrativa ou exposição, o dispositivo e as cláusulas combinatórias.

Observando essa fórmula na correspondência de doação número nove temos: no protocolo apenas a intitulação (*Illustrissimo Excellentissimo Senhor*) de forma abreviada, estando ausentes a saudação, o endereço e a invocação divina.



Segue-se com o preâmbulo, notificação, exposição, o dispositivo e as cláusulas combinatórias.



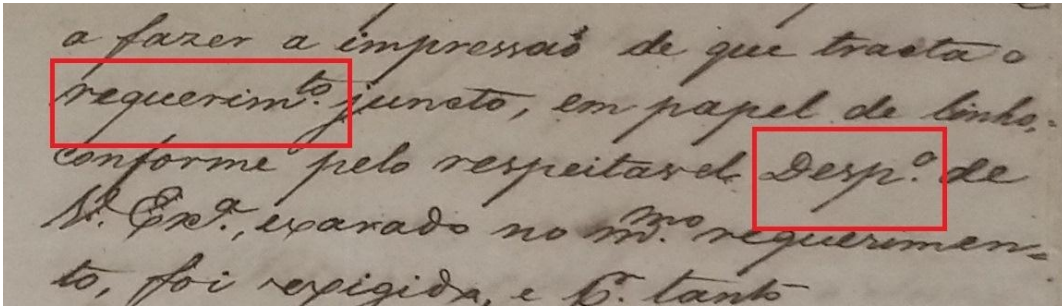
Seguidos da data (Bahia, 7 de Agosto de 1845) e da validação (assinaturas)

3.4.1 As abreviaturas

As abreviaturas são um recurso usado desde a época do Império Romano com a finalidade de economizar o material de escrita devido à sua raridade e, conseqüentemente, seu custo elevado. Abreviar as palavras era muito corrente nas letras da Idade Média (a carolíngia, a gótica), pois tinham um desenho mais formal e padronizado, provocando a demora na produção do livro. Para agilizar esse processo, os amanuenses recorriam às abreviaturas. Com a chegada da letra cursiva, no Renascimento, a escrita ganhou agilidade, diminuindo, assim, a ocorrência das abreviaturas. (BERWANGER, 1995, p. 50 apud ANDRADE, 2009)

gratuitam.^e = gratuitam(ent)e

D^s G^e a V. Ex.^a = D(eu)s G(uard)e a V(ossa) Ex(celênci)a



requerim.^{to} = requerim(en)to
 Desp.^o = desp(ach)o

3.5 AS ETAPAS DO PROCESSO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta seção explanamos os instrumentos que serviram de base para construir a exploração e análise do documento.

Podemos caracterizar este estudo como qualitativo, com procedimento de coleta de dados documental, tendo como forma de registro algumas transcrições, as fichas que armazenam os dados e as digitalizações que registram os documentos.

Trata-se, então, de um estudo empírico, na modalidade pesquisa histórica, tendo como foco a Bahia, no século XIX, na dimensão da História Cultural, sob a abordagem da Crítica textual, tendo como domínios a História da Educação e a História da Cultura Escrita. (BARROS, 2005)

Primeiramente, confeccionamos uma ficha descritiva com algumas informações a respeito do documento, a saber: **número da correspondência**, item criado para cronologia; **resumo**, breve explanação do conteúdo da correspondência; **ano**, data registrada no próprio corpo documental; **obra doada**, título da obra que está sendo “oferecida” pelo doador; **obra citada**, título da obra que mesmo não sendo oferecida pelo doador, é mencionada; **argumento**, item que busca mapear as razões que os doadores apresentam para doar explicitamente no texto; **doador**, nome daquele que assinou a correspondência; **comentários**, campo criado para informações adicionais.

Figura 7: Ficha descritiva de catalogação

NÚMERO	02
RESUMO	Doação de uma coleção de leitura, Escrita e Geometria Prática que estavam indicadas no Manual do Método Mútuo. Crítica às aulas primárias e a falta de coleções suficientes, afirma que parecem ser regidas por diferentes métodos e idiomas (andam em desarranjo) E os professores são responsabilizados pelo insucesso do método.
ANO	1837
OBRA DOADA	Collecção de Leitura, Escrita, e Geometria Pratica Leituras de Ortografia e Grammatica Portugueza
OBRA CITADA	Manual do Método Mútuo
ARGUMENTO	Falta de coleções suficientes, e o fato de Casimiro Ferreira Cesar, ao que é indicado no corpo do documento é autor da obra. (anunciada no Manual do método Mútuo que o suplicante deu a luz nesta cidade)
DOADOR	Casimiro Ferreira Cesar
COMENTÁRIO	Cita o artigo 6 da Lei de 15 de outubro de 1827 e o artigo 21 da novissima Lei provincial de 1837

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Esses primeiros contatos nos possibilitou ter um panorama geral do documento, antes de partir para sua análise mais apurada, além de permitir maior intimidade com o objeto de trabalho. Essa foi a etapa que examinamos, e anotamos as características que puderam ser captadas num primeiro olhar; na busca aedente para descobrir o significado dos elementos que estavam presentes ali; a cada correspondência algo novo era descoberto, uma informação inédita era acrescentada e fomos desnudando a história desses documentos e, com eles, a história da Instrução Pública na Bahia.

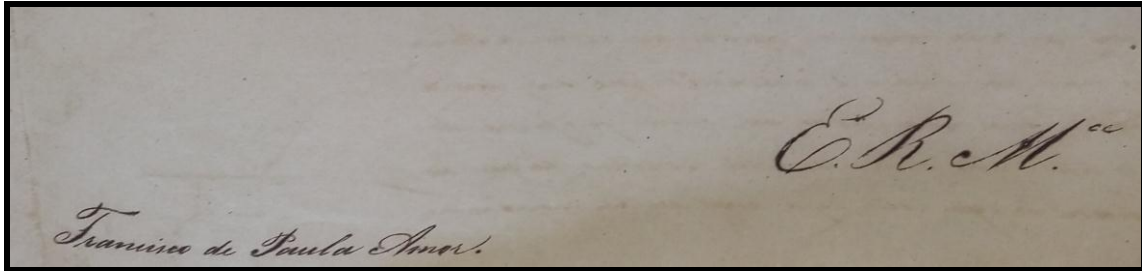
Na fase de digitalização, que trouxe muitas vantagens para facilitar o trabalho, pois, com a fotografia digital, o contato direto com a documentação era evitado, o que auxiliou de forma significativa no momento da leitura/transcrição.

Esse processo de digitalização é de grande valia no momento da leitura e da transcrição dos documentos, pois, dispondo do recurso do zoom, o pesquisador do manuscrito poderá ampliar as imagens sem perda de resolução (até um determinado limite), o que auxilia imensamente na decodificação de alguns trechos de difícil leitura e na definição de detalhes do suporte. (LOSE, 2006)

Nesta etapa, já familiarizados com o objeto de estudo, nos dedicamos às características exclusivas de cada documento, observando o número de fólios, atentando para os carimbos, anotações posteriores, abreviaturas, anotações marginais e todos os detalhes que mereciam um

destaque fotográfico (visualmente). Foi preciso atentar ainda para aqueles documentos que apresentavam déficit e tomar as providências convenientes, em caso de acidez, por exemplo, não é recomendado que a carta seja fotografada.

Figura 8: Destaque fotográfico abreviatura



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Após os contatos iniciais, partimos para uma verificação mais apurada, na qual foram feitas as análises intrínseca (texto propriamente dito) e extrínseca (os elementos físicos do documento). A atenção estava voltada para o tipo caligráfico, o suporte, tamanho da mancha escrita, estrutura formal do documento, carimbos, marcas d'água dentre outros. Foi preciso recorrer às disciplinas auxiliares, a exemplo da Paleografia, da Codicologia, da Diplomática e da Linguística para realizar esse procedimento de forma exitosa.

A fase de transcrição¹⁰ possibilitou o conhecimento da *scripta* de cada doador e através dela a revelação do momento histórico a que aquele documento pertence, além de nos permitir o adentramento num momento do tempo diferente do guarda ali na superfície textual os indícios para ingressar numa realidade anterior.

Seguimos com a seleção das correspondências que constituiriam o corpus, sendo os critérios: a província, Bahia; o período, século XIX; e a produtividade, dados relevantes para o escopo da pesquisa.

¹⁰ Em relação aos critérios de edição, foram selecionados os seguintes:

- a) a transcrição do texto será feita linha a linha, obedecendo à disposição do original no fólio. O texto vai ser transcrito em tabelas, cujas linhas de grade serão ocultadas;
- b) as numerações dos fólios e das linhas serão indicadas em coluna à esquerda;
- c) as marcas gráficas utilizadas pelo próprio scriptor serão mantidas, na medida do possível;
- d) [...] indica escritos não identificados;
- e) [] indica leituras conjecturadas por danos diversos;
- f) () indica desdobramento de abreviaturas;

Figura 9: Transcrição

Número da foto	Transcrição	Ano da correspondência
01	Entregue-se na forma do [...] Ill(ustrissi)mo Ex(celentissi)mo S(enh)or	1837
	B(ahi)a 13 de Abril de 1837	
	Casimiro Ferreira Cesar, offerecendo á	
	V(ossa) Exc(elên)cia uma colleção de leitura para as Es-	
	colas Primarias, des de alfabetos, de leitura	
	corrente, organisando 5 classes pelo me-	
	thodo mutuo, e outra colleção para Geo-	
	metria Pratica, não foraõ do agrado de	
	V(ossa) Ex(celen)cia as mandar imprimir, p(ar)a serem	
	distribuídas pelas Escolas Publicas. E p(o)r q(ue)	
	o Supp(licant)e deseje haver á si às mesmas col-	
	lecções a vista do exposto, requer á V(ossa) Ex(celen)cia	
	se digne mandar, q(ue) pela Secretaria ellas	
	sejam entregues ao Supp(licant)e, sem q(ue) fique	
	copia alguma.	
	Recebi as colleção de q(ue) trata o prez(ent)e req(uerimen)to Bahia	
	13 de Abril 1837	
	Casimiro Ferreira Cesar	

Fonte: Arquivo Pessoal da autora

Cabe ao pesquisador a tarefa de promover esse deslocamento do ontem para o hoje de forma fidedigna, aproveitando cada “pista” oferecida pelo documento. Desse modo, cada etapa apresentou uma informação inédita e serviu de confirmação, ou não, para o que antes era tido como palpite e nessa relação de complementaridade os dados foram se concatenando, promovendo o desenvolvimento da pesquisa.

Refletindo sobre a importância dessa prática de seguir as etapas e aprender quais perguntas fazer ao objeto para, a depender de suas respostas, continuar o caminho ou, quiçá, construir um novo, a depender dos caminhos que o objeto resolver nos mostrar. Apresentaremos, a seguir, os indícios que ao longo da pesquisa foram descortinados e ditaram os rumos da investigação.

4 “RECOLHENDO OS ESTILHAÇOS DA MEMÓRIA”: ANÁLISE DAS CORRESPONDÊNCIAS SOBRE DOAÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS

Quando se iniciaram as pesquisas sobre os manuais didáticos, nos anos de 2014 e 2015, ainda no período de iniciação científica, não nos interessamos, à primeira vista, por quaisquer manuais. Decidimos investigar quais eram os manuais didáticos adotados nas escolas da Bahia do século XIX, e houve uma grande dificuldade em encontrá-los nas bibliotecas e arquivos históricos do estado da Bahia. Essa questão é bastante discutida pelos pesquisadores e a respeito disso Batista, Galvão e Klinke (2002, p. 30) pontuam:

A pesquisa tem lidado com uma dificuldade inerente a trabalhos que investigam objetos e materiais escolares: considerados efêmeros e pouco dignos de catalogação e guarda, os livros didáticos raramente ocupam as prateleiras dos acervos públicos. Quando isso ocorre, nem sempre são localizados ou estão em condições precárias de conservação.

Além disso, os estudos sobre o tema nesse período, no estado da Bahia, também, eram poucos. Essas razões nutriram as inquietações que, inicialmente, eram as questões norteadoras deste estudo.

Mas foi com as visitas ao Arquivo Público do Estado da Bahia, consultando os catálogos em busca de informações a respeito de instrução pública que descobrimos o maço 4038, e motivados pelo título, *correspondência recebida sobre doação de livros às escolas públicas*, decidimos estudar o documento.

À primeira vista o nosso interesse estava totalmente voltado para identificar os títulos dos manuais que foram doados de acordo com o texto oferecido pelas correspondências e na busca de informações que fossem úteis para auxiliar na investigação da educação baiana oitocentista, principalmente aquelas referentes aos exemplares que circulavam na província, as características deles e o conteúdo que eram estudados naquele período.

Porém, há muitas surpresas que o trabalho histórico nos reserva e quando iniciamos as análises do documento surgiram novos fatos. A sabedoria popular nos diz que *de grão em grão, a galinha enche o papo*, mas no nosso caso o provérbio se modifica um pouco e dizemos que *de indício em indício, chegamos aos fatos*.

4.1 “DE INDÍCIO EM INDÍCIO, CHEGAMOS AOS FATOS!”

Nesta seção nos dedicamos a narrar o processo de descoberta dos indícios colhidos durante o processo investigativo, os quais nos levaram a construir a análise das correspondências e compreender suas particularidades.

4.1.1 Indício 01: A organização do maço

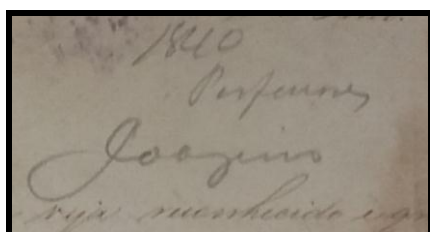
Para compreender a complexidade que o documento oferece, não poderíamos deixar de levar em conta como se constitui um maço. Por isso, buscamos entender, primeiramente, a composição desse documento.

Sabemos que um maço corresponde a um conjunto de documentos avulsos que foram reunidos e atados por uma capa. Sendo assim, acredita-se que alguém foi responsável por realizar a seleção e reunião desses documentos por meio, certamente, de algum critério.

Já que o arquivista, pessoa que geralmente é responsável pela organização e classificação dos documentos do arquivo, fez uma seleção de documentos e agrupou-os em um mesmo maço, nos restava buscar algum sinal de qual critério foi usado. Uma vez que, quem trabalha com arquivos, por mais metuculoso que seja, deixa rastros de sua presença.

Quem trabalha com arquivo sofre do mal de arquivo porque ao classificar, selecionar, escolher este ou aquele documento para ser visto sob um determinado aspecto, já está impondo o seu ponto de vista, fazendo os seus recortes e as suas censuras (isso visto através da ótica freudiana como sinônimo de recalque) de forma pessoal e quase inconsciente. (LOSE, 2004)

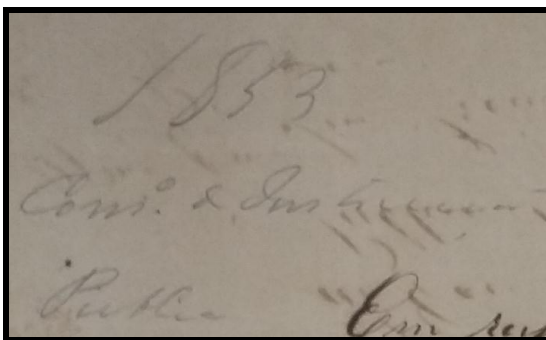
E se o arquivista, tanto quanto os autores das correspondências, deixam pegadas dos passos que deram ao percorrer o caminho do documento, podemos encontrá-las. Pensando nisso, registramos as anotações posteriores feitas a lápis, as quais atribuímos a essa figura que ousa remexer a poeira do arquivo: o arquivista. Vamos a elas.



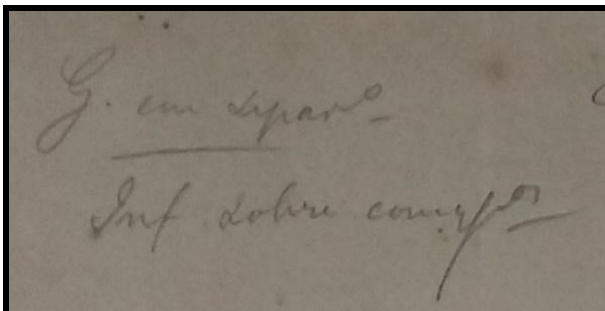
1840
Professor
Joaquim



Officio
1845
Professores B(ahia)



1853
Cons(elh)o d(e)
Instrucção
Publica



G. em desp(ach)o
In(formações) sobre comp(êndios)

Como visto, não há claramente, um critério registrado nas anotações do arquivista, no entanto podemos afirmar que todas as anotações são relativas à instrução pública: professores, informações sobre compêndios e conselho de Instrução pública. Com base nisso, no próprio conteúdo e no título do maço, podemos inferir um fator que os une: o fato de tratarem sobre a instrução pública, que é, inclusive, o fundo temático com que o próprio maço está registrado na organização do Arquivo Público.

Outra pista é a datação, 1837 até 1868, já que existem outros maços com essa mesma sequência temporal, a saber: maço 4039, que cobre os anos de 1869 até 1876, e o maço 4040, que inclui os anos 1877 até 1889.

As possibilidades vão se afunilando à medida que mergulharmos mais fundo no documento. O fato de serem documentos afins, por tratarem de instrução pública, não impediram a diversidade de gêneros que constituem o maço: - ofícios, pareceres de avaliação de obras, despachos, listas. Portanto, essa também é uma particularidade deste documento, a diversidade de gêneros textuais.

4.1.2 Indício 02: Questões terminológicas

Se observarmos com atenção o título do maço, encontraremos pistas que podem nos ajudar a problematizar o objeto de estudo, já que ao lermos, pela primeira vez, o título: “Correspondência recebida sobre doação de livros às escolas públicas” somos levados a imaginar que alguma pessoa enviou uma correspondência, que foi recebida por alguém, declarando que desejava doar livros didáticos para os alunos das escolas públicas.

Diante dessa primeira impressão, acreditamos ser importante verificar as origens de alguns termos chave que compõem a nomeação do documento a fim de averiguar se existe semelhança entre o significado dos termos e sua aplicação no conteúdo das correspondências.

Para tal, fizemos uma consulta a dicionários para verificar o étimo e o significado dos termos. Foram consultados três dicionários: um etimológico elaborado por Antônio Geraldo da Cunha (2010), o de Caldas Aulete (2018) em sua versão digital, o Dicionário de termos de terminologia arquivística (2005), e o *Glossário de espécies documentais*, produzido por Belloto (2008).

Quadro 1: Panorama do termo correspondência

CORRESPONDÊNCIA	
DICIONÁRIOS	
Dicionários	Informações
<u>CUNHA</u> (2010)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: registrado dentro do verbete RESPONDER: dizer ou escrever em resposta.</p> <p>ÉTIMO: do francês <i>correspondance</i></p> <p>DATAÇÃO: 1813</p>
<u>CALDAS</u> <u>AULETE</u> (2018)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: Ato ou efeito de corresponder(-se); aquilo que é ou se apresenta como correspondente; reciprocidade.</p> <p>DEMAIS ACEPÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Coleção de cartas enviadas e recebidas, correio; → Correspondência ativa: correspondência de uma pessoa, o conjunto das cartas, mensagens etc. que ela escreveu e enviou. → Correspondência passiva: correspondência de uma pessoa, o conjunto das cartas, mensagens etc. que ela recebeu de outras.
<u>DICIONÁRIO</u> <u>BRASILEIRO DE</u> <u>TERMINOLOGIA</u> <u>ARQUIVÍSTICA</u> (2005)	<p>DEFINIÇÃO: Comunicação escrita, expedida (ativa) ou recebida (passiva), por entidades coletivas, entidades coletiva, pessoas ou famílias.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dicionários consultados

Como exposto, o termo correspondência se refere a toda espécie de comunicação escrita que circula nas esferas das entidades públicas e/ou privadas. No que se refere a sua classificação, no quesito origem, pode ser: expedida (ativa), quando a pessoa escreve e envia, ou recebida (passiva), quando uma pessoa recebe a correspondência de outras.

De acordo com o título do maço, estamos diante de documentos que foram recebidos por alguém, logo, lidamos com correspondências passivas (recebidas). Essa informação nos leva a formular a seguinte pergunta: quem recebia essas correspondências? Ou dito de outra forma, a quem se destinava essas correspondências?

Mas a resposta para essa pergunta é assunto para outra conversa, a qual teremos muito em breve, quando chegarmos ao indício 04. Sigamos com a análise classificatória que é estabelecida nas rotinas de protocolo, consultando o *Manual de Procedimentos de Protocolo, Expedição e Arquivo*, da Advocacia Geral da União (2010).

No quesito natureza, a correspondência pode ser oficial, quando for mantida entre os órgãos ou entidade da Administração Pública ou empresas privadas; ou particular, quando se tratar de uma comunicação informal mantida entre autoridades ou servidores e instituições ou pessoas estranhas à Administração Pública.

Diante de tal classificação, outra questão entra em cena: quem escreve/assina essas correspondências? Ou melhor, quem é o signatário/emitente de tais documentos? Essa, assim como a pergunta anterior, serão discutidas mais adiante. Por enquanto, prezados leitores, vamos nos concentrar em compreender o termo correspondência e avaliar em que medida ele é adequado à realidade do objeto em questão.

Devemos levar na devida conta que o gênero correspondência é bastante amplo e abarca uma série de outros gêneros fronteirços, que dificultam a diferenciação entre eles, mas que têm suas dessemelhanças marcadas em alguns pontos, tais como: o âmbito sociocultural em que ele é usado e sua função. No nosso caso, há pelo menos dois gêneros que se enquadram nessa situação fronteira com o gênero correspondência: a carta e o ofício.

Vale a pena refletir sobre a proximidade entre o termo correspondência e o termo carta, como fica claro com a leitura do verbete construído por Caldas Aulete, e, pensando nisso, acreditamos que valeria a pena analisar esse vocábulo também.

Quadro 2: Panorama do termo carta

CARTA	
DICIONÁRIOS / GLOSSÁRIOS	
Dicionários/ Glossários	Informações
<u>CUNHA</u> (2010)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: comunicação devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas.</p> <p>ÉTIMO: do latim <i>charta</i>, derivado do grego <i>chártês</i>.</p>
<u>CALDAS</u> <u>AULETE</u> (2018)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: Correspondência escrita que se envia a uma ou mais pessoas; missiva; epístola.</p> <p>DEMAIS ACEPÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Documento oficial que concede um título ou cargo; DIPLOMA; → Carta do abc: livro que ensina as primeiras noções de leitura, cartilha. → Carta reversal: concessão feita por carta, em troca de outra.
<u>BELLOTO</u> (2008)	<p>DEFINIÇÃO PRINCIPAL: documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso.</p> <p>DEMAIS DEFINIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Na administração colonial: correspondência enviada por autoridade subalterna/delegada ou súdito ao rei, diferindo do <i>requerimento</i> ou <i>petição</i> pela natureza do teor do documental, já que estes últimos destinam-se a solicitar mercês, privilégios ou direitos de existência consolidada, desde que preenchidos os requisitos necessários.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dicionários consultados

Tomando a acepção principal proposta por Belotto, observa-se, mais claramente, o limite fronteiro entre a *correspondência sobre doação* e a carta, ambos possuem uma fórmula mais ou menos padronizada, como exemplificamos no capítulo anterior.

No caso das *correspondências sobre doação*, trata-se de um documento de natureza informativa; o fluxo hierárquico é ascendente, pois parte de alguém de nível hierárquico menos elevado para outro alguém de um nível hierárquico mais elevado.

Os dois gêneros se constituem como formas de comunicação que se materializam no nível da escrita, conforme apresentado na entrada do verbete de Caldas Aulete.

Outra informação que merece destaque diz respeito ao tratamento de carta como sinônimo de correspondência. Essa noção nos induz a levantar a possibilidade de encarar o termo correspondência como uma categoria mais ampla, que designe toda forma de comunicação escrita que pressupõe reciprocidade, a enxergá-lo como um termo genérico que abarca um conjunto de outros gêneros que se assemelham a ele, mesmo com particularidades sutis que os diferencie.

Diante de tantas dúvidas em relação à classificação do documento, decidimos buscar a pessoa responsável pelo arquivo, na esperança de conseguir mais informações e esclarecimentos sobre o maço.

A conversa ocorreu no dia 06 de Junho de 2017 às 10 h no próprio Arquivo Público do Estado da Bahia, e foi a funcionária responsável pelo arquivo, Libânia da Silva Santos, quem respondeu às nossas perguntas, de forma muito solícita e simples.

Quando questionamos a respeito do processo de titulação do documento, ela nos informou que o documento era muito antigo e foi nomeado há muito tempo e que por essa razão ela não tinha como tecer maiores considerações a respeito.

Mas quando iniciamos a leitura dos textos dos maços e questionamos a funcionária a respeito do gênero ao qual aqueles textos pertenciam, ela respondeu de forma convicta que se tratavam de ofícios.

A partir dessa informação, foi necessário pesquisar mais a respeito desse gênero para compreender suas características e verificar se elas, de fato, refletiam a realidade dos textos que compõem o maço.

Quadro 3: Panorama do termo ofício

OFÍCIO	
DICIONÁRIOS / GLOSSÁRIOS	
Dicionários/ Glossários	Informações
<u>CUNHA</u> <u>(2010)</u>	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: registrado dentro do verbete OFICIAL</p> <p>ÉTIMO: do latim <i>officium,-i</i></p>
<u>CALDAS</u> <u>AULETE</u> <u>(2018)</u>	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: Atividade provisória ou definitiva que exige alguma especialização.</p> <p>DEMAIS ACEPÇÕES:</p> <p style="padding-left: 40px;">→ Comunicação formal entre autoridades, inclusive de inferiores a superiores hierárquicos.</p>
<u>BELLOTO</u> <u>(2008)</u>	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: documento não diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial.</p> <p>DEMAIS CONSIDERAÇÕES: Entidades privadas não expedem ofícios e sim cartas. É pelo ofício que se mantém o intercâmbio de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo, cujo teor tenha caráter exclusivamente institucional. Embora não seja um documento diplomático, o ofício tem sua redação mais ou menos padronizada.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dicionários consultados

Nota-se que as características do ofício são bastante semelhantes às dos outros dois gêneros analisados anteriormente, cartas e correspondência, de caráter informativo, se caracteriza por ser uma forma de comunicação escrita e possui uma redação padronizada. No entanto, o gênero ofício possui um diferencial que o afasta totalmente dos outros dois: o fato de só poder ser emitido por agente oficial (não é, portanto ascendente).

Logo, não podemos considerar o ofício como uma possibilidade que represente a realidade do conjunto de correspondências sobre doação de livros didáticos, uma vez que os

autores das correspondências não são agentes oficiais e além disso o teor do texto não diz respeito a assuntos institucionais.

O termo doação, por sua vez, que também integra o título do documento tem sua origem no verbo doar, ato de fazer uma doação. Por isso, vamos verificar o significado dos dois termos.

Quadro 4: Panorama do termo doar

DOAR	
DICIONÁRIOS	
Dicionários	Informações
<u>CUNHA</u> (2010)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: transmitir gratuitamente a outrem, dar, conceder. ÉTIMO: do latim <i>dōnāre</i>, de <i>dōnum</i> (presente, oferta), derivado de <i>dāre</i>. DATAÇÃO: século XII; <i>dōar</i> século XIV</p>
<u>CALDAS</u> <u>AULETE</u> (2018)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: Ceder gratuitamente (algo que se possui), fazer doação de.</p> <p>DEMAIS ACEPÇÕES:</p> <p>→ Dedicar(-se), devotar(-se), consagrar(-se), entregar(-se) a.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dicionários consultados

O ato de doar é popularmente conhecido como gesto de caridade por se caracterizar como a entrega de algo que lhe pertence sem esperar nada em troca. Não importa se são roupas ou brinquedos, comidas ou dinheiro, o que conta mesmo, é que seja gratuito.

Portanto, a ideia de gratuidade, isto é, liberação total de pecúnia, é inerente à ação de doar, já quem doa, o faz de forma despretensiosa, visando unicamente desprender-se do que está sendo doado em prol do ganho de outrem.

A própria noção de ceder, apresentada no dicionário de Caldas Aulete, reitera o sentido de gratuidade, já que ao ceder nós deixamos de ter algo para colocar à disposição do outro, sem intentar qualquer fim lucrativo. Verifiquemos o termo doação:

Quadro 5: Panorama do termo doação

DOAÇÃO	
DICIONÁRIOS	
Dicionários	Informações
<u>CUNHA</u> (2010)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: registrado dentro do verbete DOAR: transmitir gratuitamente a outrem, dar, conceder.</p> <p>ÉTIMO: Do latim <i>dōnātio</i> - <i>ōnis</i></p> <p>DATAÇÃO: -<i>açam</i> século XII, -<i>çom</i> século XIV.</p>
<u>CALDAS</u> <u>AULETE</u> (2018)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: Ação ou resultado de doar(-se).</p> <p>DEMAIS ACEPÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Aquilo que foi doado; → <i>Jur.</i> Transferência de bens ou vantagens do patrimônio do doador ao donatário, o documento referente a essa transferência; → Entrega, dedicação.

Fonte: Produzido pela autora com base nos dicionários consultados

O substantivo feminino (doação), tanto quanto o verbo do qual deriva (doar), possuem, fundamentalmente, a mesma lógica significativa: a de gratuidade. Ao se fazer uma doação, pressupõe-se que o fato de não se poder cobrar nada é incontestável.

Mas, como *nem tudo o que reluz é ouro*, ao iniciar a leitura das *correspondências sobre doação* foi possível observar que elas não versavam unicamente sobre doações, como o título do maço sugere.

A partir dessa descoberta, formulamos novas perguntas: como funcionavam as doações de livros, com base no que consta nas *correspondências sobre doação*? Por que essas doações eram feitas?

No instante em que formulamos tais perguntas, meus caros, nos demos conta que os indícios nos levaram para um novo caminho, diferente do que tínhamos objetivado inicialmente, que era identificar e caracterizar os manuais didáticos constantes nas correspondências. E o mergulho nesse novo rumo, nos levou a redelinear tanto o objeto de estudo, que eram os manuais didáticos, quanto os objetivos da pesquisa.

Lembrando da lição deixada por Marc Bloch ao final de sua obra: “as causas, em história como em outros domínios, não são postuladas. São buscadas.” (BLOCH, 2018)

Logo, devemos procurar no próprio documento as respostas às perguntas que ele suscitou, de acordo com os dados que ele mesmo oferecer.

E já que *quem está na chuva é pra se molhar*, não havia outra forma de conseguir investigar, profundamente, o documento se não o tornando o foco da análise, isto é, o objeto principal de análise. Foi dessa maneira que as *correspondências sobre doação de livros às escolas públicas* passaram a ser o objeto, e ao mesmo tempo, a fonte principal deste estudo.

Isso não quer dizer que abandonamos o nosso objeto primeiro de análise, os manuais didáticos, pelo contrário, é a partir da investigação mais profunda das correspondências que vamos conseguir desvendar, também, os títulos dos manuais que circulavam aqui nesse período e de qual maneira se davam essas doações. Sendo assim, nos deixamos guiar pelos indícios e sem qualquer intenção de *querer tapar o sol com a peneira*, investimos na refacção dos objetivos. São os seguintes:

O objetivo geral é desvelar aspectos importantes do cenário da instrução pública baiana oitocentista, a partir da construção de uma narrativa que apresente a política de doação de livros às escolas públicas de acordo com as informações reveladas na *Coleção de correspondências de doação*. Como objetivos específicos, temos:

- analisar os textos da Coleção de Correspondências de doação de livros;
- classificar as correspondências de acordo com o resultado das análises;
- discutir sobre a política de doação revelada nos textos das correspondências
- registrar os títulos dos manuais didáticos doados, entre 1837 e 1868, e seus respectivos doadores.

Apesar de ter recebido o desafio de redefinir os rumos da pesquisa, não interpretamos tal necessidade como um empecilho ao desenvolvimento da pesquisa, mas sim, como seu amadurecimento. Talvez, a mudança de objeto, sem prejuízos para a análise que intencionávamos primeiramente, tenha sido um verdadeiro presente, para nos fazer enxergar melhor a realidade do documento.

E já que aprendemos que *a cavalo dado não se olha os dentes*, seguimos com a apresentação do teor do texto das correspondências, afinal de contas, não queremos *perder o fio da meada*, não é mesmo?

4.1.3 Indício 03: Conteúdo das correspondências

O teor do texto das correspondências é diversificado, refletindo a própria diversidade textual neutralizada sob o título abrangente de Correspondências. E diferente do que hipotetizamos, inicialmente, elas não versam tão somente sobre doações.

Para verificar o conteúdo das *correspondências sobre doações*, recorreremos às recomendações de Petrucci (2002, p. 8), o qual propõe que sejam feitas seis perguntas para orientar as análises dos testemunhos escritos:

Quadro 6: Perguntas para análise de testemunhos escritos¹¹

1. O quê? Em que consiste o texto escrito, para que se torne inteligível para nós, mediante a dupla operação de leitura e transcrição.
2. Quando? Época em que o texto em si foi escrito no testemunho que estamos estudando.
3. Onde? Zona ou lugar que se fez a transcrição.
4. Como? Com quais técnicas, com quais instrumentos, sobre quais materiais, segundo quais modelos o texto foi escrito.
5. Quem o realizou? A qual ambiente sociocultural pertencia o executor e qual era em seu tempo e ambiente a difusão da cultura escrita?
6. Para que foi escrito esse texto? Qual era a finalidade específica desse testemunho em particular e, além disso, qual podia ser em sua época e em seu lugar de produção a finalidade ideológica e social de escrever.

Do universo das noventa e cinco correspondências, selecionamos dez amostras para analisar, cada uma apresentando um conteúdo diferente, pois assim podemos explorar cada tema apresentado nas correspondências.

¹¹ Tradução de Rafael Magalhães (2016, p. 18).

Figura 10: Primeira amostra

Casimiro Ferreira Cuvar, offerecendo á
 P.^a Ex.^a uma collecção de leitura para as Es-
 colas Primarias, de alfabeto, de leitura
 corrente, organizando 5 classes pelo me-
 thodo mutuo, e outra collecção para Geo-
 metria Pratica, não feita de agrado de
 P.^a Ex.^a as mandou imprimir, p.^a serem
 distribuidas pelas Escolas Publicas. Ep.^a q.^a
 o Suppl.^{te} dizije haver á si as mesmas col-
 lecções, avulta de exposto, requer á P.^a Ex.^a
 se digno mandar, q.^a pela Secretaria das
 Suppl.^{tes} entregues ao Suppl.^{te}, sem q.^a fique
 copia alguma

Recbi as collecções de ~~Geometria~~ e ~~Pratica~~ e pres.^{te} sig.^{to} Bahia
 13 de Abril 1837

Casimiro Ferreira Cuvar.

Transcrição:

*Entregue-se na forma do [...] Ill(ustríssi)mo Ex(celentíssi)mo S(enh)or
B(ahia) 13 de Abril de 1837*

*Casimiro Ferreira Cesar, offerecendo á
V(ossa) Ex(celên)cia uma colleção de leitura para as Es-
colas Primarias, des de alfabetos, te leitura
corrente, organisando 5 classes pelo me-
thodo mutuo, e outra colleção para Geo-
metria Pratica, não foraõ do agrado de
V(ossa) Ex(celen)cia as mandar imprimir, p(ar)a serem
distribuídas pelas Escolas Publicas. E p(o)r q(ue)
o Supp(lican)te deseje haver á si às mesmas col-
lecções a vista do exposto, requer á V(ossa) Ex(celen)cia
se digne mandar, q(ue) pela Secretaria ellas
sejam entregues ao Supp(lican)te, sem q(ue) fique
copia alguma.*

*Recebi as colleção de q(ue) trata o prez(ent)e re(gistr)o Bahia
13 de Abril 1837
Casimiro Ferreira Cesar*

Quadro 7: Análise da primeira amostra

O quê? Correspondência sobre doação de uma Coleção de Leitura e uma coleção de Geometria Prática.
Quando? 13 de Abril de 1837
Onde? Bahia
Como? Fazendo uso do gênero petição
Quem? Casimiro Ferreira Cesar
Para quê? Aparentemente, o doador oferece as coleções com a preocupação de otimizar o método mútuo, pois seu argumento se pauta na ideia de organizar cinco classes por tal método.

Figura 11: Fragmento da segunda amostra

deu a preferencia q' o Sappo reger p'ou q'
 ch' p'p'ertaria em exclusivo da Com'p'ten.
 De abais assignado tendo por uma diuturna ex-
 periencia conhecido quão defeituosos são os methodos
 até aqui seguidos no paiz para ensinar as Sciẽti-
 ras Lethas, e havendo se esmerado quanto tem podi-
 do, afim de ver se poderia conseguir poupar aos
 meninos algum tempo e diminuir lhes a tedio de
 tão penoso trabalho, veio a apresentar em organisar
 as Cartas que tem a honra de apresentar ao Juizo
 de V. Ex. a quem toma a liberdade de dedicar este
 pequeno fructo de um aturado trabalho e paciencia.
 Certo Ex. Sr., quanto mais differo he
 o methodo de ensinar as Lethas

Transcrição:

O abaixo assignado tendo por uma diuturna experiencia conhecido quão deffeitosos são os methodos até aqui seguidos no paiz para esinar as Primeiras Letras, e havendo se admirado, quanto tem podido afim de ver se poderia conseguir poupar aos meninos algum tempo e diminuir-lhes o tedio de tão penoso trabalho, veio a assentar em organizar as Cartas que tem a honra de apresentar ao juízo de V(ossa) Ex(celenci)a a quem toma a liberdade de dedicar esse pequeno fructo de um [...]ado trabalho e paciência. Certo Ex(celentíssimo) S(e)n(ho)r, quanto mais diffuso he o methodo de ensinar os principios elementares de qualquer lingua, tanto mais difficil e repugnante se torna para aquelles que ensinão como enfadonho para os que aprendem.

O tempo, o preceito, o methodo, a experiencia, e a pratica, são as considerações que tambem lhe abrirão caminho para emprehender a publicação desta nova colleção de Cartas para as aulas de ensino mutuo e simultaneo de ambos os sexos. Todos os dias na Europa apparecem, e com vantagem, novos systemas para facilitar o ensino das Primeiras Letras porem a multiplicidade de syllabarios e um grande numero de Cartas syllabicas de que ainda usão, e sem, proveito, confunde os progressos dos alunnos em os primeiros annos he poe esta razão que abaixo assignado tem ouvido muitos queixarem-se de terem seus filhos quatro a cinco annos em escolas, e a final poucos são os que sahem com sufficiencia instruidos nos r[...]os das primeiras classes, tudo causado pelo emfadonho methodo de soletração dobrada; o que não acontecerá com esta nova colleção, se os professores se não poupararem ao trabalho de ensinar logo a ler pequenas palavras d'uma a duas syllabas apenas os dicipulos instruidos nas formas dos Abcedários, único meio que achou pela experiencia de algum tempo, pois com paciência e methodo tudo se consegue.

Cada uma das Cartas syllabicas vae acompanhada d'uma Carta de vocalulos

de duas syllabas a mais, conforme as classes compostas dos sons anteriores; he por ES te principio que afiança a V(ossa) Ex(celênci)a que, se nas aulas Nacionaes os professores desempenharem suas funções por este systema, não será diffi= cultosa a pesada tarefa de ensinar os Primeiras Letras em dous annos e com perfeição. Por tudo quanto fica exposto solli= cita de V(ossa) Ex(celênci)a e lhe supplica haja de prestar um momento de attenção às mesmas Cartas, e tambem de conselhar ou mandar ouvir a Ill(ustr)e Cooperação do Lycêo, e achando que o systema supletivo de ensino pode ser mais proficuo do que, o que nas aulas se tem seguido, digne-se de mandar que elle seja nas aulas adoptado. adoptado de preferencia. He este bem como a acceitação de V(ossa) Ex(celênci)a o premio e animação do traba= lho do abaixo assignado requer e P(ar)a V(ossa) Ex(celênci)a haja de defe rir lhe concedendo-lhe a re ferida graça.

E(spera) R(eceber) M(ercê)

Francisco de Paula Amor

Quadro 8: Análise da segunda amostra

O quê? Correspondência sobre doação de uma Coleção de Cartas silábicas
Quando? 1840
Onde? Bahia
Como? Fazendo uso do gênero petição
Quem? Francisco de Paula Amor
Para quê? Observando os argumentos expostos pelo doador, sua intenção é a de oferecer as cartas para ajudar a melhorar tanto o trabalho dos professores, quanto a aprendizagem dos alunos. Além disso, sua correspondência tem um tom de denúncia. Revela crítica ao sistema de soletração dobrada, as queixas que ouve dos pais sobre o tempo que os alunos passam estudando e ao final não são bem instruídos e ainda denuncia a multiplicidade de cartas silábicas que existem, as quais confundem os alunos. Apesar de tudo isso, há uma negociação de promoção da sua obra, que é apresentada como solução para os problemas narrados na correspondência. A afirmação de seu esforço em criar a obra é sustentada pela demonstração de preocupação com o ensino das Primeiras Letras.

Figura 12: Fragmento da terceira amostra

Em conformidade ao respeitavel
 pacho de V. Ex.ª da datta 1.ª de Junho
 pp. uma ao requerimento de Simão
 Theophile de Saria, ordenando me
 receber o tabaco, dando conta das
 versas dimensões. Senho hoje
 de dar cumprimento a essa ordem
 pela lista inclusa na qual V. Ex.
 verá ter se recolhido vinte suzias e
 meia de tabacos.
 Deos Guarde a V. Ex.
 Bahia 4.ª de Junho 1855.

Transcrição:

Em conformidade ao respeitável Despacho de V(ossa) Excelência da data 17 de Junho pp anexo ao requerimento de Simão Theofilo de Faria, ordenando me de receber a a taboada dando conta das diversas dimensões Tenho hoje a honra de, dar cumprimento a essa ordem pela Lista inclusa da qual V(ossa) Excelência verá ter se recolhida vinte dúzias e meia de taboadas.

Deos Guarde a V(ossa) Excelência
Bahia Julho de 1845

*Ill(ustríssim)o Ex(celentíssi)mo Senhor
Tenente General
Presidente desta Província*

Carlos Augusto Weyll

Quadro 9: Análise da terceira amostra

O quê? Correspondência sobre Taboadas de Simão Theófilo de Farias
Quando? Julho de 1845
Onde? Bahia
Como? A partir do gênero despacho/resposta
Quem? Carlos Augusto Weyll
Para quê? Escreve para prestar esclarecimento que cumpriu a ordem recebida. É essencialmente informativo, acredita-se que seja um documento que faz parte do controle das rotinas administrativas.

Figura 13: Quarta amostra

Em resposta ao officio de
 V. Ex. com data de 10 de Cor-
 rente mey, tem o Conselho
 a honra de informar a V. Ex.
 que nada approva, para uso
 das respectivas Cidades da Pro-
 vincia, o Compendio de Geo-
 graphia de D. Thomaz Pe-
 res de Souza Brazil.
 D. Grande a V. Ex. Sala
 do Conselho de Fazenda?
 Publica 12 de Out. 1853.

Transcrição:

*Em resposta ao officio de
V(ossa) Ex(ce)lênci)a com data de 10 do cor-
rente mez, tem o Conselho
a honra de informar a V(ossa) Ex(ce)lênci)a,
que não approva para uso
das respectivas Aulas da Pro-
víncia, o Compendio de Geo-
graphia do D(ou)tr Thomaz Pom-
peo de Souza Brazil.*

*D(eu)s Guarde a V(ossa) Ex(ce)lênci)a Sala
do Conselho da Instrucção
Pública 12 de 8bro [outubro] 1853*

*Ill(ustríssi)mo e Ex(ce)lentíssi)mo S(e)n(ho)r Presidente
da Província*

*João Ant(ônio) de Vascon(celos)
Presidente*

Quadro 10: Análise da quarta amostra

O quê? Correspondência sobre parecer do Compendio de Geographia de D(ou)tr Thomás Pompeu Souza Brazil
Quando? 12 de outubro de 1853
Onde? Bahia (Sala do Conselho de Instrucção Pública)
Como? Através do gênero officio/resposta
Quem? João Antônio de Vasconcelos (em nome do Conselho de Instrucção Pública)
Para quê? Trata-se de um documento informativo e também expositivo. Pois ele busca responder ao officio enviado no dia 10 de outubro, o qual solicitava o parecer sobre a obra. Mas, além disso, expõe a avaliação do Conselho de Instrucção Pública a respeito da obra. Acredita-se que o documento faz parte do controle das rotinas administrativas

Figura 14: Fragmento da quinta amostra

Em cumprimento, as Ordens da Pcia, sobre
 o Requerimento de Simão e Theophile de Sa
 em que Pcia em Ordens que junto o s.
 acurim^{to} de mesmo, para Pcia decidir.
 Tenho a honra remeter o requerimento
 ordenado P. Pcia, declarando ao mesmo
 tempo, que não intuequi ao individuo au
 tor do requerimento, e ter no mesmo, o Des
 pachos da Pcia em que em auctoridade,
 recibo semelhante tabado, e que em cum
 prim^{to} daquelle Despacho recbi, sendo o
 unico Docum^{to} que sabra a minha res
 ponsabilidade. Com fua de a Pcia Bahia
 15 de julho de 1845.

Transcrição:

Em cumprimento as ordens de V(ossa) Ex(celência) sobre o requerimento de Simão Teófilo do Faria em que V(ossa) Ex(celência) ordena que junte o requerimento do mesmo para V(ossa) Ex(celência) decidir Tenho a honra remeter i requerimento ordenado p(ara) V(ossa) Ex(celência), declarando ao mesmo tempo, que não entreguei ao indivíduo au tor do requerimento por ter no mesmo o Despacho de V(ossa) Ex(celência) em que me autorisava receber semelhante taboada, e que em cum prim(em)to da quelle Despacho recebi, sendo ele o único Docum(em)to que sobra aminha responsabilidade Deos Guarde a V(ossa) Ex(celência) Bahia 15 de Julho de 1845 Ill(ustrissi)mo Mem. o Senhor T(enente) General Presidente desta Província

Carlos Augusto Weyll

Quadro 11: Análise da quinta amostra

O quê? Correspondência sobre requerimento de Teófilo de Faria
Quando? 15 de Julho de 1845
Onde? Bahia
Como? Utilizando o gênero requerimento/resposta
Quem? Carlos Augusto Weyll
Para quê? Observa-se que o documento é de natureza informativa. Busca responder à solicitação do requerimento que continha o despacho, o qual autorizava o recebimento das taboadas. É um documento de controle das rotinas administrativas,

Figura 15: Fragmento da sexta amostra

Contando-me que por Conta do Gov.
 e se distribuirem pelas Escolas
 Primarias, se compraram m^{tes} exem-
 plares do Pequeno Catecismo His-
 torico de Henri, obra adaptada
 como Compendio desta Escola,
 e de que se nao podem prover o
 Estmto por nao existir a venda
 nesta Prov., vou rogar a V. Ex.
 que d'agulty exemplares, e porci-
 tado, em nome do Presidente do
 Conselho de Instrucao Publica,
 mande por a minha disposi-
 cao 20, sem os quaes he impof-
 sivel Continuar o ensino nesta
 parte.
 D. G. a V. Ex. Julo da Escho-
 la Normal 2 de Ago. 1848.

Transcrição:

*Ill(ustríssi)mo Ex(celestíssi)mo S(e)n(hor)
 Constando-me que por conta do Gov(ern)o,
 e p(ar)a se distribuírem pelas Escolas
 Primárias se comprarão m(ui)tos exemplares
 do Pequeno Cathecismo Histór
 ico de Fleury, obra adoptada
 como Compendio desta Escola,
 e de que se não podem prover os
 Alumnos por não existir a venda
 nesta Prov(ínci)a, vou rogar a V(ossa) Ex(celescência)
 que daquelles exemplares, deposi
 tados em mão do Presidente do
 Conselho de Instrucção Publica,
 mande pôr à minha disposiç
 ão 20, sem os quaes he impos
 sivel continuar o ensino nesta
 parte.*

*D(eus) G(uard)e a V(oss)a Ex(celescência) Acta da Escho
 la Normal 2 de Ag(os)to 1848*

Ill(ustríssi)mo Ex(celestíssi)mo S(e)n(ho)r Conselheiro Presidente da Pro(vínci)a

João Al(ve)z Portella

Quadro 12: Análise da sexta amostra

O quê? Correspondência sobre solicitação de exemplares do <i>Cathecismo Histórico de Fleury</i>
Quando? 2 de Ag(os)to 1848
Onde? Bahia
Como? Através do gênero petição
Quem? João Alvez Portella
Para quê? Observando a estrutura da correspondência, verifica-se que a intenção maior é a de solicitar exemplares, sem os quais não seria possível dar aula naquela região. É possível perceber, ainda que de modo sutil, a denúncia de falta de material, pois no início se diz que muitos exemplares foram comprados, mas por não serem vendidos na Província se fazia necessário solicitar ao Presidente da Província, dentre os encomendados, uma porção para atender as demandas.

Figura 16: Fragmento da sétima amostra

João da Viga Murici, tendo publicado o
 opusculo incluzo, e vendo q. pela materia
 delle m. consem q. or ening escol f. a
 leiaõ nay aulas p. a de logo comecarem
 a sentir a excellencia da prim. das
 coz do christão, visto q. nelles hoje ha
 viveza p. a ay ideay incredulay, e p. ipse todos
 os meiy sao poucos p. a bem dirigis os de
 de os tenros annos, tem a honra de, requis
 a esta Presidencia o dignar-se comp
 or exemplares q. entender sufficientes p.
 ad. fim p. p. de 80 sej cada um.
 Por t.

P. a P. Ep. seja
 servido resolver sobre a
 referido objecto.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Transcrição:

Ill(ustrissi)mo Exc(ellentíssi)mo S(enho)r Presidente

*João da Veiga Murici, tendo publicado
o opúsculo incluso, e vendo q(ue) pela materia
delle m(ui)to convem q(ue) os [m]eninos esco[...] o
leião nas aulas p(ar)a des[d]e logo com[e]çarem
a sentir a excellencia da prim(ei)ra das a
ções do christão visto q(ue) nelles hoje há m(uit)a
viveza p(ar)a as ideias incredulas, e p(o)r isso todos
as meios são poucos p(ar)a bem dirigir os des
de os tenros annos, tem a honra de [p]ro[por]
a esta Presidencia a dignar-se comp[rar]
os exemplares q(ue) entender sufficientes p[ara]
o d(it)o fim p(o)r preço de 8(tent)a reis cada um
Por t(ant)o
P(ar)a V(ossa) Exc(elênci)a seja
servido resolver sobre o
referido objecto.*

E(espera) R(eceber) M(ercê)

João da Veiga Murici

Quadro 13: Análise da sétima amostra

O quê? Correspondência sobre venda do <i>Opúsculo</i>
Quando? 1855
Onde? Bahia
Como? Através do gênero petição
Quem? João da Veiga Murici
Para quê? De acordo com os argumentos oferecidos pelo autor, a obra foi pensada para orientar as ações dos meninos no que diz respeito a princípios cristãos. Mas vale a pena observar que a essência da correspondência é a de vender para a Província o Opúsculo. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de promover a obra e comercializá-la.

Figura 17: Fragmento da oitava amostra

SENHORES.

Tendo-me a longa pratica de ensinar demonstrando a falta de uma obra propria a instruir a Mocidade no complemento de seus importantes devêres Religiosos, moraes, politicos e civis por modo accomodado às tenras idades, e facil aos Educadores de transmitir-lh'os, ja por sabbatinas, ja por interrogatorios, hei coordenado o --- *Manual da Infancia* --- dividido em duas partes, com o qual suppridas as Escolas com livros iguaes, muito se adiantará a Instrucção Elementar, que sempre será morosa e acanhada em quanto os meninos lerem em diversos livros, e n'ellas, pela força da necessidade, se seguir o methodo individual.

Espero e rogo aos mesmos Senhores que por si, e pelos Pais de seus Alumnos cooperem para avultar a subscrição e impressão da mesma obra, certos de que para os Senhores Subscriptores ficará por dous terços do preço geral, pago no acto do recebimento da mesma.

Bahia 1.º de Agosto de 1848.

Euzebio Vanciro.

Transcrição

Tendo-me a longa pratica de ensinar demonstrando a falta de uma obra própria a instruir a Mocidade no complemento de seus importantes devêres Religiosos, moraes, políticos e civis por modo accomodado as tenras idades e facil aos Educadores de transmitir-lhos, já por sabbatinas, já por interrogatorios, hei coordenado o --- Manual da Infância – dividido em duas partes, com o qual suppridas as Escolas com livros iguaes muito se adiantará a Instrução Elemental, que sempre será morosa e acanhada em quanto os meninos lerem em diversos livros, e n'ellas, pela força da necessidade, se seguir o methodo individual. Espero e rogo os mesmos Senhores que por si, e pelos Pais de seus Alumnos cooperem para avultar a subscrição e impressão da mesma obra, certos de que para os Senhores Subscriptores ficará por dous terços do preço geral, pago no acto do recebimento da mesma.

Bahia, 1º de Agosto de 1848

Euzebio Vanerio

Quadro 14: Análise da oitava amostra

<p>O quê? Correspondência sobre subscrição da obra <i>Manual da Infância</i></p>
<p>Quando? 1 de Agosto de 1848</p>
<p>Onde? Bahia</p>
<p>Como? Através do gênero petição</p>
<p>Quem? Euzébio Vanerio</p>
<p>Para quê?</p> <p>Observa-se que há muitas críticas no que diz respeito ao ensino elementar: a falta de materiais, o método, obras próprias para o ensino da mocidade. Diante de tais críticas, o autor da correspondência, que é igualmente autor da obra apresentada propõe que, em troca de subscrições, sejam recebidos descontos na compra da sua obra. Sendo assim, observa-se que a correspondência ganha um tom de negociação e promoção da obra e do seu autor.</p>

Figura 18: Fragmento da nona amostra

Ill.^{mo} Sr. Dr. Director do Lyceo. - Curripindo com
 o que V. S. me determinou, vou dar meu parecer sobre
 a conveniencia de adoptar-se para o curso de Rhetori-
 ca do Lyceo o compendio do Sr. R.^{do} Lopes Gama, que
 tem por titulo - Licoes de Eloquencia Nacional - Po-
 de essa obra, a meu ver, enriquecer nossa Litteratu-
 ra; nem outra coisa se podia esperar de um mestre tao
 acreditado, e escriptor tao conhecido. As bellizas da
 sua diccao e estilo, os excellentes conselhos que da, as
 instructivas observacoes que faz sobre a arte de escre-
 ver, quanto diz sobre as linguas, e principalmente
 sobre a Portugueza, he excellente, e pode com bastan-
 te proveito ser lido e estudado. Mas pelo que diz respeito
 a arte de bem exprimir o pensamento, comparando-o
 com outros compendios, nenhuma methoria lhe acho,
 nem mesmo quanto ao methodo. Alem de que para

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Transcrição:

Ill(ustríssi)mo S(enho)r D(outo)r Director do Lyçêo = Cumprindo com o que V(ossa) S(enhoria) me determinou, vou dar meu parecer sobre a conveniencia de adopta-se para o curso de Rhetorica do Lyçêo o compendio do S(enho)r R(everen)do Lopes Gama, que tem por titulo – Lições de Eloquencia Nacional – Pode essa obra, a meu vêr, enriquecer nossa Litteratura; nem outra cousa se podia esperar de um mestre tão acreditado, e escriptor tão conhecido. As bellezas da sua dicção e estilo, os excellentes consellhos que dá, as instructivas observações que faz sobre a arte de escrever, quanto diz sobre as lingoas, e principalmente sobre a Portugueza, he excellente, e pode com bastante proveito ser lido e estudado. Mas pelo que diz respeito a arte de bem exprimir o pensamento, comparando-o com outros compendios, nenhuma melhoria lhe acho, nem em mesmo quanto ao methodo. Alem de que para compendio acho-o em demasia extenso, e para curso de Litteratura pouco desenvolvido; e isto proveio do Author, tratando de algumas questões, que comquanto alguma relação tenham com a arte Oratoria, lhe não são essenciaes, as desenvolveu mais do que convinha a um compendio, e não tanto quanto era de mister a um curso de Litteratura. No que com mais acerto, creio, que andou, o S(enho)r R(everen)do Freire de Carvalho, que colhendo somente o essencial de tudo quanto se tem escripto sobre a Arte Oratoria, organisou um compendio, que poderá ser adoptado, quando se julgar pouco proveitoso o de Quintiliano. Esta minha opiniaõ que será sempre subordinada a de meus Collegas e muito mais a do Ex(c)elentíssi)mo Senhor Arcebispo. Bahia, e Lyçêo 20 de Outubro de 1847 = Joaquim Antonio Moutinho – Professor de Rhetorica. Este conforme João Quirino Gomes. Secret(ári)o do Lyceo.

Quadro 15: Análise da nona amostra

O quê? Cópia da correspondência sobre parecer de avaliação de obra
Quando? 20 de outubro de 1847
Onde? Bahia
Como? Através do gênero parecer
Quem? Joaquim Antônio Moutinho (através do Secretário João Quirino Gomes)
Para quê? É notável que se trate de uma opinião técnica, que será somada a outras, para embasar uma decisão. Observa-se que há critérios sobre os quais recaem a avaliação; a partir do texto da correspondência é possível destacar os seguintes: coerência do método, extensão da obra, pertinência do conteúdo à disciplina proposta, abordagem proporcionais de questões relacionadas à matéria.

Figura 19: Fragmento da décima amostra

Leituras juvenis
 O amigo dos Meninos
 O volume da educação familiar de Mrs. Edgeworth
 tradução de D. Paula Araújo.
 Lições de hum pai á húa filha, por Loubo
 Tradução de J. S. F. Rocha.
 Thesouro de meninos
 Accidentes da infancia
 Grammatica de Lobato
 de Montegão

Dos livros da distribuição do Governo existem em
 se no Conselho d'Instrução alguns exemplares de
 Theologia exegética, e ensaios de constituições Divinas
 e o. Cathecismos históricos de Fleury, que S. Ex.^{ca} man-
 dou vir do Rio. e em tão pequeno numero, que
 não satisfazem á necessidade das Escolas.
 B. M. de Oliveira 1828

Justiniano de Silva Gomes
 Presidente do Conselho d'Instrução.

Transcrição:

Livros que a Assembleia Legislativa da Província ou o Governo tem mandado distribuir pelas Escolas da Província

Cathecismo de Montpellier
Cathecismo historico de Fleury (edição da B(ahi)a e do Rio)
Syllabarios, maximas e taboadas em quadros in folio
Escola Brasileira de Cairú
Curso normal do Barão Degerando
Simão de Nantua
Manual encuclopédico de Monte Verde
Deos e a Sociedadade, com hum compendio appenso de arithmetica
Compendio de Theologia exegetica trad(uzido) p(elo) P(adr)e Cajueiro
Ensaio sobre a Constituição Divina da Igreja traduzido p(or) [...] Mariano
*O 1º Volume da Eneida de Virgilio; traducção do Professor João Geralberto Há dous exem-
 plares em [...]; a traducção completa já publicada consta de 3 vol(umes)*
Bom homem Ricardo, de Frankfin.

Além destes, são ainda admittidos nas Escolas os seguintes:

Grammatica Portugueza por Figueiroa
Grammatica de Pedro José de Figuerêdo
Desenho Linear, de Gentil
*Cathecismo de Montpellier, edição de Paris que contem huns compendios de Orthographia, de arithmetica e de
 Geographia*
Thesouro da Mocidade
Leituras juvenis
O amigo dos Meninos
O 1º Volume da educação familiar de Mies Edgessorth traducção do D(outo)r Paulo Araujo
Leções de hum pae à huã filha, por Loubo
Traslados de J. S. F. Rocha
Thesouro de meninos
Accidentes da infancia
Grammatica de Lobato
Grammatica de Martagão

*Dos livros da distribuição do Governo existem em [...] no Conselho d'Instrução alguns exemplares da
 Theologia exegetica, e ensaio de Constituição Divina e o Cathecismo historico de Fleury, que S(ua)
 Ex(celênci)a mandou vir do Rio, e em tão pequeno numero, que não satisfazem à precisão das Escolas*

B(ahi)a 21 de Fevereiro 1848

Justiniano da Silva Gomes
Presi(den)te do Conselho d' Instrucção

Quadro 16: Análise da décima amostra

O quê? Correspondência sobre relação de livros
Quando? 21 de Fevereiro de 1848
Onde? Bahia
Como? Através do gênero lista
Quem? Justiniano da Silva Gomes
Para quê? Trata-se de uma enumeração de títulos dos livros que o Governo mandou distribuir pela província, tem teor informativo.

4.1.4 “Doar livros para as escolas públicas oitocentistas baianas”: altruísmo ou autopromoção?

Como visto, há diversos temas que são discutidos nos textos das correspondências, porém, existem termos que fazem parte de um mesmo campo lexical que revelam a ideia de solicitação, a saber: “*Espero e rogo os mesmos Senhores*”, “*tem a honra de [p]ro[por] a esta Presidência a dignar-se comp[rrar]*”, “*mande pôr à minha disposição*”, “*requer á V(ossa) Ex(celen)cia se digne mandar*”, “*e lhe supplica haja de prestar um momento de atenção*”. Tais expressões foram categorizadas, sob a terminologia petição, visto que representam justamente um pedido por escrito.

Ainda que feito de formas diferentes, o pedido do “doador”, para conferir ao sujeito que assina, o termo que o título do maço pressupõe, sempre é revelado. Seja no oferecimento de obras para análise, seja requerendo impressões ou encadernações; quer buscando promover sua obra, ou simplesmente denunciando a situação da instrução pública, o tom de solicitação permeia as correspondências.

Inicialmente, pensamos que isso se dava em razão do respeito que precisavam manter ao escrever para uma autoridade sendo, portanto, uma questão de polidez, mas com a análise dos termos selecionados para a construção do texto da correspondência, foi possível observar que eram, de fato, solicitações que visavam a um deferimento.

A expectativa do deferimento ficou, ainda mais clara, a partir das observação da presença das abreviatura que, geralmente, vinha ao final de algumas correspondências: E.R.M, em variação com a forma R.M, conjecturamos que se trate da sigla jurídica que significa espera receber mercê.

Esse foi, inclusive, o fator motivador para a construção do nosso primeiro título “*Do pedido à mercê*”, já que intentamos investigar os pormenores da correspondência que vem desde o pedido do doador, como falamos anteriormente, até a sua solicitação formal de deferimento (mercê).

Para retomar a discussão a respeito dos gêneros e seguindo o modelo de análise proposto para os termos anteriores, consultamos o termo petição, noventa e o resumo pode ser visto no quadro que segue:

Quadro 17: Panorama do termo petição

PETIÇÃO	
DICIONÁRIOS / GLOSSÁRIOS	
Dicionários/ Glossários	Informações
<u>CUNHA</u> (2010)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: registrado dentro do verbete PEDIR: solicitar, rogar, reclamar.</p> <p>ÉTIMO: do latim <i>petitio</i> século XIII, <i>petiçon</i> século XVIII</p>
<u>CALDAS</u> <u>AULETE</u> (2018)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: ação ou resultado de pedir; solicitação</p> <p>DEMAIS ACEPÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Pedido escrito dirigido a uma autoridade ou a um tribunal; requerimento; → Rogo, súplica.
<u>BELLOTO</u> (2008)	<p>DEFINIÇÃO: documento diplomático informativo peticionário, ascendente. Instrumento pelo qual se solicita à autoridade pública sem ter certeza ou segurança quanto ao amparo legal do pedido. Difere do <i>requerimento</i> no qual a reivindicação está baseada em ato legal. Protocolo inicial: nome e qualificação do peticionário. Texto: o peticionário justifica o pedido e relata suas qualificações. Protocolo final: datas tópicas e cronológica.</p>
<u>DICIONÁRIO</u> <u>DE TERMOS</u> <u>ARQUIVÍSTICOS</u> (1989)	<p>ACEPÇÃO PRINCIPAL: requerimento escrito, a uma determinada autoridade com vistas à obtenção de uma ação específica.</p>

Se atentarmos para a definição proposta por Belloto, observamos que as características condizem com as *correspondências sobre doação*, já que os autores das cartas não tinham nenhuma certeza nem segurança em relação ao deferimento do seu pedido.

Além disso, eles são de fato, em sua maioria, documentos informativos peticionários, sendo exceções apenas aqueles que se configuram como documentos de controle administrativo, uma vez que apesar de informativos, não exprimem uma solicitação, um pedido.

É possível notar, também, o uso do vocábulo requerimento como sinônimo de petição. No entanto, *eles não são farinha do mesmo saco!* Vale a pena fazer uma ressalva a respeito disso, pois os dois gêneros se diferenciam pelo fato de o requerimento representar uma solicitação baseada em um ato legal, que não é o caso das correspondências.

Sendo assim, a hipótese do termo correspondência abranger um leque de gêneros, como falamos anteriormente, é válida e pode ser corroborada com a observação de algumas *correspondências sobre doação*.

No que diz respeito à categorização das correspondências, nos propomos a organizá-las a partir do teor do texto e, para observar o conteúdo mais recorrente dentre elas, registramos as respectivas quantidades.

Quadro 18: Classificação das correspondências

Categorias	Classificação	Quantidade
Categoria I	Correspondências sobre doação	1
Categoria II	Correspondências sobre denúncia	2
Categoria III	Correspondências despacho/resposta	2
Categoria IV	Correspondências requerimento/resposta	4
Categoria V	Correspondências ofício/resposta	5
Categoria VI	Correspondências sobre oferecimento de compra/venda/ impressão/encadernação	34
Categoria VII	Correspondências parecer de avaliação	14
Categoria VIII	Correspondências sobre oferecimento de promoção da obra (autor)	11
Categoria IX	Correspondências sobre solicitação de exemplares (falta)	5
Categoria X	Correspondências sobre lista de obras	8
Demais	Acidez, ilegibilidade e outros danos	9
Total		95

Como exposto, as correspondências de maior número são as de parecer avaliativo de obras, que estão no rol de documentos informativos para controle da administração do Conselho de Instrução, e os que estão na categoria VI, relativa a comercialização.

É importante ressaltar que a categoria I, referente a correspondências sobre doação, isso é, livre de quaisquer valores pecuniários, conta com apenas uma correspondência, o que torna claro que, diferente do que pensávamos anteriormente, as doações, no sentido estrito, são minoria.

Portanto, com a deflagração de um sistema de doação de não-gratuidade, acredita-se que se criou uma política de doação de livros, na qual sob a alegação de contribuir com a instrução, muitas pessoas aproveitavam para negociar, promover suas obras e até mesmo denunciar o sistema.

Um exemplo dessa negociação de livros é um dos trechos da fala do Presidente da Província Antonio Ignacio d'Azevedo, na abertura da Assembléia Provincial, no mês de fevereiro do ano de 1847, segue o trecho:

A impressão da traducção da *Dynamica* do Barão Carlos Dupin a inda se não pode effectuar; João Alves Portella recebeu 1:000U0:0 rs. em junho por conta desta impressão, e assignou em Novembro hum contracto pelo qual se obriga a dar em praso certo a obra à rasão de 1U2:0 o volume.

Transcrição:

A impressão da traducção da *Dynamica* do Barão Carlos Dupin a inda se não pode effectuar; João Alves Portella recebeu 1:000U 00 r(ei)s em junho por conta desta impressão, e assignou em Novembro hum contracto pelo qual se obriga a dar em praso certo a obra à rasão de 1 U 200 o volume

De acordo com o texto acima, pode-se perceber que essa comercialização dos livros, quando deferida pelo Presidente da Província, era celebrada a partir de um contrato, documento que, certamente, registrava os valores e o prazo de entrega da respectiva encomenda.

Com a certeza de que *uma mão lava a outra*, o oferecimento de abatimento, nos casos de venda, também ocorria, conforme se observa no trecho da correspondência de Euzébio Vanerio, - "*certos de que para os Senhores Subscriptores ficará por dous terços do preço geral, pago no acto*

do recebimento da mesma” -, que revela uma troca de favores: a divulgação da obra em troca do abatimento.

Logo, a tentativa de autopromoção, por parte dos professores que eram autores de livros, e conseqüentemente, promoção da obra de sua autoria, provavelmente, era recorrente. É apenas, mais tarde com a proibição da produção aleatória de compêndios e manuais didáticos, em virtude da grande quantidade de professores que produziam seus próprios materiais, que houve mais moderação nesse aspecto.

Enfim, certificados de que *as aparências enganam*, desconstruímos a noção de doação como altruísmo e desapego, denotando preocupação com a instrução e o ensino, como ingenuamente consideramos em um primeiro momento, e desvelamos as razões de “doação” reveladas nas fissuras do próprio texto escrito por eles.

E com a lição de *jámais julgar o livro pela capa*, buscamos investigar quem são os sujeitos que assinavam as correspondências, os doadores, a fim de averiguar se suas identidades nos oferecem mais alguma pista sobre seus interesses em doar.

4.1.5 Indício 04: Signatários/emitentes e destinatários

No início deste capítulo, enquanto ainda debatíamos sobre as questões terminológicas do documento, formulamos duas perguntas, as quais prometemos responder mais adiante, foram as seguintes: quem recebia essas correspondências? Ou dito de outra forma, a quem se destinava essas correspondências, e quem escreve/assina essas correspondências? Ou melhor, quem é o signatário/emitente de tais documentos?

Cientes de que *promessa é dívida*, nesta seção vamos nos dedicar unicamente a responder essas perguntas que não só identificarão os doadores, como também podem nos fornecer dados para compreender o próprio documento.

Assim como as análises foram feitas como amostra do universo das correspondências, a investigação dos doadores também será. Foram selecionados os nove doadores que assinaram as correspondências analisadas anteriormente.

De forma geral, pode-se dizer que as correspondências eram destinadas a duas pessoas: o Presidente da Província, majoritariamente, e o Diretor dos Estudos. Ambos, autoridades que eram responsáveis pela organização e fiscalização de todos os assuntos relacionados à Instrução Pública. Por essa razão, os vocativos Vossa Excelência ou Vossa Senhoria, geralmente aparecem no texto das correspondências.

Os signatários, por sua vez, são diversos, para pesquisar a respeito deles, fizemos buscas no próprio documento, nas Fallas dos Presidentes da Província e Relatórios dos Diretores da Instrução Pública e em dicionários biográficos, bibliográficos e biobibliográficos e na própria internet. Seguem informações sobre alguns deles:

Doador 01: Casimiro Ferreira Cesar

Apresenta-se no texto das correspondências como professor Nacional da Instrução primária pelo método mútuo.

Era professor, segundo me parece, da instrução primaria, e natural da provincia da Bahia, quando escreveu *Manual pratico* ou methodo resumido do ensino, recopilado dos mais adoptados e mais proprios para as aulas da lingua nacional do Brazil. Bahia, 1832, Depois desta obra publicou *Gramática portugueza* composta por... dada pela terceira vez à luz por C. F.Cezar. Bahia, 1834. (BLAKE, 1883)

Doador 02: Francisco de Paula Amor

Não foram encontrados dados a respeito dele. Nas correspondências ele aparece oferecendo uma Coleção de Cartas silábicas.

Doador 03: Carlos Augusto Weyll

É signatário de quatro correspondências da *Coleção de Correspondências sobre doação de livros às escolas públicas*, também não foram encontradas muitas informações, apenas algumas menções em trabalhos acadêmicos.

Cláudia Moraes Trindade (2012, p.43) em seu trabalho *Ser preso na Bahia do século XIX*, sinaliza em nota de rodapé:

O “Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios” não pode ter sido elaborado na década de 1860 ou 1880, como muitos arriscam. **Seu autor, Carlos Augusto Weyll, nasceu em 1815 e faleceu em 1855. Tudo indica que o mapa tenha sido desenhado em 1846, quando ele fazia parte do corpo de engenheiros da província.** No relatório do presidente da província deste mesmo ano, o mapa é citado como pronto para comercialização. (grifos nossos) (TRINDADE, 2012, p.43)

O trecho do jornal *O Correio da Tarde*, confirma algumas informações a respeito de Augusto:

Figura 20: Fragmento do Jornal *Correio da Tarde*

O engenheiro Carlos Augusto Weyll ia publicar um mappa topographico da capital da Bahia e seus suburbios, sobre escala de grande dimensão. Mais um mappa para se mandar lithographar em Londres.



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=616028&pagfis=43&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

Doador 04: João Antonio de Vasconcellos

Nasceu na cidade de Valença, no ano de 1802 e faleceu no Rio de Janeiro em 21 de Novembro de 1880. Era presidente da Província da Paraíba em 1848, e foi nomeado desembargador na Bahia em 1852.

No site referente a Falas dos Presidentes da Província e Relatórios da Instrução Pública, do estado da Paraíba, constam registros do doador:

Figura 21: Registro dos Relatórios do Presidente da Província da Paraíba João Antônio de Vasconcellos

1848	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 10 de agosto de 1848. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1848.	
1849	Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.º de agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849.	

Fonte: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>

Doador 05: João Alvez Portella

Consoante Blake (1883), João Alves Portella é baiano, nascido no ano de 1815 e falecido em 20 de dezembro de 1883. Fez o curso de ensino normal na França e foi diretor da Escola Normal da Bahia, onde exerceu também a advocacia. Trabalhou com jornalismo e foi membro de todas as sociedades literárias, inclusive do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1840.

Destacou-se como orador tanto na tribuna judiciária, quanto na Assembléia Provincial, para a qual foi eleito várias vezes; se destacou, também no jornalismo, redigindo folhas como:

- *A Tolerância* (órgão do partido conservador 1849 - 1850)
- Foi autor do *Manual completo do ensino simultâneo*. (1852)
- Traduziu o Manual de Ensino Mútuo

Doador 06: João da Veiga Murici

Consoante Blake (1883), ele é natural da Bahia, nasceu no ano de 1806 e faleceu em 24 de fevereiro de 1890. Dedicou-se ao magistério, lecionando humanidades, e particularmente Filosofia, ciência em que era muito versado. Foi sócio da antiga Sociedade Biblioteca Clássica Portuguesa e também da Sociedade Instrutiva, além de ter sido sócio do Instituto literário em cujas revistas colaborou. Foi autor das seguintes obras:

- *Curso abreviado de Filosofia* (Bahia 1846);
- *Reflexões gramático-filosóficas* (Bahia 1853)
- *Pontuação arrazoada*¹²
- *Os finados em juízo ou O espelho dos vivos*¹³
- Um pequeno volume de crítica, moral e filosófico
- *O grão Pastor*: poema religioso

¹² Ao Ilustríssimo Senhor Manoel Joaquim de Figueiro Leite (1864);

¹³ Obra dedicada à Excelentíssima Sr^a. D. Maria Augusta de Argolo Ferrão (Bahia, 1865)

Das publicações em periódico, citamos:

- *Revelações cristãs do paganismo*
- *No Mosaico*, tomo 2º
- *A trindade filosófica; Theodicéa; A consciencia moral* – No *Crepúsculo*, tomo 1º
- *A autoridade pontifícia*, No Guaycurú, da Bahia (1845). O qual recebeu elogios pelo *Mosaico*.

Doador 07: Euzébio Vanerio

De acordo com as informações oferecidas por Blake (1883), Euzébio Vanério nasceu na Bahia e faleceu antes de 1850, na mesma cidade, onde serviu o cargo de guarda-livros e intérprete da alfândega, após ter sido professor substituto da real aula do comércio, e por último teve um colégio de meninos. Foi autor dos seguintes títulos:

- *Deveres do homem ou Cultura moral*¹⁴
- *Província da Bahia*¹⁵
- *Guia das boas mães de família ou Educação Physica dos meninos*¹⁶
- *Diário Constitucional* (Bahia, 1821 e 1822)¹⁷
- *O independente Constitucional* (1824)

¹⁴ Ampliada e traduzida por diversos autores para uso da mocidade. Esta obra foi oferecida ao Illustíssimo e Excelentíssimo Senhor Conde da Palma (Lisboa, 1819) (sic)

¹⁵ Estatística financeira (1831) Extraída dos registros das repartições públicas, coordenada e oferecida ao poder executivo.

¹⁶ O manuscrito tem 88 páginas e existe na biblioteca do Instituto histórico. Com o Drº Avelino Barbosa e com Montezuma.

¹⁷ Esta folha foi fundada para preparar os elementos para nossa independência por Francisco José Corte-Real, depois Côrte imperial, oficial da secretaria do governo; passou depois a intitular-se O Constitucional, sendo continuada na villa da Cachoeira durante a guerra da Independência com o título O Independente Constitucional até a retirada de Montezuma para a assembléia constituinte, donde seguiu este para a Europa deportado.(sic)

Doador 08: Joaquim Antonio Moutinho

Não foram encontrados muitos dados sobre ele. Há menção de sua morte no site que divulga a *Chronica Geral do Brazil*, escrita por Alexandre José de Mello Moraes, publicada em 1886.

Figura 22: Nota sobre falecimento de Joaquim Antonio Moutinho

MLXXV - No dia 28 de março de 1876 falece, na cidade da Bahia, Joaquim Antonio Moutinho, com oitenta e quatro anos e quatro dias, nascido na Cachoeira no 1º de abril de 1792.

Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/baixada/bslivros05b33.htm>

Doador 09: Justiniano Gomes da Silva

Os dados sobre Justiniano Gomes da Silva também são poucos, eles foram encontrados no site da Biblioteca Luso-Brasileira.

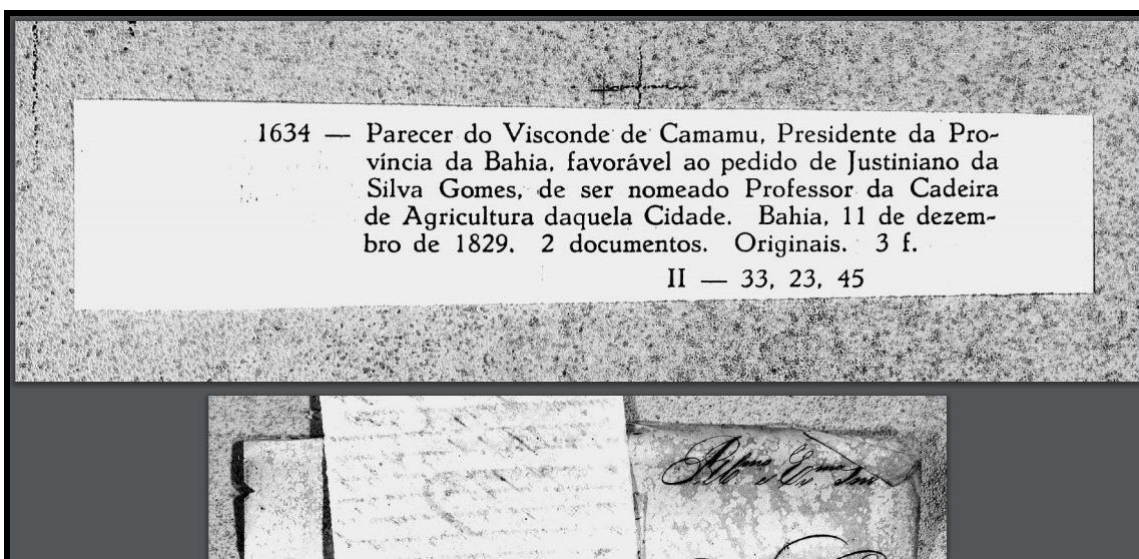
Figura 23: Site da Biblioteca Luso- Brasileira

The screenshot shows the website interface for 'Biblioteca digital Luso-Brasileira'. The search results are for the subject 'Gomes, Justiniano da Silva'. The main content area displays a search result with a thumbnail of a document and the following text: '[Parecer do presidente da província da Bahia favorável ao pedido de Justiniano da Silva Gomes de ser nomeado professor da cadeira de agricultura daquela cidade] Por Camamú, José Egidio Gordilho de Barbuda, Visconde de, 1808-1867 Publicado em Bahia,'. Below the text is a link to 'Acessar o documento na Instituição de origem' and a 'Manuscrito' tag. On the right side, there is a search bar labeled 'Buscar DSpace', a 'Busca avançada' section, and a 'Navegar' menu with options like 'Todo o repositório', 'Coleções', 'Autores', 'Títulos', 'Assuntos', 'Tipo documento', and 'Idiomas'. At the bottom right, there is a 'Minha conta' section with 'Entrar' and 'Cadastro' links.

Fonte: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/browse?value=Gomes,%20Justiniano%20da%20Silva&type=subject>

Sabe-se que ele candidatou-se a professor da cadeira de agricultura, conforme versa o documento encontrado no site anteriormente citado.

Figura 24: Apresentação do parecer do Visconde de Camamu favorável a Justiniano



Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001060/mssp0001060.pdf

Como exposto, a maior parte dos doadores analisados eram professores ou estavam de alguma maneira ligados às questões da Instrução Pública. Homens que, mesmo sendo pessoas comuns, tinham uma representação e atuação fortes na sociedade.

E apesar do oferecimento de poucos dados em relação a sua biografia, em virtude da própria dificuldade de encontrá-los, eles foram suficientes para demonstrar que os doadores eram agentes participativos no cenário educacional.

Eles produziam obras, eram associados a periódicos e, mesmo quando sua formação era aparentemente distante da Instrução Pública, como é o caso do engenheiro Carlos Augusto Weyll, estavam de alguma forma a serviço da educação. No caso em tela, é provável que o engenheiro confeccionasse os mapas referentes à instrução.

Por fim, participantes dessa política de doação de livros às escolas públicas, esses sujeitos quer em benefício próprio, quer com a intenção de auxiliar a instrução e o ensino das escolas públicas, fazem parte do rol de agentes envolvidos em questões educacionais da primeira metade deste século.

5 “DA EFEMERIDADE AO VALOR HISTÓRICO”: O RETORNO DO RELEGADO

O século XIX foi marcado por muitas transformações, no que diz respeito às questões educacionais, sobretudo com o desenvolvimento da educação pública no Brasil. Por esse motivo, elegeu-se esse período para investigação, estando o foco na primeira metade. E isso, também, se caracteriza como um diferencial nesta obra, principalmente porque, no que diz respeito a manuais didáticos, geralmente as pesquisas se voltam para a fase em que eles se tornaram mais populares, a segunda metade, e muito pouco ou nada se fala, sobre a primeira metade, momento em que, mesmo em menor escala, eles também estavam presentes.

Sendo assim, nos ocuparemos de contribuir com a História da Educação, na medida em que oferecemos um estudo voltado para o século XIX, entre as malhas teóricas sobre os manuais.

É de fundamental importância conhecer o cenário da educação nesse período, para isso fizemos a seleção de alguns fatos históricos que tiveram estreita relação com a educação e os veremos a seguir.

5.1 O CENÁRIO EDUCACIONAL NA BAHIA DOS OITOCENTOS

Dentre os vários desafios que os historiadores da educação precisam enfrentar, destacamos um especialmente: o da periodização. A respeito disso, Gondra e Schueler (2008, p. 9-10) afirmam:

De modo geral, a historiografia adota marcos político-administrativos como critério geral para pensar a sociedade. Nesta direção, a História do Brasil teria conhecido três formas: Colônia (1500 – 1822), Império (1822 – 1899) e República (1889 até os dias atuais), a partir do que todos os acontecimentos poderiam ser compreendidos e explicados.

Seguindo tal periodização, nossa pesquisa se localiza na fase do Brasil imperial. Ao especificarmos a Província da Bahia, e pensarmos que em cada província a estruturação e desenvolvimento da educação se deram de maneira diferente, já que cada província possuía suas particularidades, seguir apenas com esse marco seria insuficiente.

A respeito disso, Dick (2001, p. 21) orienta que devemos: “superar as visões que analisam a educação apenas com base na história política do país, passando a construir e a adotar uma periodização própria para a história da educação baiana”.

A autora, em seu trabalho a respeito do ensino secundário, propõe uma divisão em três fases distintas no século XIX: uma fase inicial que corresponde à primeira metade do século, a segunda fase que inclui os anos 50 e 60, e a terceira fase que vai dos anos 60 aos anos 90. Com base em tal proposta, nos localizamos na primeira e na segunda fase.

Para situar o estudo e mapear o cenário, selecionamos alguns eventos que se relacionam diretamente com as questões educacionais, a começar pela chegada da família real ao Brasil, e conseqüente instalação no Rio Janeiro como sede do Governo

Silva (1999) alerta que a bibliografia costuma apontar o período da chegada da família real como momento de grande florescimento educacional, em razão da criação dos cursos superiores da colônia, academias reais e outros centros científicos e culturais, no entanto:

As instituições criadas a partir da vinda da família real nos deixam ver de forma mais clara que os interesses de classes determinaram as decisões no campo educacional e visavam beneficiar tão-somente os membros da corte que tinham se deslocado além-mar com sinônimo de fidelidade ao rei. (SILVA, 1999, p.54)

A população de massa não assistiu para seu benefício nada além de parcas mudanças; permaneciam, praticamente, na mesma situação:

No que se refere à instrução pública e ao ensino das primeiras letras, a historiografia aponta que não houve rupturas significativas em relação ao conjunto das reformas pombalinas, permanecendo o sistema de aulas régias, que foram assim denominadas entre 1759 e 1822, momento em que passaram a ser chamadas de aulas públicas. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.25)

No que diz respeito a órgãos fiscalizadores, em 1809, foi instaurado na cidade de Lisboa um sistema de inspeção sobre os Estudos Menores:

Os juizes do crime e corregedores deveriam vigiar o comportamento dos mestres e atestar documentalmente a seu respeito. Só com este atestado de que cumpriam escrupulosamente seus deveres é que teriam os mestres direito a receber o seu magro salário; três anos depois, a inspeção passou a ser executada por pessoal da Junta da Diretoria dos Estudos (CARVALHO, 1996, p.498)

A primeira fase, que corresponde à primeira metade do século, (DICK, 2001) é carregada de tensões, pois está inserida em um momento conturbado do ponto de vista político, econômico e social. Frente ao processo de formação do Estado, revoltas sociais e epidemias.

Nesse primeiro momento encontramos as elites dominantes divididas entre brasileiros e portugueses. Por outro lado, estas mesmas elites opõem-se às camadas dominadas. Durante esse período, em que inclusive, nos deparamos com a instalação do Liceu Provincial da Bahia em 1836, o ensino secundário encontrava-se desorganizado, podendo ser considerada essa fase como a da origem das políticas públicas para o ensino secundário. (DICK, 2001, p. 16)

Quanto ao ensino, houve nessa fase uma série de tentativas de organização e estruturação, da qual podemos destacar “uma das primeiras medidas do Primeiro Reinado, no âmbito da instrução foi o incentivo à abertura de aulas e escolas pelos particulares, por meio da Lei de 20 de outubro de 1823” (MATTOS, 1990, p.270)

Vale a pena lembrar que nesse primeiro momento pairavam muitas intenções políticas em prol da construção de um ideal de nacionalidade, e o investimento na “formação do povo” era para “produzir identidades e laços de interdependência sociais, integrando os brasileiros, o povo, conjunto de cidadãos ativos e inativos do Estado” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 30).

Em 1824, houve a constituição outorgada pelo imperador Dom Pedro I, a qual indicava no artigo 179, item XXXII, a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos. Houve outras leis promulgadas, segundo Nunes (2018)

[...] sobretudo duas leis gerais promulgadas referentes à instrução pública: a de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas ou povoados mais populosos visando certamente a criação de uma rede escolar no país, e baixava determinações sobre formação e contratação de professores, e a lei de 11 de agosto deste mesmo ano, que criava as Faculdades de Direito em São Paulo e Olinda.

É o decreto educacional imperial, ocorrido em 1827, que trata da liberdade de ensino, de acordo com Santos (2017, p.13):

[...] determinava que todo cidadão que comprovasse conhecimento no que estava se propondo a ensinar, o chamado na época, “notório saber”, e que atestasse moralidade compatível com a função, através de carta assinada pelo pároco da freguesia, poderia lecionar sem necessariamente ser formado professor pela escola normal.

E a oficialização da Instrução pública se deu tanto com o decreto de 1827, quanto com o Ato Adicional à Constituição de 1834, “pela lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 – que não só determinava que a regência de trina passava a ser una, como tomava medidas descentralizadoras, como a criação das Assembleias Legislativas Provinciais. Elas ficariam encarregadas, a partir de então, de legislar sobre assuntos específicos de cada província.” (NUNES, 2018)

O Ato Adicional de 1834 estabeleceu os princípios fundamentais da instrução primária e secundária, delimitando os currículos para as escolas de meninos e meninas, o recrutamento do magistério, os livros e compêndios a serem utilizados, entre outros aspectos. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.36)

A criação da Escola Normal, é um outro evento que merece destaque no cenário baiano. Foi “criada pela lei nº 37 de 14 de abril de 1836, para a formação de professores das escolas elementares, só começou a funcionar em 1841 - já no segundo império, portanto - numa casa da antiga rua do Colégio, esquina da rua das Campelas, na Sé.” (NUNES, 2018)

Neste mesmo ano, houve mais dois eventos marcantes para a instrução pública: a criação do Liceu, “criado pela lei nº 33 de 9 de março deste ano, reunindo várias das Aulas Maiores existentes na capital, buscando melhor organizar o ensino secundário na Província” e a catequese de índios por meio de missionários, “a lei provincial nº 32, de 5 de março de 1836 providenciava a catequese dos índios na província por meio de missionários, que deveriam reunir os indígenas em aldeias” (NUNES, 2018).

No que diz respeito aos métodos de ensino, sabe-se que muitos eram importados de outros países, para serem implementados aqui:

A província da Bahia enviara para a França dois professores: João Alves Portela e Manuel Correia Garcia, para se formarem na Escola Normal de Paris. Ao voltar eles organizaram os Regulamentos para as escolas primárias e para a Escola Normal da província, baixados ambos em 20 de janeiro de 1842. Aí se estabeleciam currículos e procurava-se padronizar os conteúdos ministrados nas várias escolas primárias, além de providenciar a boa formação dos professores a elas destinados. (NUNES, 2018).

O método mútuo foi implementado aqui na Bahia e seu manual foi instituído por lei, conforme conta Silva:

Os manuais traduzidos pelos advogados João Alves Portella e Manoel Correia Garcia foram as principais obras didáticas utilizadas na Escola Normal da Bahia e normatizaram por muitos anos o ensino da cadeira de métodos e toda a prática dos futuros professores em suas aulas de primeiras letras. Essas obras foram impressas até finais dos anos 1860 do século XIX, quando o ensino mútuo quase não era mais utilizado na província. O uso dessas obras foi oficializado pelo Decreto para as escolas pelos *methodos simultaneo, e mutuo simultaneo* da Província da Bahia de 1842, que logo no seu art. 1º estabelecia que “O Manual das Escolas do Ensino mutuo, aprovado por este Governo para compendio da Escola Normal, fica servindo de Regulamento e norma á todas as Aulas primarias pelo *methodo do ensino mutuo puro*”. (SILVA, 1999)

Em relação aos órgãos responsáveis pela instrução pública, eles foram formalizados: o Conselho de Instrução Pública e o Cargo de Diretor da Instrução Pública.

O Conselho de Instrução Pública foi criado em 25 de maio de 1842, a partir da lei nº 172, bem como seu regulamento que tinha como funções:

Regular o ensino público nacional, designando, segundo seus diferentes ramos, as matérias e método que se deve nele seguir, promover a composição de compêndios para o mesmo ensino, distribuir as diversas aulas, atendendo às localidades mais convenientes; organizar regulamentos escolares, inclusive o do mesmo Conselho, e ocorrer finalmente com ilustrações e mais providências necessárias a bem da instrução; submetendo tudo previamente à aprovação do Presidente da Província (Col.Leis.Resol.Bahia 1842-47, p.40/1)

O cargo do Diretor Geral dos Estudos, por sua vez, foi criado a partir da Resolução nº 378, datada de 19 de novembro de 1849. “[...] precursor dos futuros Secretários de Educação, sob a responsabilidade de quem ficava a administração de todas as questões referentes à instrução pública provincial. Ele assumia várias das atribuições antes exercidas pelo Conselho de Instrução Pública.” (NUNES, 2018)

É possível observar que diferente da primeira fase, a segunda (décadas de 50 e 60) já conta com uma centralização do ensino, que foi motivada pela criação do Cargo de Diretor da Instrução Pública.

Como visto, as tentativas de sistematização e organização da instrução pública nessas duas fases foram intensas, fator que justifica a diversidade de leis e medidas administrativas.

5.2 VELHOS TEMAS, NOVOS “TRAJES”: UM OLHAR SOBRE OS MANUAIS DIDÁTICOS

Para refletir sobre os manuais didáticos e compreender suas características, convidamos vocês a fazerem uma pequena viagem no tempo, para, a partir de uma visita ao passado, observar como esses manuais eram tratados, e no retorno aos nossos dias saber como devemos encará-los. Entremos no túnel do tempo...

5.2.1 Entrando no túnel: os velhos temas

Durante a pesquisa nos deparamos com dúvidas quanto às características dos manuais, sua estrutura e composição, e foi justamente por meio das inquietações, questionamentos, curiosidades e dúvidas, que nos empenhamos a pesquisar cada vez mais:

Se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos consultados, é porque **o historiador vem aos arquivos com perguntas**. As noções de questionamento e de questionário são, assim, as primeiras que devem ser colocadas na elaboração da prova documental. **É armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação dos arquivos**. [...] Antoine Proust, em Douze Leçons sur l'histoire, martela após Paul Lacombe, esta forte declaração: **não há observação sem hipóteses, nem fato sem perguntas**. (RICOUER, 2007, p. 188, grifos nossos).

Dentre tantas, umas das primeiras que se mostrou foi a dificuldade de entender qual terminologia seria mais adequada ao trabalho: materiais didáticos? Livros didáticos? Compêndios didáticos? Manuais escolares?

A necessidade de justificar a escolha do termo **manual** em detrimento de tantas outras, se mostrava de forma latente, e para justificá-la, consultamos a definição proposta por Choppin (1992):

[...] *os utilitários da sala de aula*: eles são concebidos na intenção, mais ou menos explícita ou manifesta segundo as épocas, de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar. Se, até meados do século XIX, esse papel não está sempre claramente formulado, principalmente no ensino primário, ele se torna em seguida mais passível de ser determinado com a criação progressiva de estruturas educativas estáveis, uniformes e cada vez mais diversificadas: **o manual e as publicações que gravitam em torno dele (livros ou guias para o professor, antologias de documentos, cadernos ou fichários de exercícios, léxicos, antologias de atividades) se destinam sempre a uma disciplina, a um nível, a uma série ou a um grau e se referem a um programa preciso. O manual apresenta, então, ao aluno o conteúdo desse programa, segundo uma progressão claramente definida, e sob a forma de lições ou unidades**. Essas obras sempre concebidas para um uso tanto coletivo (em sala de

aula, sob a direção do professor) e individual (em casa). (CHOPPIN, 1992, p. 16 apud BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 33)

Como visto, o manual tem como principal característica ser um suporte material que tem, claramente, uma destinação pedagógica, foi criado com esse fim, diferente, por exemplo, do termo material didático que não diz respeito unicamente a um suporte material, podendo dar margem a todo o mobiliário (quadro negro, cartazes, materiais de ensino, etc)

Em relação ao termo compêndios, trata-se na verdade de um tipo de manual, portanto empregá-la seria reduzir o alcance da palavra manual. Já que compêndios são “aqueles livros que se caracterizam como uma exposição didática de um conjunto de conteúdos, organizados de forma progressiva, tendo em vista áreas de conteúdos diferentes.” (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p.37)

O termo livros, por sua vez, compreende uma diversidade que ultrapassa as singularidades do manual, é, portanto, um termo mais amplo, consiste em uma categoria de maior alcance. Fica o manual, então, como um tipo de livro.

Para tentar evidenciar o contexto que gerou as questões motivadoras deste estudo, levantamos outra questão: qual a importância de se fazer um levantamento visando a identificar manuais didáticos que foram adotados na Bahia, no século dezanove?

As palavras de Valdez (2004) se mostram pertinentes para respondê-la:

[...] muitos desses materiais se perderam com o tempo, por isso a dificuldade de acesso como material de pesquisa, não só porque não eram produzidos em série, mas também foram poucos os autores que os escreveram, além do fato de o livro didático ser sempre negligenciado, pois era considerado sem valor, pela sua vida efêmera. (VALDEZ, 2004, p. 224)

Se o caráter atribuído a esses manuais é o da efemeridade, certamente não existia uma preocupação com a sua preservação ou, pelo menos, não historicamente. Sendo assim, não é adventício que se observe uma grande dificuldade em encontrá-los nas bibliotecas e arquivos. Busca que não é impossível, porém bastante árdua e minuciosa.

Foi a partir dessa constatação que pensamos em começar a contar essa história, uma história que foi muitas vezes relegada a segundo plano, como nos mostram Lajolo e Zilberman (1998, p. 122):

[...] apesar do berço ilustre, contudo, o livro didático é o primo-pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico: ou ele fica superado dados os progressos da ciência a que se refere ou o estudante o abandona, por avançar em sua educação. Sua história é das mais esquecidas e minimizadas, talvez porque os

livros didáticos não são conservados, suplantado seu “prazo de validade”. (grifos nossos)

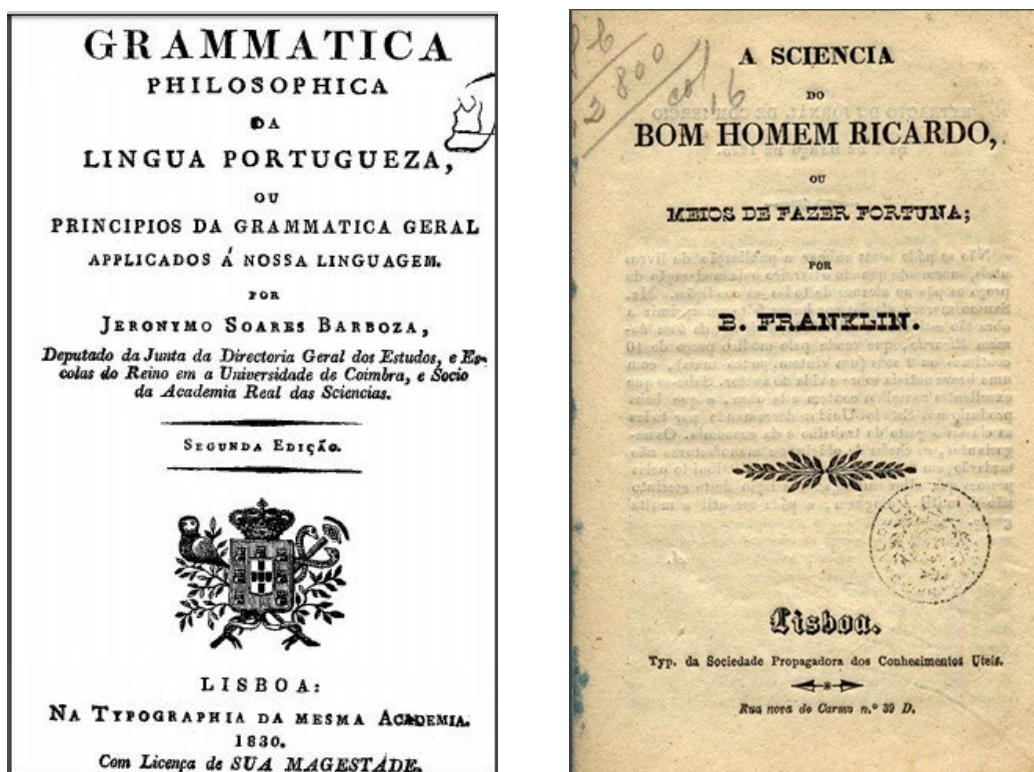
Pensando nisso, acreditamos que esta história, que estamos nos propondo a contar, sirva para dar visibilidade a essa História do Manual didático que, como visto, foi durante algum tempo ocultada, reprimida. Para isso, faz-se necessário despertar para a necessidade de encarar esses manuais enquanto objetos históricos, uma vez que eles são “considerados efêmeros e pouco dignos de catalogação e guarda, e raramente ocupam as prateleiras dos acervos públicos. Quando isso ocorre, nem sempre são localizados ou estão em condições precárias de conservação.” (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 30)

Vale a pena lembrar que os livros apresentavam características peculiares no século XIX, a começar por seus tipos. A partir dos dados gerados pela pesquisa foi possível identificar os seguintes: gramáticas, caligrafias, ortografias, compêndios, catecismos, cartas de ABC, cartilhas, opúsculos, almanaques etc.

Era comum que possuíssem mais de um título, e que estes fossem longos, a exemplo da obra de Jerônimo Soares Barbosa, conhecida por dois títulos: *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa ou Princípios da grammática geral applicados a nossa linguagem*; ou a Gramática de Martagão, que se apresenta como *Compendio Rudimental de Grammatica da Língua Portuguesa*.

Os diferentes nomes – epítetos, títulos de “nobreza” – que um mesmo autor pode receber, coincidindo de se apresentar ora com um nome, ora com outro, também era comum de se encontrar. O Doutor Abílio César Borges, por exemplo, é conhecido como Barão de Macahúbas e alguns livros nas bibliotecas registram, apenas, com esse título.

Figura 25: Facsímiles de manuais didáticos



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os manuais usados pelas crianças, principalmente na primeira metade do século, de acordo com Valdez (2004, p.220), eram: “toscas cartilhas, papéis de cartórios e cartas manuscritas que professores e pais de alunos forneciam; eram ainda usados os clássicos da literatura nacional”.

Essa ideia de carência de manuais didáticos na primeira metade do século se disseminou por muito tempo, principalmente porque os livros só se popularizaram a partir da segunda metade do século, juntamente com a ideia de nacionalização dos livros.

Até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente inexistiam nas escolas. Várias fontes como relatos de viajantes, autobiografias e romances indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura. Em alguns casos a Constituição do Império, o Código Criminal e a Bíblia serviam como manuais de leitura nas escolas. (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 28)

Fala-se em uma constante tradução e importação de livros estrangeiros em grande parte do século XIX, bem como a adoção de métodos, tais como o Castilho e o método de

Leitura de João de Deus, que foram implantados no Brasil. Porém, os brasileiros começam a reivindicar seu espaço no mercado local com obras destinadas à escola, e o abasileiramento dos livros didáticos só se torna realidade no final do século XIX, concomitantemente à nacionalização do livro para crianças. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988).

Como visto, é sob a ótica da efemeridade que esses manuais têm sido tratados, mas com os avanços dos estudos, não podemos deixar de considerá-los como objetos culturais e históricos, ou seja, precisamos superar a ideia de efemeridade e despertar a consciência da necessidade de preservar esses manuais, pois eles são verdadeiros guardiões de um legado escolar.

Depois de visitar, brevemente, o passado, saímos do túnel do tempo para refletir sobre o novo olhar que devemos tecer sobre esses manuais, ou sobre seus “novos trajes”. Veremos a seguir algumas reflexões sobre a relevância de realizar um estudo sobre esses suportes e o caminho que escolhemos trilhar para contribuir com essa história.

5.2.2 Saindo do túnel : os “novos trajes”

A *terceira onda* anunciada por Toffler e que é centrada no conhecimento, se revela cada vez mais significativa:

[...] Uma vez que eu comece a pensar em termos de ondas de mudança, colidindo e sobrepondo-se, causando conflito e tensão em volta de nós, mudou minha percepção da própria mudança. Em todos os campos, da educação, da saúde à tecnologia, da vida pessoal à vida política, tornou-se possível distinguir aquelas inovações que são apenas disfarces, ou apenas extensões de passado industrial, das que são verdadeiramente revolucionárias. (TOFFLER, 1980, p.19)

Ao observar que a educação é uma das responsáveis, mas certamente não a única, por esse despertar para a mudança, ela se mostra como um espaço propício para gerar questionamentos, que busca mudanças e quiçá, revoluções, pois a educação também transforma: “[...] Quando aplicamos a metáfora da onda, muito do que era confuso torna-se claro. **O familiar muitas vezes aparece em uma nova luz deslumbrante.**” (TOFFLER, 1980, p.19) (grifos nossos)

Exatamente como essa luz deslumbrante sobre o que é familiar de que nos fala Tofler, faz-se necessário lançar um novo olhar sobre esses manuais para conseguir vislumbrar os “novos trajes” que apresentam: os de objetos históricos e culturais.

O interesse por tais documentos se revela tanto por se caracterizarem como uma fonte escolar, já que estão inseridos na dinâmica da escola, e transitam nesse ambiente, quanto

por serem fontes produtivas para gerar indícios sobre a realidade educacional da época, além de ter seus títulos largamente divulgados, tornam-se verdadeiros testemunhos da época em que foram adotados.

Há uma série de fatores, que serão elencados mais adiante, que podem ser desvelados por intermédio desses manuais, bem como uma série de pistas, para (re)constituição de várias histórias, pois

[...] livros escolares são fonte insubstituível para qualquer história da leitura: não só porque, por hipótese, tais livros são instrumento sistemático para a formação de leitores, mas porque eles são também documento privilegiado para uma história da educação e da escola com a qual necessariamente se cruza a história social da leitura. E também a da literatura (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 310).

Neste estudo, especificamente, podem-se destacar a contribuição para a história dos manuais e compêndios didáticos, para a história da educação baiana, para a história da leitura e escrita na Bahia e, conseqüentemente, no Brasil.

Objetiva-se com esse estudo realizar o levantamento dos títulos dos materiais e divulgar os dados para pesquisas futuras. Por fazerem parte daquele cenário histórico, os manuais oferecem pistas que denunciam a realidade da época, conforme aponta Tambara (2002), ao relacionar a produção de materiais ao mercado editorial da época:

Neste período, que vai de 1808 até 1821-22, caracterizado pela imprensa régia, muito pouco foi produzido em termos de livros escolares para utilização na escola elementar no Brasil. Isto estava vinculado com as limitações da estrutura educacional do Brasil à época. Mesmo assim, pode-se observar que se estava estruturando um mercado consumidor de livro escolar bastante atraente.

Podemos dizer que a necessidade de preservar e organizar tanto a documentação que versa sobre as doações dos livros didáticos, quanto a necessidade de propagação da importância de preservação dos materiais didáticos propriamente ditos, seja de forma direta ou indireta, é notória, sendo uma das justificativas para desenvolver esta obra, pois

[...] se não cuidarmos das fontes documentais escolares hoje, elas acabarão se perdendo e amanhã não as teremos mais, o que prejudicará grandemente o levantamento da evolução educacional local, regional e mesmo do país, pois não se conhece a história de um país apenas tendo informação sobre a capital e as principais cidades. (NUNES, 2006, p.201)

Há de se considerar, ainda, a contribuição que um estudo desse feitio traz para as investigações referentes a aspectos históricos, culturais, linguísticos ou para qualquer área que manifeste interesse pela história, desenvolvimento e consolidação da educação baiana.

Historicamente, está ocorrendo uma retomada das pesquisas concernentes a esses manuais, visto que

Estudos e investigações a respeito de livros didáticos vinham apresentando sinais de esgotamento ao longo dos anos de 1990. A partir da segunda metade dessa década, assistiu-se a uma renovação do interesse por esse gênero de impresso, em decorrência das possibilidades abertas pela utilização de esquemas interpretativos, de procedimentos e pressupostos originados por estudos mais gerais a respeito da história do livro, da leitura e da educação, assim como do letramento (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002).

Além de promover uma tentativa de conscientização da valorização da importância da preservação desses materiais e de utilizar uma fonte inovadora, como é o caso das correspondências recebidas sobre doações de livros às escolas públicas, este estudo oferece uma possibilidade de investigação da escolarização, como forma de penetração e difusão da escrita.

Os manuais didáticos são fontes de pesquisa que permitem extrair dados históricos, logo, oferecem indícios, pistas para se entender as transformações que ocorreram na educação, tais como: métodos de ensino, ideologia, organização dos conteúdos, procedência dos autores e outras informações que possibilitam enxergar a realidade de uma determinada época por intermédio do texto. Destarte, ao investir na busca pelos manuais didáticos, se está, até certa medida, mergulhando na cultura daquele determinado período.

Certamente, realizar pesquisas sobre livros é também incluir uma análise de seus usos, o que, embora seja uma tarefa complexa, principalmente pela especificidade das fontes de que dispomos, pode auxiliar a melhor compreender aspectos importantes da cultura oitocentista brasileira, caracterizada pela forte presença da oralidade e da memorização e do manuscrito (GALVÃO, 2005, p. 15).

Ao selecionar a História Cultural como pilar deste projeto, assume-se toda a complexidade que esta dimensão exige, uma vez que a tarefa de desvelar, para além da história oficial, os acontecimentos de uma determinada sociedade se mostra bastante minuciosa e desafiadora, como é típico da área, que, consoante Gómez (2003, p. 108), “[...] reconstruir las conexiones entre las diferentes materialidades de lo escrito de cara a comprender su significado global en una sociedad determinada se presenta como referencia fundamental de lo que debe ser la historia de la cultura escrita [...]”.

Logo, ao propor uma forma de localizar, organizar e sistematizar essas obras, além de divulgar as informações colhidas de fontes primárias ou secundárias, promove-se mais uma

fonte de acesso que auxiliará no processo de escrita da História da Cultura Escrita no Brasil, particularmente, da Bahia.

Desse modo, apresenta-se como um dos resultados deste estudo a criação de uma nova fonte de pesquisa, mais sistemática e organizada, que facilite o trabalho de futuros pesquisadores, especialmente, daqueles que têm interesse na instrução pública. Conforme apontam Toledo e Gimenez (2009, p. 114), “[...] um pesquisador que realmente colabora para o avanço do saber em seu domínio acadêmico [...] também constitui novos objetos de pesquisa, novas fontes, portanto”.

Vale a pena frisar que a perspectiva que se lança sobre os manuais é a histórica, fator que possibilita a observação de uma gama de características que aparentemente não interessavam em um material com fins didáticos, já que a tradição não costuma enxergá-los enquanto fontes históricas.

Observam-se todas essas características, acreditando que Peter Burke tinha razão ao afirmar que o argumento de Burckhardt em favor do testemunho “involuntário” também é convincente: testemunhas do passado podem nos dizer coisas que não sabiam que sabiam. (BURKE, 2008, p.33)

Enfim, espera-se que a opção por lançar um olhar histórico sobre os manuais didáticos seja produtiva, para trazer novas informações, ou que, como lembrou Burke, sejam descobertas coisas que jamais se imaginou através deles. Além de contribuir para a organização dos títulos adotados na Bahia no referido período.

A seguir, apresentam-se todos os títulos de manuais didáticos que foram colhidos na *Coleção de Correspondências sobre doação de livros às escolas públicas*.

Quadro 19: Levantamento dos títulos dos manuais didáticos registrados na *Coleção de Correspondências sobre doação de livros às escolas públicas*

Título dos manuais didáticos doados e citados nas Correspondências sobre doação de livros às escolas públicas
1. Coleção de Leitura, Escrita, e Geometria Prática
2. Epitome de Gramatica da Lingua Nacional por Manoel dos Passos e Figueiroa
3. Cathecismo
4. Sciencia do Bom Homem Ricardo
5. Compendio de Arithimetica
6. Historia de Simão de Nantua
7. Manual do Método Mútuo
8. Cathecismo Brasileiro ou Geografico
9. Diccionario de Constancio [<i>Francisco Solano Constâncio – 1836</i>]
10. Taboadas do Simão Theofilo de Faria
11. Carta Geographica da parte oriental do Imperio do Brasil de Eschwege e Mateus
12. Mechanica e Dynamica do Barão Charles Dupin
13. Esboço Histórico e Prelecções de lógica do Doutor Salustiano José Pedrosa
14. Catehecismo Moral Civil Político e Religioso dos deveres do homem social em todas as circunstâncias da vida
15. Licções d'Eloquencia Nacional (compêndio do Reverendo Miguel do Sacramento Lopes Gama)
16. Instrucção de programma para construcção das casas de detenção e justiça.
17. Manual Encyclopédico de Monte Verde
18. Cathecismo de Montpellier
19. Cathecismo historico de Fleury
20. Sillabarios, maximas e taboadas
21. Escola Brasileira de Cairú
22. Curso normal do Barão Degerando
23. Deos e a Sociedade, com hum compendio appenso de arithimetica
24. Compendio de Theologia exegetica trad(uzido) p(elo) P(adr)e Cajueiro
25. Ensaio sobre a Constituição Divina da Igreja
26. O 1º Volume da Eneida de Virgilio
27. Grammatica Portugueza por Figueiroa
28. Grammatica de Pedro José de Figuerêdo
29. Desenho Linear, de Gentil
30. Thesouro da Mocidade
31. Leituras juvenis
32. O amigo dos Meninos
33. O 1º Volume da educação familiar de Mies Edgessorth tradução do D(outo)r Paulo Araujo
34. Leções de hum pae à huã filha, por Loubo
35. Traslados de J. S. F. Rocha
36. Thesouro de meninos
37. Accidentes da infância
38. Grammatica de Lobato
39. Grammatica de Martagão
40. Manual da infância
41. O Grão Pastor

42. Gramática e Cathecismo
43. Poema Engenheira
44. Manual do Ensino Simultâneo
45. Compêndio de Geographia de Thomaz Pompeo de Souza Brazil
46. Grammatica Portuguesa por José Alexandre Passos
47. A vida de D. João de Castro
48. Cartilha de Misquita Pimentel
49. Biblia da Infancia (Traduzida pelo Padre Antonio de Castro)
50. Compendio d'Arithimetica
51. Grammatica Portuguesa de Gentil
52. Opúsculo de João da Veiga Murici
53. Syntaxe pequena do Padre Antonio Pereira
54. Os segredos da Caligraphia
55. Teoria do Mérito Social
56. Projecto de um Codigo do merito social
57. Obras poéticas
58. Arithimetica
59. Espelho das Bellas
60. Bello sexo
61. Romance Moral
62. Poema A Charidade
63. Epitome da Historia do Brasil
64. Opúsculo Apreciação do Padre Nosso
65. Peculio Grammatical da Lingoa Portuguesa
66. Vocabulario de homonymos
67. Catechismo de Agricultura
68. Geometria Elementar
69. Systema Matris Nacional
70. Grammatica (de Língua Inglesa)
71. Directorio moral dos professores primários
72. Compendio do Padre De Segur
73. Syntaxe do Compendio de Gramática Latina do Padre Antonio Pereira
74. Medição de usos latinos
75. Compendio da Historia Sagrada
76. Grammatica de Latino Coelho
77. Noções Geraes de Geographia Astronomica

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Conforme exposto, é expressivo o número de manuais que circulavam na Bahia na primeira metade do século, o que nos leva a repensar a escassez de informações e pesquisas referentes a eles, nesse período.

Esperamos que mediante as reflexões aqui tratadas e os dados fornecidos se desperte o interesse de outros pesquisadores para investigá-los e caracterizar melhor o período, que, como visto, é anunciado pela literatura com poucos recursos se comparado à segunda metade do século.

6 EPÍLOGO

Nesta dissertação, objetivamos desvelar aspectos importantes do cenário da instrução pública baiana oitocentista, a partir da construção de uma narrativa que apresentasse a política de doação de livros às escolas públicas de acordo com as informações reveladas na *Coleção de Correspondências sobre doação de livros às escolas públicas* e problematizamos todos os seus aspectos: o título, o gênero, sua composição e os agentes que estavam ligados diretamente à sua produção, signatários e remetentes. Como extensão, refletimos, ainda, sobre o próprio objeto de doação - os livros - e as suas particularidades na primeira metade do século.

Acreditamos que tais procedimentos foram suficientes para viabilizar a resposta que estampamos em nossa capa como título: *O que revelam as correspondências sobre doação de livros às escolas públicas?*

Podemos dizer que, para além de revelarem a própria política de doação existente nesse período histórico, eles desvelam: os títulos dos livros doados; a identidade tanto dos doadores quanto dos presidentes da província dos anos que o documento engloba; profissões; critérios de avaliação das obras, com base nos pareceres avaliativos; revela as matérias que existiam na época, além do preço dos livros.

De posse das respostas, julgamos estar concretizada a justificativa para a realização deste estudo: contribuir para as investigações referentes a aspectos históricos, culturais, linguísticos ou para qualquer área que manifeste interesse pela história, desenvolvimento e consolidação da educação baiana.

Pensando nas possibilidades de estudo que este documento ainda guarda, podemos dizer que é possível lançar novos olhares e encontrar novos objetos de investigação em seu interior.

Para citar algumas possibilidades de trabalhos futuros podemos pensar em um estudo centrado, exclusivamente, nos doadores; uma análise comparativa entre as correspondências desse período e o de outros, já que existem maços dos anos posteriores. Mas esses são planos para o futuro, por agora, nos contentamos em apresentar-lhes a existência desse documento e o que ele pode oferecer.

Por fim, como dissemos no começo, esperamos não ter provocado fadiga aos que se dedicaram até aqui à leitura dessas memórias, queremos finalizar com um poema que, como esta obra, é cheio de novidades, inspirações e insubordinações, mas deixemos que o poeta, Manoel de Barros, fale por nós:

O menino que carregava água na peneira

Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino
que carregava água na peneira.

A mãe disse que carregar água na peneira
era o mesmo que roubar um vento e
sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.

A mãe disse que era o mesmo
que catar espinhos na água.
O mesmo que criar peixes no bolso.

O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces
de uma casa sobre orvalhos.

A mãe reparou que o menino
gostava mais do vazio, do que do cheio.
Falava que vazios são maiores e até infinitos.

Com o tempo aquele menino
que era cismado e esquisito,
porque gostava de carregar água na peneira.

Com o tempo descobriu que
escrever seria o mesmo
que carregar água na peneira.

No escrever o menino viu
que era capaz de ser noviça,
monge ou mendigo ao mesmo tempo.

O menino aprendeu a usar as palavras.
Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
E começou a fazer peraltagens.

Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela.
O menino fazia prodígios.
Até fez uma pedra dar flor.

A mãe reparava o menino com ternura.
A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta!
Você vai carregar água na peneira a vida toda.

Você vai encher os vazios
com as suas peraltagens,
e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos!

Se chegaram a estas linhas, estimados leitores, é sinal de caminhamos juntos por cada vereda do caminho representado por essa obra, e se assim foi, vale a pena relembrar o percurso.

Começamos com o lançamento do exercício imaginativo do faz de conta e aprendemos uma lição, avançamos para o passeio nos jardins, mas surpreendentemente fomos desafiados.

Como esquecer do desafio de escutar os mortos com olhos? Nós o enfrentamos e vencemos! E como toda vitória merece um prêmio, fomos apresentados com um mergulho no universo da sabedoria popular com direito a um festival de provérbios, e *se não me falha a memória...* ganhamos também uma pequena viagem. Entramos no túnel do tempo e tivemos o privilégio de visitar a primeira metade do século XIX, a volta, sempre mais melancólica, nos fez tecer novos olhares sobre o que aparentava ser familiar.

Foi uma aventura muito proveitosa e merece uma última consideração: a de que assim como o menino que carregava água na peneira, juntos nós continuemos “preenchemos os vazios”, não só das lacunas teóricas, mas os das nossas inquietações como pesquisadores/leitores.

Desejamos continuar “carregando água na peneira” a vida toda, entre peraltagens e prodígios, pois, como Drummond, agora somos convidados: “vamos, gente, ser gauche na vida!¹⁸.”, e que assim seja.

¹⁸ Citação inspirada do texto *Poema de Sete Faces*, de Carlos Drummond Andrade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marla Oliveira. **Uma porta para o passado**: edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. 2009. 342 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.
- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Ed. Digital. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 jun 2017.
- BARBOSA, Jonei Cerqueira. Formatos insubordinados de dissertações e teses na Educação Matemática. In: Beatriz Silva D’Ambrósio; Celi Espasandin Lopes. (Org.). **Vertentes da subversão na produção científica em Educação Matemática**. Campinas: Mercado de Letras, 2015, v. 1, p. 347-367.
- BARROS, José D’Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos** -Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526860014>> ISSN 1415-9945>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- _____. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 27-47, 2002.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- Beltrão, Lícia Maria Freire. **A escrita do outro** : anúncios de uma alegria possível. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- BLAKE, Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1883.
- BLOCH, March. **Apologia da história**: o ofício do historiador. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-histc3b3ria.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.
- BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 04 fev. 2017.
- Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: v. 11. n. 32. mai/ago. 2006.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales** (1929- 1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

_____. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARDOSO, Maurício Estevam. Por uma história cultural da educação: possibilidades de abordagens. **Cadernos de História da Educação** – v. 10, n. 2 – jul./dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/TAMI/Downloads/14627-55192-1-PB%20(1).pdf.> Acesso em: 20 mar. 2018.

CARROL, Lewis. **As aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho: e o que Alice encontrou por lá**. Rio de Janeiro: Zahar ed, 2009.

CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CASTANHO, Sérgio. **História Cultural e História da Educação: diversidade disciplinar ou simples especialização?**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario5/c_historia%20cultural_castanho.doc. Acesso em: 12 mar. 2018

_____. **Teoria da história e história da educação** – por uma história cultural não culturalista. Campinas: Editora Autores Associados, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Disponível em: < http://edmundomonte.com.br/wp-content/uploads/2015/02/A-Escrita-da-hist%C3%B3ria_Michel-de-Certeau.pdf> Acesso em: 09 fev. 2017.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, 77p.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**. n.6, v.11, 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596/pdf> . Acesso em: 01 mar. 2017

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: presente, passado e futuro**. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relmé Dumará, 2001.

DICK, Sara Martha. **As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: Liceu provincial 1860-1890**. Tese de doutorado. Salvador: FAGED/UFBa, 2001

FALCON, Francisco José. Calazans. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: v. 11. n. 32. mai/ago. 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.135- 150.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (Org). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica: 2008,p.49 -75.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: 28ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. **Anais...** Caxambu (MG), 2005.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural**: a pesquisa em História da Educação. São Paulo: Ática, 2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMÉZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de Historia da Educação**, n. 5, p. 93-124, 2003. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/239/246>>. Acesso em: 07 jan 2017.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. Sao Paulo: Cortez, 2008.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. 10. ed. São Paulo: Parábola, 2003. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jaques . **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 09 fev 2017.

LOSE, Alícia Duhá. **Arthur de Salles**: esboços e rascunhos. 2004. 265f. il. + anexos + 1 CD-ROM (edição digital). Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – PPPGLL do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. A crítica textual e as novas tecnologias. In: TEIXEIRA, M. da C. R.; QUEIROZ, R. de C.; SANTOS, R.B. dos (Org.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 63-78.

MAGALHÃES, Livia Borges Souza. **Pequenas análises feitas com o livro de aforamentos do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Monografia (Graduação) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

_____. **Fazendo filologia entre tags e dígitos binários**: uma proposta de edição digital do livro de crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. **Portugal – Manuscrito Do Século XVIII**: Edição do Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia. 2016. 831 p. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura). – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890- 1984. In.: **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 243-255, jul./dez. 2013.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Lingüística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.

MUNIZ, Dinéia Maria Sobral. **Pedagogia do desejo de ler**. 1999. 2 v. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

NUNES, Antonietta D’Aguiar. **A formação dos sistemas públicos de educação no sec. XIX e sua efetivação na província da Bahia**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Antonietta_Nunes2_artigo.pdf>. Acesso em: 22 jan 2018.

_____. **Fontes para a história da Educação**. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/387/417>>. Acesso em: 22 jan 2017.

_____. **Os arquivos e a história da educação baiana**. 2003. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Antonietta_Nunes1_artigo.pdf. Acesso em: 25 fev 2017.

_____. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. **UEPEG**. v.16, n.2. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/637>>. Acesso em: 23 jan 2017.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura**: primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

SANTIGO, Silviano. Meditação sobre o ofício de criar. **GRAGOATÁ** – Revista dos programas de pós- graduação do Instituto de Letras da UFF. v.16, n.31. 2011. Disponível em

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1450/1546>>. Acesso em: 06 fev. 2017

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. **Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, José Carlos de Araujo. **O Recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras. (1827-1852): Um estudo do cotidiano escolar**. Dissertação de mestrado, Faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador 1999.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **Crítica Textual: conceito – objeto – finalidade**. In: Confluência, revista do Instituto de Língua Portuguesa . Rio de Janeiro, n o.07, 1º semestre de 1994. p. 57-63.

SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. A língua e a escola na Bahia no século XIX: um olhar sobre materiais didáticos. In: LOBO, Tânia et al. (Orgs.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 647-665.

_____. **A multifuncionalidade do “onde” na fala de Salvador**. 2003. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) –Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

TAMBARA, Elomar. **Livros de leitura nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil**. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vFludCqPBcMJ:www.26reuniao.anura1>

ped.org.br/trabalhos/elomarantoniotambara.rtf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 18 jan 2017.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. São Paulo: Saraiva. 1980.

TOLEDO, Cesar de Alencar Arnaut de; GIMENEZ, José Carlos. Educação e pesquisa: fontes e documentos. In: CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J. C; MAGALHÃES, L. D. R. (Orgs.). **A pesquisa e a preservação de fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas (SP): Alínea, 2009.

VALDEZ, Diane. Livros de leitura seriados para a infância: fontes para a história da educação nacional (1866-1930). **LINHAS** – Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, UDESC, v. 5, n. 2, p. 219-241, jul./dez. 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: VIDAL, Diana Gonçalves, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p.73-128.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 7, 1994.

APÊNDICE

FICHAS DESCRITIVAS DE CATALOGAÇÃO

PASTA 1837

NÚMERO	01
RESUMO	Doação de uma <i>Coleção de Leitura</i> para as escolas primárias e outra <i>Coleção para Geometria Prática</i>
ANO	13 de Abril de 1837
OBRA DOADA	Coleção de leitura; Coleção para Geometria Prática
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	Organiza cinco classes pelo método mútuo
DOADOR	Casimiro Ferreira Cesar
COMENTÁRIO	“Recebi as colecções de que trata o seguinte registro”

NÚMERO	02
RESUMO	Doação de uma <i>Coleção de Leitura, Escrita e Geometria Prática</i> que estavam indicadas no Manual do Método Mútuo. Crítica às aulas primárias e a falta de colecções suficientes, afirma: que “ <i>parecem ser regidas por diferentes métodos e idiomas andam em desarranjo</i> ” E os professores são responsabilizados pelo insucesso do método.
ANO	1837
OBRA DOADA	Colleção de Leitura, Escrita, e Geometria Prática Leituras de Ortografia e Grammatica Portugueza
OBRA CITADA	Manual do Método Mútuo
ARGUMENTO	Falta de colecções suficientes, e o fato de Casimiro Ferreira Cesar, ao que é indicado no corpo do documento é autor da obra. “ <i>anunciada no Manual do método Mútuo que o suplicante deu a luz nesta cidade</i> ”
DOADOR	Casimiro Ferreira Cesar
COMENTÁRIO	Cita o artigo 6 da Lei de 15 de outubro de 1827 e o artigo 21 da novíssima Lei provincial de 1837

PASTA 1839

NÚMERO	03
RESUMO	Oferece abatimento (preço do mercado com abatimento de dez por cento) para a compra das obras que estavam em falta nas escolas públicas de primeiro ensino e disponibiliza os exemplares para avaliação
ANO	17 de Agosto de 1839
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Epitome de Gramatica da Lingua Nacional por Manoel dos Passos e Figueiroa Cathecismo (este nas escola de Mocidade Brasileira) Sciencia do Bom Homem Ricardo Compendio de Arithimetica (para uso da Mocidade) Historia de Simão de Nantua
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Joaquim Baptista R odriguez Villas Boas
COMENTÁRIO	

PASTA 1840

NÚMERO	04
RESUMO	Versa a respeito da dificuldade de implementação do método. Mútuo e Simultâneo
ANO	1840
OBRA DOADA	Colleção de Cartas syllabicas
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Por conhecer os métodos defeituosos, para poupar o tempo dos alunos e diminuir-lhe o tédio. “</i>
DOADOR	Francisco de Paula Amor
COMENTÁRIO	Anotação marginal: <i>Simão de Nantua 1ª e 2ª part = 1280 Gramatica Figuerôa = 640 Compendio Arithimetica 500 Sciencia de Bom Homem Ricardo = 160 Cathecismo B= 160</i>

NÚMERO	05
RESUMO	Denuncia a quantidade insuficiente de obras em relação a quantidade de alunos
ANO	1840
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Sciencia Bom Homem Ricardo Cathecismo Brasileiro ou Geografico Simão de Nantua Diccionario de Constancio (<i>Francisco Solano Constâncio – 1836</i>)
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Manuel de Mello Affonso Costa
COMENTÁRIO	É professor.

PASTA 1845

NÚMERO	06
RESUMO	Resposta ao despacho ordenado pelo Presidente da província para receber a relação das taboadas do Simão Theofilo de Faria
ANO	21 de Julho de 1845
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Taboadas do Simão Theofilo de Faria
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Carlos Augusto Weyll
COMENTÁRIO	(Respondido em 8 de outubro)

NÚMERO	07
RESUMO	Cumprimento da ordem recebida por requerimento para receber a relação das taboadas do Simão Theofilo de Faria
ANO	Julho de 1845
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Taboadas do Simão Theofilo de Faria
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Carlos Augusto Weyll
COMENTÁRIO	<i>"Lista inclusa da qual Vossa Excelência tem de recolher vinte dúzias e meia de taboadas."</i>

NÚMERO	08
RESUMO	Resposta ao officio de 12 de Junho e envio da Carta Geographica da parte oriental do Imperio do Brasil de Eschwege e Mateus
ANO	28 de Agosto 1845
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Carta Geographica da parte oriental do Imperio do Brasil de Eschwege e Mateus
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Carlos Augusto Weyll
COMENTÁRIO	O doador informa que tem dois exemplares deste mapa e informa que encomendará o resto dos trabalhos daqueles senhores (Eschwege e Mateus)

NÚMERO	09
RESUMO	Resposta ao requerimento do Presidente da Província, solicitando o primeiro requerimento de Simão Theofilo de Faria. Informa que não entregou o requerimento ao indivíduo, autor do requerimento (Theofilo Faria) , por conter o despacho que autorizava o recebimento da taboada.
ANO	15 de Julho de 1845
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Taboadas do Simão Theofilo de Faria
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Carlos Augusto Weyll
COMENTÁRIO	

NÚMERO	10
RESUMO	Solicitação de compra e impressão da tradução da <i>Mechanica e Dynamica</i> do Barão Charles Dupin
ANO	7 de Agosto de 1845
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	<i>Mechanica e Dynamica</i> do Barão Charles Dupin
ARGUMENTO	<i>“Por ter a Assembleia Legislativa Provincial autorizado à V. Excelência fazer a compra e imprimir”</i>
DOADOR	Francisco Barbosa d’Araujo
COMENTÁRIO	

NÚMERO	11
RESUMO	Cumprimento do que foi pedido em ofício do dia 11 de Agosto de 1845, “ <i>declara-se que a tradução da <i>Mechanica e Dynamica</i> de Dupin está em mãos do Capitão Tenente Augusto Wenceslão da Silva Lisboa para avaliação de preço: duzentos mil réis.</i> ”
ANO	16 de Agosto de 1845
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	<i>Mechanica e Dynamica</i> de Dupin
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Francisco Barbosa d’Araujo
COMENTÁRIO	

PASTA 1846

NÚMERO	12
RESUMO	Parecer sobre o Esboço Histórico e Prelecções de lógica do Doutor Scholastiano José Pedrosa
ANO	10 de Junho de 1846
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Esboço Histórico e Prelecções de lógica do Doutor Salustiano José Pedrosa
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João Quirino Gomes
COMENTÁRIO	Professor Público de Filosofia

NÚMERO	13
RESUMO	
ANO	30 de outubro de 1846
OBRA DOADA	
OBRA CITADA	
ARGUMENTO	
DOADOR	V. de Araujo Ribeiro
COMENTÁRIO	caso de ilegibilidade

PASTA 1847

NÚMERO	14
RESUMO	Submissão de consideração de dois exemplares de um pequeno <i>Opúsculo</i> publicado em 1845.
ANO	6 de janeiro de 1847
OBRA DOADA	Opúsculo
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Afonso Carlos Pessoa da Silva
COMENTÁRIO	

NÚMERO	15
RESUMO	Cópia de documento escrito pelo Secretário do Liceu
ANO	1847
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João Quirino Gomes
COMENTÁRIO	

NÚMERO	16
RESUMO	Parecer do Conselho da Instrução Pública a respeito do <i>Cathecismo Moral, Civil, Político e Religioso</i> oferecido pelo cidadão Eusebio Vanerio, que acompanhava o Offício de 5 de Maio último, o qual deliberou que o <i>Cathecismo</i> não era digno de aprovação e devolveu-o junto ao requerimento do suplicante.
ANO	19 de Agosto de 1847
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	<i>Cathecismo Moral, Civil, Político e Religioso</i>
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João Antônio de Vas(concel)os
COMENTÁRIO	Correspondência de reprovação de obra

NÚMERO	17
RESUMO	Explicação do Bispo por não ter podido analisar a obra que estava sob sua responsabilidade para fazer a aprovação. Parecer dado por um religioso ilustrado que achou o <i>Cathecismo</i> conforme aos princípios da doutrina Catholica, indicando apenas um fragmento como digno de correção. Comentário a respeito da competência da Comissão para designar os compêndios ou livros elementares para as escola, por ser essa atribuição conferida ao Conselho da Instrução Pública.
ANO	27 de Abril de 1847
OBRA DOADA	<i>Cathecismo Moral, Civil, Político e Religioso</i> do homem social em todas as circunstâncias da vida
OBRA CITADA	Gramática
ARGUMENTO	não consta

DOADOR	Romualdo, Arcebispo da Bahia
COMENTÁRIO	O bispo denuncia o fato de existir uma Comissão que avalia os livros e compendios que serão utilizados nas escolas, enquanto isso deveria estar sendo feito pelo Conselho da Instrução Pública.

NÚMERO	18
RESUMO	Solicitação de Euzébio Vanerio ao Presidente da Província para aceitar a reimpressão de 4.000 exemplares
ANO	1847
OBRA DOADA	Catecismo Moral Civil Político e Religioso dos deveres do homem social em todas as circunstâncias da vida
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Atento o volume do orthographio suas bem escolhidas materiaes e acarestia actual das impressões e papel não he [...] o suplicante offerece-lo encardinado em bruxura, nitidos e escolhidos typos por menos de 1200 cada exemplar – os quaes poderão ser pagos da maneira que melhor convenha a Dispeza Pública”</i>
DOADOR	Euzebio Vanerio
COMENTÁRIO	Cita a lei de 15 de outubro de 1827, artigo 5, afirmando que o presidente deveria se dignar a aceitar a oferta pois ela traz grande beneficio para a Instrução Primária e premiava o interesse dele. Enriquece sua argumentação afirmando que sua obra já foi impressa e licenciada durante o Governo do Excelentíssimo Conde dos Arcos e agora aumentada, correta e revisada pelo Arcebispo Metropolitano. Euzebio Vanerio é um antigo educador primário.

NÚMERO	19
RESUMO	(Cópia) Parecer sobre a Conveniência de adaptar-se, para o curso de Rhetorica, o compêndio do Reverendo Miguel do Sacramento Lopes Gama
ANO	6 de Maio de 1847
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Licções d’Eloquencia Nacional
ARGUMENTO	<u>Prós</u> : obra própria para o enriquecimento da nossa Litteratura <u>Contras</u> : demasiada extensão e não aborda temas relevantes para um orador.
DOADOR	Sallustiano Jozé Pedrosa
COMENTÁRIO	

NÚMERO	20
RESUMO	(Cópia) Parecer de Isidro José de Mattos sobre a obra de Retórica do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama
ANO	21 de Junho de 1847
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Rhetorica do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Isidro José de Mattos
COMENTÁRIO	

NÚMERO	21
RESUMO	(Cópia) Parecer de Joaquim Antonio Moutinho sobre a conveniencia de adotar-se para o curso de retórica do Liceu o compêndio do Senhor Reverendo Lopes Gama
ANO	20 de outubro de 1847
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Lições de Eloquencia Nacional
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Joaquim Antonio Moutinho (professor de Rhetorica)
COMENTÁRIO	

NÚMERO	22
RESUMO	Recolhimento à Secretaria de quatrocentos exemplares da obra <i>Instrucção de Programma para construcção das casas de detenção e justiça</i> . Pede pagamento na quantia de dous contos cento e quarenta e dous mil reis, referente à impressão desta obra.
ANO	1847
OBRA DOADA	Instrucção de Programma para construcção das casas de detenção e justiça.
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	José Maria [...]
COMENTÁRIO	

NÚMERO	23
RESUMO	Oferecimento de abatimento para impressão e encadernação da obra Simão de Nantua
ANO	1847
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Simão de Nantua
ARGUMENTO	Por saber que é umas das leituras recomendadas para as aulas de Primeiras Letras e por saber que há poucos no mercado, e os que há custam dois mil réis.
DOADOR	Antonio Gentil Ibirapitanga
COMENTÁRIO	O doador oferece a impressão já com encadernação por mil quatrocentos e quarenta réis.

NÚMERO	24
RESUMO	Parecer do Presidente do Conselho da Instrucção Pública, Justiniano da Silva Gomes, sobre a reimpressão do compêndio Simão de Nantua e sobre os manuais em geral.
ANO	1847
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Manual Encyclopédico de Monte Verde Simão de Nantua
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Justiniano da Silva Gomes
COMENTÁRIO	

PASTA 1848

NÚMERO	25
RESUMO	Relação de livros que Assembléia Legislativa da Província ou o Governo tem mandado distribuir pelas escolas da Província
ANO	21 de fevereiro de 1848
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	<p>Cathecismo de Montpellier Cathecismo historico de Fleury(edição da B(ahi)a e do Rio) Sillabarios, maximas e taboadas em quadros in folio Escola Brasileira de Cairú Curso normal do Barão Degerando Simão de Nantua Manual encuclopédico de Monte Verde Deos e a Sociedade, com hum compendio appenso de arithimetica Compendio de Theologia exegetica trad(uzido) p(elo) P(adr)e Cajueiro Ensaio sobre a Constituição Divina da Igreja O 1º Volume da Eneida de Virgilio Bom homem Ricardo, de Franklin. Grammatica Portugueza por Figueiroa Grammatica de Pedro José de Figuerêdo Desenho Linear, de Gentil Cathecismo de Montpellier, edição de Paris que contem huns compendios de Ortographia, de arithmetica e de Geographia Thesouro da Mocidade Leituras juvenis O amigo dos Meninos O 1º Volume da educação familiar de Mies Edgessorth tradução do D(ou)tor Paulo Araujo Leções de hum pae à huã filha, por Loubo Traslados de J. S. F. Rocha Thesouro de meninos Accidentes da infancia Grammatica de Lobato Grammatica de Martagão</p>
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Justiniano da Silva Gomes
COMENTÁRIO	

NÚMERO	26
RESUMO	<p>Anúncio da subscrição e impressão da obra Manual da infância Crítica à Instrução Pública: “ <i>sempre será morosa e acanhada em quanto os meninos lerem em diversos livros, e seguir o método individual</i>”</p> <p>Oferece desconto para a venda: “ <i>certos de que para os Senhores Subscriptores ficará por dous terços do preço geral, pago no acto do</i></p>

	<i>recebimento da mesma</i>
ANO	1º de Agosto de 1848
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Manual da infância
ARGUMENTO	<i>“Falta de uma obra própria para instruir a mocidade no complemenro de seus importantes devêres Religiosos, morais, políticos e civis.”</i>
DOADOR	Euzébio Vanerio
COMENTÁRIO	A correspondência é impressa.

NÚMERO	27
RESUMO	Solicitação do Pequeno Cathecismo Historico de Fleury para a Escola Normal.
ANO	1848
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Pequeno Cathecismo Historico de Fleury
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João Al(ve)z Portella
COMENTÁRIO	

NÚMERO	28
RESUMO	Oferecimento de uma obra (poema) para ser admitida no ensino primário
ANO	1848
OBRA DOADA	O Grão Pastor
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	Desejão m(ui)tos pais de familia q(ue) seja admittida nas aulas do ensino primario
DOADOR	João da Veiga Correa
COMENTÁRIO	

PASTA 1849

NÚMERO	29
RESUMO	Cópia do Off(íci)o do Diretor do Liceu ao Presidente da Província. Apresenta o quadro de trabalhos do Liceu, que foi fechado no dia 17 do corrente ano por não haver mais estudantes. Explicação do que se necessita para ter melhores resultados: <i>“necessita de muitas couzas, até m(esm)o no q(ue) respeita ao material, como já ponderei ao Antecessor de V(oss)a Ex(celenci)a.”</i>
ANO	20 de outubro de 1848
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	
COMENTÁRIO	

NÚMERO	30
RESUMO	Cópia do Off(íci)o do Diretor do Liceu ao Presidente da Província Anúncio do fechamento do Liceu.
ANO	05 de dezembro de 1849
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	
COMENTÁRIO	

NÚMERO	31
RESUMO	Cópia de uma parte do officio do Diretor do Liceu para o Presidnete da Província. Solicitação que os professores, que pretendem se matricular, no Liceu façam os exames neste local em vez que se deslocarem para a Escola de Medicina da Bahia.
ANO	14 de Maio de 1848.
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	
COMENTÁRIO	

PASTA 1850

NÚMERO	32
RESUMO	Solicitação de exemplares para os alunos da tradução de Carlos Dupin
ANO	1850 (8 de Março de 1847)
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Mechanica de Carlos Dupin
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Francisco Barbosa de Araújo
COMENTÁRIO	À margem superior esquerda: <i>Resposta 19 de Abril de 1845</i>

NÚMERO	33
RESUMO	Despacho de cobrança da segunda parcela referente a impressões.
ANO	1850
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Gramática e Cathecismo
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João Al(ve)z Portella
COMENTÁRIO	

PASTA 1851

NÚMERO	34
RESUMO	Solicitação do deferimento do parecer sobre o poema <i>Engenheida</i>
ANO	25 de Abril 1851
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Poema Engenheida
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	José Ferrari
COMENTÁRIO	Consta uma cópia da obra na Biblioteca Nacional Digital http://purl.pt/24112/3/#/45

PASTA 1852

NÚMERO	35
RESUMO	Acusa o recebimento do officio que acompanha exemplares do Regulamento orgânico para serem distribuídos pelos Membros do Conselho Superior
ANO	18 de Maio de 1852
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Manoel Messias de Leão
COMENTÁRIO	Manoel Messias de Leão é presidente do Conselho Superior O presidente da província é Joaquim Antão Fernandes Leão

NÚMERO	36
RESUMO	
ANO	21 de Junho de 1852
OBRA DOADA	
OBRA CITADA	
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Carneiro de Sena Madureira
COMENTÁRIO	

NÚMERO	37
RESUMO	Anuncia a inclusão da representação do Professor da cadeira de Desenho Linear
ANO	17 de Junho de 1852
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João A(lve)z Portella
COMENTÁRIO	João Alvez é diretor.

PASTA 1853

NÚMERO	38
RESUMO	Oferecimento de impressão e encadernação de dois mil exemplares do folheto Bom Homem Ricardo por 80 reis cada exemplar
ANO	5 de Março de 1853
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Folheto Bom Homem Ricardo
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Manoel Ignacio Caminhoá
COMENTÁRIO	

NÚMERO	39
RESUMO	Declaração que Manoel Ignácio Caminhoá fará a impressão em papel de linho
ANO	5 de Abril de 1853
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Manoel Ignacio Caminhoá
COMENTÁRIO	

NÚMERO	40
RESUMO	O oficial maior acusa o recebimento de oitocentos e cinquenta exemplares de um Manual que João Al(ve)z Portela se comprometeu a imprimir assinando um contacto no ano de 1851
ANO	17 de setembro de 1853
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Manual
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Lourenço de [...] (servindo de off(ici)al Maior
COMENTÁRIO	

NÚMERO	41
RESUMO	Requerimento de João Alvez Portella. Pede a Vossa Excelência que leve em conta os 150 exemplares do Manual do Ensino Simultâneo que distribuiu, de forma avulsa, para a Escola Normal, cujo ensino haveria sido interrompido se assim não o fizesse. Além disso recorda o contrato que fez de traduzir e imprimir o Manual e como condição o Governo forneceria mil exemplares ao preço de 600 reis.
ANO	provavelmente 1851
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Manual do Ensino Simultâneo
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João Alvez Portella
COMENTÁRIO	

NÚMERO	42
RESUMO	Resposta do Conselho de Instrução Pública ao ofício enviado por Vossa Excelência. Informa a não aprovação do Compêndio de Geographia de Thomáz Pompeo de Souza Brazil para uso das Aulas da Província.
ANO	12 de outubro de 1853
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Compêndio de Geographia de Thomaz Pompeo de Souza Brazil
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João A[ntônio] de Vascon(celos)
COMENTÁRIO	

PASTA 1854

NÚMERO	43
RESUMO	Envio de um exemplar e solicitação de parecer do Conselho de Instrução Pública do resumo de <i>Grammatica Portuguesa</i> por José Alexandre Passos.
ANO	7 de Dezembro de 1854
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Grammatica Portuguesa por José Alexandre Passos.
ARGUMENTO	para uso nas escolas primárias
DOADOR	João Maurício Wanderley
COMENTÁRIO	Barão de Cotegipe

PASTA 1855

NÚMERO	44
RESUMO	Resposta a exigência de Vossa Senhoria, o Diretor Geral dos Estudos Luis Antônio Pereira Franco, sobre os compêndios adotados.
ANO	8 de Julho de 1855
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Bom Homem Ricardo Doutrina Christã pelo Abade Fleury Grammatica de Monte Verde, A vida de D. João de Castro
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Maria Francisca Alvares
COMENTÁRIO	Professora

NÚMERO	45
RESUMO	Resposta endereçada ao Diretor dos Estudos, Luis Antonio Pereira Franco, o qual solicitou no ofício de 27 de Junho a relação (de livros) do primeiro semestre. Como resposta, Ernesto de Oliveira Valle afirma que os livros adotados por ele são os mesmos que geralmente são usados nas Aulas públicas.
ANO	11 de Julho de 1855
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Ernesto de Oliveira Valle
COMENTÁRIO	Ernesto de Oliveira Valle é vigário.

NÚMERO	46
RESUMO	Relação de livros e compendios para leitura dos alunos que frequentavam aula particular em Itapagipe
ANO	15 de Junho de 1855
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Bom homem Ricardo Simão de Nantua Cathecismo de Montpellier Cartilha de Misquita Pimentel Biblia da Infancia Compendio d'Arithimetica Pequeno Cathecismo histórico. Grammatica Portuguesa de Gentil
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Fructuoso Xavier de Brito
COMENTÁRIO	

NÚMERO	47
RESUMO	Oferece o opúsculo pelo preço de oitenta réis cada para a presidência comprar.
ANO	1855
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Opúsculo
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João da Veiga Murici
COMENTÁRIO	João oferece a própria obra para ser comercializada.

NÚMERO	48
RESUMO	Parecer da comissão, pelo Professor João da Veiga Murici, sobre a obra do padre Antônio Pereira. Não recebe aprovação afirmando que a adoção do trabalho não oferece nenhuma vantagem às escolas.
ANO	22 de outubro de 1867
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Syntaxe pequena do Padre Antonio Pereira
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Dalmacio João Chaves
COMENTÁRIO	

PASTA 1856

NÚMERO	49
RESUMO	
ANO	
OBRA DOADA	
OBRA CITADA	
ARGUMENTO	
DOADOR	
COMENTÁRIO	caso de ilegibilidade

NÚMERO	50
RESUMO	Oferece exemplares para venda sendo cinco mil reis cada um em brochura, e os cadernos com traslados para prática por seiscentos mil reis por serem de papel de peso e qualidade superior.
ANO	2 de Dezembro de 1856
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Os segredos da Caligraphia
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Guilherme Scully
COMENTÁRIO	

PASTA 1858

NÚMERO	51
RESUMO	Solicitação de auxílio para impressão e divulgação da obra que o doador confeccionou.
ANO	1858
OBRA DOADA	Teoria do Mérito Social
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	José Ferrari
COMENTÁRIO	

NÚMERO	52
RESUMO	Solicitação de auxílio para impressão dos exemplares para a avaliação da Comissão.
ANO	5 de Junho de 1858
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	José Ferrari
COMENTÁRIO	

NÚMERO	53
RESUMO	Subscrição da obra <i>Projecto de um Codigo do merito social</i>
ANO	1858
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Projecto de um Codigo do merito social
ARGUMENTO	Por ter sido produzida no Brasil, e mostrar as causas dos desvios da humana sociedade.
DOADOR	José Ferrari
COMENTÁRIO	

NÚMERO	54
RESUMO	Solicitação de coadjuvação para as despesas tipográficas
ANO	16 de Setembro de 1858
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Theoria do merito social
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	José Ferrari
COMENTÁRIO	

NÚMERO	55
RESUMO	Solicitação de concessão para mandar o compendio, já aprovado pelo conselho, ao prelo.
ANO	1858
OBRA DOADA	Compendio
OBRA CITADA	Compendio de Grammatica Portuguesa de Emílio Achilles Monteverde
ARGUMENTO	" <i>levar a aprendizagem desse ramo da instrução elementar aos seus alunos</i> "

DOADOR	Clodoveo Pereira Rebello
COMENTÁRIO	

NÚMERO	56
RESUMO	Solicitação de resposta sobre a impressão de uma Grammatica, que já foi aprovada pelo Conselho de Instrução Pública.
ANO	1858
OBRA DOADA	Grammatica
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Clodoveo Pereira Rebello
COMENTÁRIO	

NÚMERO	57
RESUMO	Relata que diante dos erros encontrados no Compendio de Gramática Portuguesa de Monteverde, tal compendio foi perdendo seu caráter oficial e a Diretoria abriu um concurso para confecção outro compêndio que o substituísse. Rabello oferece um opúsculo e solicita auxílio para impressão.
ANO	13 de outubro de 1857
OBRA DOADA	Opúsculo
OBRA CITADA	Compendio de Gramática Portuguesa de Emilio Achilles Monteverde
ARGUMENTO	
DOADOR	Clodoveo Per(reir)a Reb(ell)o
COMENTÁRIO	

PASTA 1859

NÚMERO	58
RESUMO	Solicitação de adiantamento para impressão dos
ANO	14 de Abril de 1859
OBRA DOADA	Obras poéticas
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>Em virtude da Lei do orçamento provincial que autoriza o Governo a tomar ou comprar duzentos exemplares das obras poéticas.</i>
DOADOR	Francisco Moniz Barreto
COMENTÁRIO	O doador é autor das obras poéticas

NÚMERO	59
RESUMO	Parecer do Chefe da secção de contas sobre a solicitação de aceitação e adiantamento das obras poéticas de Francisco Moniz Barreto.
ANO	20 de Abril de 1859
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Se ocorrer a aceitação da oferta de Francisco Moniz isso dará lugar para que outros cidadãos pretendam a realização da compra de suas obras.”</i>
DOADOR	José Antonio Teixeira
COMENTÁRIO	Correspondência equivalente à 1º Secção da Conta(bilidade) da Thesoura(ri)a Provincial da Bahia

NÚMERO	60
RESUMO	Parcer do inspetor sobre o requerimento jurado de Francisco Muniz Barreto.
ANO	31 de Dezembro de 1859
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Apresenta um parecer não favorável ao pedido por conta da situação dos cofres e ao fato de o deferimento deste pedido poder trazer outros autores, também favorecidos pela mesma lei, a alegar esse exemplo para serem atendidos.”</i>
DOADOR	Manoel Fran(cis)co de Sá Freire
COMENTÁRIO	O autor da correspondência é inspetor.

NÚMERO	61
RESUMO	Correspondência de solicitação de aceitação das obras poéticas e retratação pela insistência em ser aceito.
ANO	21 de Dexembro de 1859
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“na oratoria, prestes a succumbir de baixo da terrível guilhotina dos Exercícios Finda, se V(ossa) Ex(celên)cia não acudir com o despacho do meu infeliz requerimento”</i>
DOADOR	Francisco Moniz Barreto
COMENTÁRIO	

PASTA 1860

NÚMERO	62
RESUMO	Avaliação da obra Arithimetica, aponta todos os erros que contém na obra e acusa que não houve revisão, pois em comparação entre a primeira e a segunda edição os erros permanecem.
ANO	3 de Julho de 1860
OBRA DOADA	Arithimetica para uso das aulas publicas
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Antonio Muniz Ferrão
COMENTÁRIO	

NÚMERO	63
RESUMO	Solicitação de assinatura do presidente da província para publicação
ANO	2 de Dezembro de 1860
OBRA DOADA	Espelho das Bellas
OBRA CITADA	Bello sexo
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Miguel Moura de Carvalho Viridiano Tav(ar)es da Gama
COMENTÁRIO	

NÚMERO	64
RESUMO	Oferecimento de exemplares encadernados para compra.
ANO	9 de Junho de 1860
OBRA DOADA	Compendio de Arithmetica
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Alega ter reimprimido com muitos melhoramentos e afirma que sua obra foi aprovada pelo Consellho em 1850.”</i>
DOADOR	Archanjo [...] oze das Neves Maldonado Bandeira
COMENTÁRIO	

PASTA 1861

NÚMERO	65
RESUMO	Oferecimento, para venda, de 250 exemplares da obra <i>A Charidade</i> e solicitação de indenização de mil reis.
ANO	16 de Janeiro de 1859
OBRA DOADA	Poema <i>A Charidade</i>
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Embasa a compra no artigo 8, capítulo 3 da lei nº 582 e artigo 1º na parte “Disposições Geraes” da lei vigente nº 607”</i>
DOADOR	Manuel Pessoa da Silva
COMENTÁRIO	

NÚMERO	66
RESUMO	Solicitação de uma certidão com o parecer que Manuel Pessoa da Siva exibiu à comissão do exame o poema <i>A Charidade</i> .
ANO	não consta
OBRA DOADA	poema <i>A Charidade</i>
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	não consta
COMENTÁRIO	

NÚMERO	67
RESUMO	Parecer da Comissão sobre a obra <i>A charidade</i> .
ANO	17 de Novembro de 1855 16 de Janeiro de 1857
OBRA DOADA	A charidade
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“O paracer é favorável por ser uma produção que vem enriquecer a literatura, possuir ideias religiosas consignatas”</i>
DOADOR	Assinam: Frei Raimundo Nonnato S. M. de Deus Pontes Guilherme Baldoino Embmssú Camacan = Jose Joaq(ui)m de Novaes Rocha Luis Maria Alvares F. M. Barreto
COMENTÁRIO	Guilherme Baldoíno é secretário da presidência Luis Maria é o Secretário

NÚMERO	68
RESUMO	Oficio acusando recebimento de pagamento.
ANO	Janeiro de 1857
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Jose Joaquim Novaes Rocha
COMENTÁRIO	

NÚMERO	69
---------------	----

RESUMO	Solicitação de impressão de cartões para o ensino de Arithmetica methodica.
ANO	28 de fevereiro de 1848
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Euzebio Vanerio
COMENTÁRIO	O presidente da província na época era João José de Moura Magalhães.

NÚMERO	70
RESUMO	Solicitação do parecer sobre um opúsculo que mandou para exame da Diretoria e ficou em posse do professor de Geografia.
ANO	4 de Novembro
OBRA DOADA	Opúsculo
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	"Por faltar um compêndio de Geografia apropriado para a instrução da infância."
DOADOR	Odorico Octavio Odilon
COMENTÁRIO	

NÚMERO	71
RESUMO	Documento administrativo sobre os contratos para impressão da obra <i>Epitome da Historia do Brasil</i> .
ANO	29 de Abril de 1861
OBRA DOADA	Epitome da Historia do Brasil
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	João da [...] P. Baraúna Augusto davi Rangel
COMENTÁRIO	João é chefe da Secção de contabilidade

NÚMERO	72
RESUMO	Solicitação de alteração equitativa no contrato para compra do <i>Epitome de Historia do Brasil</i>
ANO	7 de maio de 1860
OBRA DOADA	Epitome de Historia do Brasil
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Jose Pedro Xavier Pinheiro
COMENTÁRIO	

NÚMERO	73
RESUMO	Solicitação de avaliação para uso nas escolas do <i>Romance Moral</i>
ANO	9 de março de 1861
OBRA DOADA	Romance Moral
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	José Pedro X(avi)er Pinheiro

COMENTÁRIO	
-------------------	--

PASTA 1862

NÚMERO	74
RESUMO	Oferecimento, para compra de dois mil exemplares do <i>Compendio de Desenho Linear</i> .
ANO	não consta
OBRA DOADA	Compendio de Desenho Linear
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não há nenhum livro que trate desse assunto
DOADOR	Manoel da Silva Pereira
COMENTÁRIO	

NÚMERO	75
RESUMO	Informe sobre a entrega da obra <i>Apreciação do Padre Nosso</i> .
ANO	não consta
OBRA DOADA	Opúsculo <i>Apreciação do Padre Nosso</i>
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	não consta
COMENTÁRIO	

NÚMERO	76
RESUMO	Solicitação de análise e auxílio de impressão da obra <i>Peculio Grammatical da Lingoa Portuguesa</i>
ANO	não consta
OBRA DOADA	<i>Peculio Grammatical da Lingoa Portuguesa</i>
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Secundino Mendes Rabello
COMENTÁRIO	

NÚMERO	77
RESUMO	Oferecimento, para venda, da obra <i>Vocabulario de homonymos</i>
ANO	não consta
OBRA DOADA	<i>Vocabulario de homonymos</i>
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>"obra escrita para as escolas publicas da provincia"</i>
DOADOR	Manuel Esmeraldo de Lima Valverde
COMENTÁRIO	Manuel Esmeraldo de Lima Valverde é professor público primário.

NÚMERO	78
RESUMO	Solicitação de adoção e venda de obra <i>Catechismo de Agricultura</i>

ANO	30 de Outubro de 1862
OBRA DOADA	Catechismo de Agricultura
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Obra já adotada no Rio de Janeiro e Ceará”</i>
DOADOR	Antonio de Ma(galhães) Lopes
COMENTÁRIO	

NÚMERO	79
RESUMO	Solicitação do exame do Conselho e venda das obras <i>Geometria Elementar e Systema Matris Nacional</i>
ANO	20 de Janeiro de 1862
OBRA DOADA	Geometria Elementar
OBRA CITADA	Systema Matris Nacional
ARGUMENTO	<i>“O ensino do sistema metrico se tornou obrigatório, por uma lei geral”</i>
DOADOR	Pedro S. Monteiro Lisboa
COMENTÁRIO	

PASTA 1863

NÚMERO	80
RESUMO	Solicitação de submissão de Grammatica ao exame da Comissão.
ANO	não consta
OBRA DOADA	Grammatica (de Língua Inglesa)
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“O ensino de língua inglesa se tornava difícil no paiz pela falta de hum compendio elementar que puzesse suas regras ao alcance de todas as intelligencias.”</i>
DOADOR	Antonio Franco da Costa
COMENTÁRIO	O signatário é professor de Língua Inglesa no Liceu.

NÚMERO	81
RESUMO	Solicitação de auxílio para a impressão da tradução, aprovada pelo Conselho, da obra <i>Directorio moral dos professores primários</i> por Th. H. Barrau e posterior venda.
ANO	15 de Outubro de 1863
OBRA DOADA	Directorio moral dos professores primários
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Recomendação do Conselho superior dos estudos para divulgação pelo magistérios , além de interessar diretamente aos professores e inspetores paroquiais”.</i>
DOADOR	Camillo de Lellis Mason
COMENTÁRIO	Camillo de Lellis Mason é editor. O autor da obra original é francês: Théodore-Henri Barrau O título da obra original é: <i>Direction morale pour les instituteurs</i> É possível visualizar a obra original através do site: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54735617/f10.image.texteImage

PASTA 1864

NÚMERO	82
RESUMO	Relação de obras e materiais e correspondência de registro de recebimento de obras.
ANO	15 de Janeiro de 1864
OBRA DOADA	Bom Homem Ricardo Livro de traslado Colleções de cartas Cartas de arithmetica Grammaticas Desenho Linear Compendio do Padre De Segur Directorio Moral dos Professores
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Manuel Genesio do Espirito Santo
COMENTÁRIO	*caso de acidez, é o documento mais prejudicado de todo o maço.

NÚMERO	83
RESUMO	Solicitação de exemplares de obras
ANO	não consta
OBRA DOADA	Compendios de Gramatica Portuguesa Cathecismos Desenho Linear Taboadas Colleção de traslados Sillabarios
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>"para uso nas escolas"</i>
DOADOR	Euzebio Ramos Santos
COMENTÁRIO	O signatário é professor da freguesia de Cruz das Almas. Na mesma correspondência à margem esquerda inferior o signatário acusa o recebimento das obras.

NÚMERO	84
RESUMO	
ANO	23 de Março de 1864
OBRA DOADA	
OBRA CITADA	
ARGUMENTO	
DOADOR	Manuel da Silva Pereira
COMENTÁRIO	*caso de ilegibilidade

PASTA 1865

NÚMERO	85
RESUMO	Oferecimento de exemplares da obra <i>Desenho Linear</i> para venda
ANO	23 de Agosto de 1865
OBRA DOADA	Desenho Linear
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	Aprovado pelo conselho e oferece abatimento.
DOADOR	João José Moniz
COMENTÁRIO	

NÚMERO	86
RESUMO	Oferecimento de exemplares da obra <i>Directório Moral dos Professores</i> para venda.
ANO	23 de Setembro de 1865
OBRA DOADA	Directório Moral dos Professores
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>“Por conta da falta que há da obra na Direcção Geral dos Estudos”</i>
DOADOR	João José Moniz
COMENTÁRIO	

PASTA 1866

NÚMERO	87
RESUMO	Solicitação de avaliação da obra <i>Opúsculo</i> pelo Conselho.
ANO	5 de Fevereiro de 1866
OBRA DOADA	Opúsculo
OBRA CITADA	Syntaxe do Compendio de Gramática Latina do Padre Antonio Pereira
ARGUMENTO	<i>"Por ser adoptado no Seminário Archiepiscopal, e em varios collegios"</i>
DOADOR	João da Veiga Muricy
COMENTÁRIO	Junto ao Opúsculo se acha um suprimento de orações, que vem na obra do Padre Antonio Pereira (Syntaxe do Compendio de Gramática Latina)

NÚMERO	88
RESUMO	Oferecimento da obra <i>Medição de usos latinos</i> para aprovação do Conselho.
ANO	23 de Junho de 1866
OBRA DOADA	Medição de usos latinos
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	<i>"para serem distriuidos nas aulas do Liceu"</i>
DOADOR	ilegível
COMENTÁRIO	

NÚMERO	89
RESUMO	Solicitação para impressão do <i>Compendio da Historia Sagrada</i>
ANO	não consta
OBRA DOADA	Compendio da Historia Sagrada
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Antonio Olavo da França Guerra
COMENTÁRIO	

PASTA 1867

NÚMERO	90
RESUMO	Oferecimento, para venda, da obra <i>Grammatica</i> de Latino Coelho.
ANO	18 de Julho de 1867
OBRA DOADA	<i>Grammatica de Latino Coelho</i>
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	" <i>Por ver grande falta na Diretoria da Instrução</i> "
DOADOR	João G.[...] Tourinho
COMENTÁRIO	

NÚMERO	91
RESUMO	Oferecimento, para venda, da obra <i>Noções Geraes de Geographia Astronomica</i>
ANO	11 de Setembro de 1867
OBRA DOADA	<i>Noções Geraes de Geographia Astronomica</i>
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	" <i>para instrução elementar</i> "
DOADOR	Aureliano Henrique Costa
COMENTÁRIO	O signatário é professor de Geografia e Historia

NÚMERO	92
RESUMO	Correspondência endereçada ao Secretário para saber da aprovação de um Opúsculo
ANO	25 de Setembro de 1867
OBRA DOADA	não consta
OBRA CITADA	Opúsculo
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	não consta
COMENTÁRIO	

NÚMERO	93
RESUMO	Correspondência do Presidente do Conselho
ANO	
OBRA DOADA	
OBRA CITADA	
ARGUMENTO	
DOADOR	
COMENTÁRIO	*caso de ilegibilidade

NÚMERO	94
RESUMO	
ANO	
OBRA DOADA	
OBRA CITADA	
ARGUMENTO	
DOADOR	
COMENTÁRIO	*caso de ilegibilidade

PASTA 1868

NÚMERO	95
RESUMO	Parecer de avaliação da obra <i>O Grão Pastor</i>
ANO	28 de Novembro de 1868
OBRA DOADA	O Grão Pastor
OBRA CITADA	não consta
ARGUMENTO	não consta
DOADOR	Dalmacio João Chaves
COMENTÁRIO	Apresenta um parecer favorável à aprovação